

PORTE PAGO
ECT - DR/SP
ISR-40 - 1451/88

REVISTA BRASILEIRA DE

CIÊNCIAS DO ESPORTE



IMPRESSOS

Volume 11 - Número 3 - 1990 - ISSN 0101-3289

Duplicata



Fundação: 17 de setembro de 1978

Endereço: Caixa Postal 6134 - FEF - UNICAMP

CEP 13081 - Campinas - SP - Brasil

**COLÉGIO BRASILEIRO DE
CIÊNCIAS DO ESPORTE****DIRETORIA**
Biênio 89/91**PRESIDENTE**
Celi Nelza Zulke Taffarel**VICE-PRESIDENTE**
Aguinaldo Gonçalves**DIRETOR CIENTÍFICO**
Valter Bracht**DIRETOR ADMINISTRATIVO**
Gabriel Humberto Muñoz Palafox**DIRETOR DE DIVULGAÇÃO**
Alfredo Gomes de Faria Jr.**DIRETOR FINANCEIRO**
Lino Castellani Filho**EDITOR CHEFE**
Aguinaldo Gonçalves**EDITORIA ADJUNTA**
Flávia Maria S. Ghirotto
Iêda Fonseca da S. Folegatti**REVISÃO**
Yara M. de Carvalho
Flávia M. S. Ghirotto**CONSELHO EDITORIAL**
Alfredo Gomes de Faria Jr.
Apolônio Abadio do Carmo
Jorge Pinto Ribeiro
José Guilmar Mariz de Oliveira
Maria Gláucia Costa
Nelson Carvalho Marcellino
Vilmar BaldisseraPrograma de Apoio a Publicações
Científicas do CNPq/Finep**IMPRESSÃO**
ICEA - Gráfica e Editora**SUMÁRIO**

EDITORIAL	169
ARTIGOS	170
ASPIRAÇÕES AO FUTEBOL: UM ESTUDO DE CASO.	170
Francisco Martins da Silva.	
AVALIAÇÃO PÔNDERO-ESTRUTURAL EM ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA EM CAMPINA GRANDE/PB.....	174
Marco Antonio Dinoá - Maria José Moreira de Assis	
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E REPRODUÇÃO SOCIAL.....	179
Luiz Carlos Rigo - Eliane Pardo Chagas	
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ESPORTES NO BRASIL.....	186
Mara Lúcia Cristan	
RELATOS DE EXPERIÊNCIA	190
METODOLOGIA DO ENSINO UNIVERSITÁRIO DA ESTATÍSTICA PARA NÃO ESTATÍSTICO: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS.	190
Aguinaldo Gonçalves - Mario Augusto Carneiro Leão Ribeiro	
PONTOS DE VISTA	193
CONCEPÇÕES DE CIÊNCIA E METODOLOGIAS APLICADAS ÀS CIÊNCIAS DO ESPORTE.	193
Nilda Teves	
PROBLEMATICA DO LAZER NO BRASIL	196
Guilherme Borges Pacheco Pereira	
INDICAÇÕES PARA O ESTUDO DO MOVIMENTO CORPORAL HUMANO DA EDUCAÇÃO FÍSICA A PARTIR DA DIALÉTICA MATERIALISTA.	197
Paulo Ghiraldelli Jr.	
O ESPÍRITO DESPORTIVO: UMA QUESTÃO DE ÉTICA.	201
Manuel Sérgio	
SUBSÍDIOS PARA UMA POLÍTICA DE LAZER: O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. ...	206
Nelson Carvalho Marcellino	
A PROPOSTA "CARENTE" DE LAZER XO ESPAÇO DE LAZER DOS "CARENTES".	210
Heloisa Turini Bruhns	
O PRINCÍPIO DO PRAZER NA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA.	215
Clodoaldo Colello Filho - Sílvia M. Gasparian Colello	
A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA VOLTADA A QUESTÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	217
João Batista Andreotti Gomes Tojal	
A EDUCAÇÃO FÍSICA EM PERNAMBUCO - QUADRO ATUAL E PERSPECTIVAS	219
Celi Nelza Zulke Taffarel	
RESUMOS DE DISSERTAÇÕES E TESES	224
AÇÃO EDUCATIVA DO ESPETÁCULO ESPORTIVO.	224
José Júlio Gavião de Almeida	
A SAÚDE ESCOLAR COMO RESPONSABILIDADE DA ESCOLA: INVESTIGAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE OCULAR EM CRIANÇAS NA IDADE PRÉ-ESCOLAR	224
Miriam Pereira de Sá Ferrareze	
O TREINAMENTO DE FUTEBOL E O MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UMA ABORDAGEM DIALÉTICA.	225
Mário Amaral Rodrigues	
ESTUDO DE ASSIMÉTRIAS E DESVIOS POSTURAIS EM ESCOLARES DO PRIMEIRO GRAU, DE UMA ESCOLA PARTICULAR: PERSPECTIVAS PARA EDUCAÇÃO POSTURAL	226
Enori Helen Gemente Galdi	
PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO DO VEÍCULO RÁDIO NA DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA.	227
Sérgio Carvalho	
CAMINHOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA VIA RÁDIO: UMA PROPOSTA ALTERNATIVA	227
Sérgio Carvalho	
AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DO ESTUDANTE DO 1º E 2º GRAUS: ESCOLAS ESTADUAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	228
Roberto José Tenório de Lira	
GINÁSTICA EM ACADEMIA NO RIO DE JANEIRO	228
Jefferson Silva Novaes	
DOCUMENTOS	229
II Simpósio de Educação Física - Documento Final e Moções - 5 a 8 de dezembro de 1990.	229
ESTATUTO DO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE	233
CORRESPONDÊNCIA	236
Instituto Superior de La Actividad Física.	236
Secretaria de Desportos da Presidência.	237
Manifesto público.	237
RESENHA	239
SOCIEDADE E CONSCIÊNCIA	239
Maria Elina Costa Melo.	
FORMAÇÃO ACADÊMICA PARA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM SÃO LUÍZ/MA: ESTUDO DE CASO DE EGRESSOS MAIS CRÍTICOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. 241	
Celi Nelza Zulke Taffarel	
MOTRIVIVÊNCIA REVISITA O CORPO E A EDUCAÇÃO FÍSICA	242
Aguinaldo Gonçalves, Yara M. de Carvalho	

A REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE HOJE

Exteriorização mais sensível do Colégio, a Revista Brasileira de Ciências do Esporte vem perseverando na árdua tarefa de viabilizar a expressão da produção intelectual da Educação Física/Ciências do Esporte no Brasil. Único periódico científico de nossa área em circulação há mais de dez anos no país, atuou, neste ano, gestões incisivas, tanto externas como internas.

Entre estas, inicialmente, criou-se a Editoria Adjunta, implantaram-se novos instrumentos e fluxos, entre os quais a "peer review" em duplo cego, e procedeu-se a renovação de 2/3 do Conselho Editorial, obedecendo-se, além da titularidade mínima de doutor para todos os membros, aos critérios de representatividade pluralista, tanto segundo áreas temáticas de trabalho, quanto por região geográfica de influência.

No esforço para com a periodicidade, trabalhou-se durante este período com seis números da Revista: do 10.2 ao 12.1 este, em fase de planejamento editorial. Os conteúdos das Cartas do Leitor, Resumos de Dissertações e Teses, Resenhas e Editoriais são objeto de deliberação da Editoria e as matérias do Congresso o foram pela respectiva Comissão Científica. Os trabalhos

originais de pesquisa foram trabalhados pelos membros do Conselho Editorial.

Externamente, continuamos conseguindo manter a independência para com a publicidade comercial, à medida em que pudemos contar com o apoio do órgão setorial do MEC, de segmentos de algumas Universidades e do CNPq. Neste tivemos dois financiamentos prolatados e outorgados, havendo mais um em tramitação. Junto a FAPESP, foram três as tratativas, porém de balde todas!

Neste sentido, seus consultores apresentaram vários argumentos, melhores uns, piores, outros. Entre os primeiros, foi mencionado o aspecto pouco competitivo de matérias apresentadas e a pouca combatividade técnica de nossa comunidade científica.

Nossa tão curta experiência a respeito já pode prover alguns indicadores exploratórios: de vinte e quatro artigos científicos recebidos no período, o comitê editorial recomendou a não publicação de oito; nove foram devolvidos para apreciação pelos autores (quatro dos quais já retornaram com reformulações), cinco se encontram sob exame, e dois foram publicados.

Aguinaldo Gonçalves - Editor
Dezembro, 1990

ASPIRAÇÕES AO FUTEBOL - UM ESTUDO DE CASO

Prof. Francisco Martins da Silva
Universidade Federal da Paraíba

*UNITERMOS: Alienação pelo Esporte
Esporte x Educação
Observação Participante
Mistificação do Futebol*

RESUMO: O trabalho trata das aspirações que os jogadores de um clube amador de João Pessoa têm em relação ao futebol e da influência desse esporte no processo de formação dessas aspirações. Inicialmente são apresentadas as referências teórico-metodológicas do trabalho, onde se destaca o entendimento das aspirações como uma realidade histórica e a pesquisa participante como orientação mais adequada ao estudo. A parte central da pesquisa está estruturada em dois segmentos: o primeiro deles caracteriza a prática a que os indivíduos estão submetidos na associação, e o segundo identifica e analisa os projetos existenciais dos jogadores em relação à prática a que estão submetidos. Pelos dados levantados, concluímos que a relação dos atletas com o futebol é a de mistificação, encarando-o como meio de promoção e ascensão social.

1. APRESENTAÇÃO

Este texto, se constitui num resumo onde apresentamos os pontos centrais da nossa dissertação sobre aspirações ao futebol, apresentado ao Mestrado em Educação de Adultos da Universidade Federal da Paraíba, em maio de 1987.

O trabalho caracteriza-se como um estudo de natureza exploratória, desenvolvido em torno das aspirações que os atletas da ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA PORTUGUESA DE JOÃO PESSOA, têm em relação ao futebol.

O objetivo básico do estudo, situa-se na perspectiva não só de caracterizar a prática a que os atletas estão submetidos na Associação em questão, mas também de analisar a influência dessa prática, no processo de formação das aspirações dos jogadores.

Por outro lado, a pertinência do estudo, toma como referência o entendimento que fazemos da necessidade de se avançar cientificamente na avaliação do esporte, e, no caso específico, do futebol como prática cultural de natureza educativa.

No que pese toda a importância do futebol no Brasil, em termos de motivação popular, esta prática, não tem sido até hoje, objeto de estudos sistemáticos na busca de uma melhor compreensão do rumo que se deve

imprimir-lhe na perspectiva de torná-lo um meio de realização e valorização do homem.

Nesse sentido, ao tratarmos a relação Futebol/Educação/Aspirações, nossa perspectiva é de que o trabalho, possa se constituir em uma contribuição, para a atenuação da carência de estudos específicos sobre essa questão no Brasil.

2. O PROBLEMA EM ESTUDO

2.1. Introdução

O desporto tem experimentado, ao longo tempos, uma evolução significativa, ao ponto de se constituir num dos grandes temas da nossa época.

As motivações para a sua prática têm variado com os interesses, projetos e normas valorizadas por cada sociedade.

O que revela não só a íntima relação entre desporto e sociedade, mas também, o dinamismo próprio dessa prática para se adequar à cultura e à história de cada povo.

Nessa perspectiva, firmamos o nosso entendimento, de que o desporto não pode ser tratado e analisado no âmbito dos seus limites, como se fosse algo que se explicasse por si mesmo.

A difusão e evolução do desporto na sociedade, ao se processar marcada por circunstâncias histórico-estruturais diversas³, tem gerado uma grande diversificação de conceitos e entendimentos, criando e alimentando expectativas e interesses variados.

Por outro lado, o futebol - expressão maior do esporte brasileiro - ao chegar em nosso país, impregnado dos germes do privilégio e da dominação de classe, da burguesia inglesa, quis se manter com essas características.

A firme disposição da classe operária brasileira em conquistar seus espaços nessa modalidade, historicamente, foi frustrando a intensão da burguesia, de preservar o futebol como exclusividade dessa classe.

A ação concreta da sociedade, em busca dos seus anseios, motivou o futebol a evoluir notadamente nos meios populares, em oposição ao que pretendia a aristocracia.

Contudo, essa evolução ao ser modelada pelo poder dos meios de comunicação e pela interferência fiscal e administrativa do governo, passou a assumir contornos incompatíveis com os interesses daquelas classes.

Sendo assim, o nacionalismo acentuado que se desenvolve em torno da mistificação do futebol,⁹ associado à exploração político-ideológica que se faz em torno dos interesses populares que o mesmo desperta, historicamente tem contribuído para que a principal prática esportiva brasileira, deixe de prestar seus benefícios ao povo, para servir a interesses de minorias e à hegemonia de classes.

À medida que seus admiradores veem-no como uma escala de mobilidade social, o futebol passa a funcionar como moderador da praxis social, constituindo-se numa ilusória possibilidade de sucesso, notadamente para as classes menos privilegiadas.

2.2. O problema

A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA PORTUGUESA, (AAP), na qualidade de associação esportiva, situada num determinado contexto histórico-cultural, no interior da qual se desenvolve e se manifesta uma experiência futebolística, com camadas populares da sociedade, poderá a nível micro, ser tomada como representante do quadro a que nos referimos no item anterior, em função dos valores que circulam, no seu interior, não serem algo abstrato, mas, constituírem uma realidade concreta, forjada a partir da dinâmica das relações sociais a que os indivíduos estão submetidos.

Tomando como base a contribuição de LEVER⁹ que se referindo ao tema Esporte e Sociedade afirma que: "As conseqüências mais importantes do esporte

para a sociedade permanecem em grande parte inexploradas" (p.23).

Entendemos a necessidade de aprofundar o estudo em determinados aspectos que favorecem a compreensão da especificidade do futebol e suas relações com a problemática social.

Nesse sentido, consideramos esclarecedor analisar as motivações maiores que levam as pessoas à prática do futebol. Para o que, elegemos como problema central da pesquisa, o estudo da influência do futebol nas aspirações dos jogadores da AAP, desdobrado na seguinte temática:

- Implicações da prática do futebol no processo de formação das aspirações.
- Relação entre aspirações ao futebol e projetos existenciais dos jogadores da AAP.
- Imagens que os jogadores têm do futebol, enquanto contribuição para seus projetos existenciais, definidos como fins, projetos que um indivíduo ou grupo, mesmo uma sociedade se propõe atingir.

3. REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS

No que concerne à orientação metodológica adotada, nos inspiramos na perspectiva da pesquisa participante, tomando como base empírica de investigação a Associação Atlética Portuguesa, destinada à prática do futebol de natureza amadora.

Operacionalmente, nos valem da observação participante e entrevista semi-estruturada¹⁰, como procedimentos mais adequados ao estudo.

Nosso campo de observação se processou em torno de três polos significativos da prática da Associação: os jogos, os treinos e as reuniões. Procurando não só a identificação da Associação e caracterização da sua prática, mas também o levantamento de núcleos temáticos para orientar as entrevistas.

A prática foi observada através de um roteiro, que se desdobrou em torno de dois eixos distintos mas complementares: as relações de poder, definidas por LESNE⁸ como "Relações que se estabelecem ao nível do grupo, refletindo como o poder esta estruturado" e as relações com o saber, entendidas pelo mesmo autor (ob.cit.) como as relações que "Remetem não só às funções sociais, mas também as representações, que se fazem das funções psicossociais que asseguram a apropriação do conhecimento" (p.78).

As entrevistas foram realizadas com o propósito de levar os interlocutores a colocarem-se livremente sobre o futebol. Para isso, o processo de entrevistas foi orien-

tado em torno de núcleos temáticos amplos, capazes de levar os entrevistados a falarem sobre suas aspirações ao futebol, não só a partir do micro-contexto da AAP, mas também em relação ao contexto social mais amplo.

4. O QUE FOI REVELADO PELA PESQUISA

4.1. Observação participante

O processo de observação se desenvolveu ao longo de dois anos. O primeiro ano foi dedicado a um trabalho assistemático, visando a inserção do pesquisador no grupo. Já o segundo ano, foi dedicado a um trabalho mais sistemático de levantamento de dados, que nos revelou dois grupamentos diferenciados de informações.

O primeiro deles nos permitiu uma melhor contextualização da situação histórico-cultural da Associação, revelando sua origem, clientela atendida, estrutura organizacional e seus objetivos.

O segundo grupamento de dados, nos permitiu a caracterização da prática assumida pela AAP, tomando como referência as relações de poder e saber que passam a prática em questão.

As relações de poder, ao serem estudadas tomando como base a questão da participação, apontaram para uma prática onde as decisões são centralizadas na diretoria, os jogadores são bloqueados e inibidos nas suas iniciativas de participação, a relação diretor/associado, se processa de forma verticalizada e as eleições para escolha dos dirigentes, ao se realizarem apenas no círculo de diretores e ex-diretores, sem a formalização de chapas concorrentes, permitem que essas eleições aconteçam por aclamação.

Essa prática, ao se constituir numa forma aparente de exercício democrático, quando se observa mais de perto o alcance da mesma, constata-se que ela não expressa nada mais do que uma forma até certo ponto requintada, de legitimação do poder, condição necessária à reprodução do mesmo.

Isso se torna evidente, na medida em que ao se eleger o Presidente por aclamação, confere-se ao mesmo o privilégio de nomear todos os demais integrantes da diretoria, o que se dá sempre, em torno do mesmo grupo.

As relações com o saber, foram estudadas a partir da identificação do tipo de conhecimento veiculado, da postura pedagógica assumida pelo agente e dos efeitos sociais desejados. Os dados evidenciaram uma prática, onde o saber informação⁴, materializado nos conhecimentos e experiências adquiridas na prática do futebol, juntamente com o saber opinião⁴, representado pelas idéias, atitudes e padrões culturais, ao se constituírem na base dos conhecimentos veiculados, assumem papel significativo na formação do modelo de jogador projetado pela AAP.

Esses conhecimentos, ministrado através da imposição de padrões, têm como perspectiva dominante, a preparação de jogadores para a consecução de bons resultados desportivos. Esses fatos assumem uma dimensão significativa, ao observarmos que os conteúdos veiculados, ao se constituírem de normas, padrões e experiências práticas, afastados de uma explicação racional de suas causas e efeitos, servem mais à doutrinação e manipulação, do que à conscientização e à criticidade.

4.2. Entrevistas

Através da análise de parágrafos onde os jogadores textualmente se referem às suas pretensões, nos deparamos com a busca por melhores condições de vida para si e a família (materializada em empregos, salários, moradia, etc.) e a necessidade de reconhecimento e projeção social, como núcleos centrais dos projetos existenciais dos jogadores.

Em todos os momentos, a profissionalização através do futebol e a possibilidade de acesso a uma renda privilegiada alimentam as esperanças de estabilidade financeira e projeção social.

Ao creditarem ao futebol o poder de solução para seus problemas, os jogadores vislumbram essa possibilidade no profissionalismo, cujo acesso lhes seria possível pela adequação a um modelo previamente determinado, e pela ajuda de pessoas influentes.

A difícil caminhada dos jogadores em direção a esses objetivos, coloca-os diante de obstáculos muitas vezes intransponíveis, os quais, a medida que se constituem em frustrações aos seus projetos, contribuem para levantar dúvidas sobre as pretensas potencialidades do futebol, enquanto viabilização dos meios necessários à concretização de suas aspirações.

5. A QUE CONCLUSÕES CHEGAMOS

Em função dos dados levantados, onde se evidencia uma série de elementos que não só demonstram a atuação da prática da AAP como fator de reprodução de valores e modelos, mas também destacam a influência inibidora da mesma nas iniciativas dos jogadores, concluímos por atribuir à prática estudada, um caráter consumista-reprodutivista, enquanto que a educação permeia essa prática, aponta para a tendência denominada por FREIRE⁵ de Educação Bancária ou Cumulativa.

Constatamos ainda a importância destacada para o

futebol, enquanto meio de promoção social, com marcante influência no processo de formação das aspirações dos indivíduos e que se nutre na prática reprodutivista a que estão submetidos.

Uma outra evidência identificada, foi a potencialidade da situação de contradição a que os indivíduos estão submetidos, no despertar da consciência crítica desses mesmos indivíduos.

No entanto, a ausência de condições favoráveis impede o desenvolvimento dessa potencialidade.

6. BIBLIOGRAFIA

1. APARECIDA, S. e SILVA, I. Valores em educação: problema da compreensão e operacionalização dos valores na prática educativa. Petrópolis: Vozes, 1986.
2. BRANDÃO, C.R., org. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984.
3. CAGIGAL, J.M. Oh! Deporte!: anatomia de un gigante. Valladolid: Miñon, 1981.
4. CHARLOT, B. Le savoir: statu epistemologique, social et pedagogique un education permanente. Paris: 1977.
5. FREIRE, P. Educação e mudança 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
6. LAUWE, P.H.C. Aspirations et transformations sociales. Paris: Antropos, 1970.
7. ----- Pour une sociologie des aspirations. Paris: Donöel, 1979.
8. LESNE, M. Travail pedagogique et formation d'adulte. Paris: PUF, 1977.
9. LEVER, J. A loucura do futebol. Rio de Janeiro: Record, 1983.
10. THIOLENT, M. Crítica metodológica: investigação social e enquete operária. São Paulo: Pelis, 1982.

*UNITERMS: Sport as Alienation
Mystification of Football Soccer
Participant Observation
Sport x Education*

SUMMARY: FOOTBALL SOCCER ASPIRATIONS: A CASE STUDY

This work is related to the aspirations that football players have concerning to the sport of football soccer and to the influence of such sport in the forming process of such aspirations.

At the beginning theoretic-methodological references are presented, where the understanding of such aspirations appears as a historical reality and the research itself as a suitable orientation to the study.

The central part of this research stands out for two segments: first, features the practice that such players are submitted at the association; second, analyses the existing projects related to the practice the players have been submitted to.

By the collected data, we came to a conclusion that the feeling among the athletes regarding to football soccer involves a mystical relation, where they do expect through the relation football-dream to gain personal promotion and social status.

AVALIAÇÃO PÔNDERO-ESTRUTURAL EM ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA EM CAMPINA GRANDE/PB

Prof. Marco Antonio Dinoá
Prof.ª Maria José Moreira de Assis
Universidade Estadual da Paraíba

UNITERMOS: *Escolares - Estado Nutricional*
Escolares - Diagnóstico
Escolares - Antropometria
Escolares - Desnutrição.

RESUMO: *A avaliação do estado nutricional constitui-se em um importante instrumento para a análise das condições de crescimento e desenvolvimento dos nossos alunos, permitindo o estabelecimento de medidas de intervenção para adequar os programas de vigilância nutricional e do ensino da Educação Física à realidade do educando.*

A amostra foi constituída por 400 escolares da 5ª e 6ª séries do 1º grau da Escola Estadual Ademar Veloso da Silveira, em Campina Grande, Paraíba, na faixa etária de 10 a 14 anos de idade, com a finalidade de avaliar o estado nutricional, através de medidas antropométricas.

Através da classificação do NCHS, encontrou-se cerca de 68.25% com desnutrição, 28.75% normais e 3.0% de obesos.

A análise das curvas de crescimento observadas foi feita mediante comparação dos padrões de referências nacional, internacional e cubano. As observações efetuadas indicam que os valores médios de crescimento pândero-estaturais, embora iniciem próximos aos padrões de referência nacional e internacional e superior ao estudo cubano, aos 11 anos, atingem uma perceptível diferença segundo o sexo, apresentando valores médios inferiores a todos os demais estudos até 14 anos, exceto a relação peso/idade do sexo feminino.

O agravamento da desnutrição dos escolares caracteriza-se, sobretudo, pela falta de um programa interligado entre Nutrição, Saúde e Educação Física.

INTRODUÇÃO

Atualmente a Educação Física tem demonstrado a importância das atividades físicas dirigidas para o desenvolvimento orgânico que visa o aumento de suas potencialidades e o aprimoramento do homem, frente às transformações sociais, impostas por um crescimento desorganizado nas cidades e às poucas opções de movimento causadas pela agitação da vida moderna.

Sabe-se que a necessidade de informação com relação ao crescimento e desenvolvimento físico dos nossos alunos é de vital importância para desenvolver programas de Educação Física, dado que poucas são as informações existentes¹.

MARCONDES⁵ descreve que “a atividade física é indispensável para o crescimento normal; o desuso é pernicioso para o crescimento do esqueleto. A compressão, o suporte do peso corpóreo e a contração muscular são indispensáveis para o crescimento...” (p. 9).

A avaliação do estado nutricional tem-se consti-

tuído em um importante instrumento para análise das condições de crescimento e desenvolvimento, pois permite estabelecer medidas de intervenção para adequar programas de vigilância nutricional e do ensino da Educação Física à realidade física dos escolares.

FRANÇA & VÍVOLO³ afirmam que “a avaliação antropométrica apresenta um potencial de informações valiosas; particularmente no que se refere à predição e estimativa dos vários componentes do corpo” (p. 19).

A prática da atividade física nas escolas estaduais constitui uma cadeia de deficiências, razão pela qual muitas são as exigências em relação ao melhoramento do ensino da Educação Física; portanto, nenhum estudo nesta área foi feito, a fim de estabelecer padrões de crescimento e desenvolvimento físico dos escolares da Rede Estadual de Ensino. Acreditamos que se houvesse um estudo mais profundo do assunto proporcionar-nos-ia meios adequados e suficientes para assim atingirmos, com progressividade, o desenvolvimento de programas de Educação Física, levando-se em consideração a reali-

dade dos alunos das escolas estaduais de Campina Grande.

As medidas antropométricas são utilizadas nesta pesquisa como indicador nutricional, com o objetivo de classificar e traçar curvas de crescimento e compará-las com padrões de referências nacional, internacional e cubano.

MATERIAL E MÉTODOS

Foram estudados 400 escolares da Escola Estadual Ademar Veloso da Silveira, em Campina Grande, PB, sendo 162 do sexo masculino e 238 do sexo feminino. A seleção foi procedida aleatoriamente, dentre da totalidade dos alunos matriculados no período letivo de 1988, pertencentes a 5ª e 6ª séries do 1º grau, totalizando 1/3 do universo de escolares matriculados, todos na faixa etária de 10 a 14 anos de idade.

Os critérios adotados para a seleção dos escolares foram:

- escolares regularmente matriculados no ano de 1988 considerados aptos no exame médico realizado no início do ano;
- freqüência normal às atividades escolares;
- não apresentar doenças debilitantes que interferissem no processo de avaliação.

A avaliação antropométrica foi realizada pelos professores de Educação Física da escola, nas dependências do próprio estabelecimento de ensino e compreendeu: tomada de altura e do peso sob supervisão dos autores desta pesquisa. Os professores passaram por um processo de calibração antes do início do projeto, habituando-os com o manuseio dos instrumentos da pesquisa: balança mecânica Filizola com precisão de até 100 gramas; estadiômetro com cursor de madeira e fichas de anotações.

MARCONDES et al(6) recomendam a medição da altura e do peso corporal baseado em VALLOIS (1948), HAMMOND (1955), KEYS (1956), TANNER (1962) e TANNER & WITE HOUSE (1962).

A idade dos escolares foi registrada, mediante registro de nascimento e, com base na data do nascimento, obteve-se a idade em anos e meses; só foram considerados para efeito de registro os anos e meses já completados.

Os escolares foram avaliados através das medidas, tendo como base idade, altura e peso, que combinados estabeleceram indicadores do estado nutricional.

O diagnóstico do estado nutricional por meio da antropometria é possível através dos percentis obtidos

para cada indicador, classificando os escolares em normais, desnutridos e obesos.

Através destes indicadores antropométricos, caracteriza-se a magnitude do diagnóstico: o indicador altura/idade espelha um estado de desnutrição nos primeiros anos de vida; o indicador peso/idade exhibe uma situação caracterizada por um processo de desnutrição atual; o indicador peso/altura demonstra uma harmonia no crescimento.

O estado nutricional dos escolares foi classificado a partir dos percentis estabelecidos para cada indicador:

Classificação	Indicador Altura/idade		Indicador Peso/idade		Indicador Peso/altura							
a) Inferior ao Normal	10%	<	10%	<	20%	<						
b) Normal	10%	≥	90%	<	10%	≥	90%	<	20%	≥	80%	<
c) Superior ao Normal	90%	≥	90%	≥	80%	≥						

Os valores destes indicadores foram julgados sempre em função dos índices encontrados na população dos escolares.

Os indicadores foram utilizados segundo a padronização da OMS⁹.

Para a escolha dos padrões foram utilizados as curvas de referências cubanas (5), Santo André IV (5,6,7), que são dados de referência nacional e a curva de referência internacional do National Center For Health Statistic - NCHS, que é recomendada pela Organização Mundial da Saúde, internacionalmente admitida. Este padrão apresenta tabelas de altura para idade e de peso para idade, que combinadas obtêm-se uma outra tabela, a de peso para altura⁹.

Os resultados obtidos através destes instrumentos classificatórios receberam tratamento estatístico com base na média, desvio-padrão e percentagem, conforme sexo, faixa etária, altura e peso.

RESULTADOS

Nas Tabelas 1 e 2 observam-se as médias e os desvios-padrão em todas as idades de ambos os sexos, para altura e peso dos escolares.

Tabela 1 - Média e Desvios-Padrão, Segundo Idade do Sexo Masculino do Colégio Estadual Ademar Veloso da Silveira em Campina Grande/PB - 1988

Idade (anos)	Nº de escolares Examinados	Altura (cm)		Peso (Kg)	
		X	S	X	S
10 → 11	7	137,29	3,94	31,64	2,55
11 → 12	34	137,71	5,06	31,23	6,17
12 → 13	44	143,36	11,64	36,74	6,66
13 → 14	55	148,58	9,16	40,51	8,24
14 → 15	22	150,43	7,64	39,89	7,00
Total	162				

Tabela 2 - Média e Desvios-Padrão, Segundo Idade do Sexo Masculino do Colégio Estadual Ademar Veloso da Silveira em Campina Grande/PB - 1988

Idade (anos)	Nº de escolares Examinados	Altura (cm)		Peso (Kg)	
		X	S	X	S
10 → 11	4	135,88	4,77	28,63	4,49
11 → 12	48	143,72	7,77	34,71	6,29
12 → 13	81	148,09	7,78	40,66	9,00
13 → 14	79	149,92	5,81	42,99	7,33
14 → 15	26	150,85	6,81	45,85	7,79
Total	238				

Na Tabela 3 estão descritas as médias, desvios-padrão e as percentagens da população examinada, segundo a classificação do padrão de referência NCHS. Constatamos que o maior número de escolares estudados se encontram na faixa dos desnutridos, totalizando 68,25%, enquanto que normais e obesos representam 28,75% e 3,0 respectivamente para ambos os sexos.

Com relação ao sexo masculino, observa-se que 24,69% estão na faixa dos desnutridos, na dos normais 22,84% e na de obesos 2,47%.

Quanto ao sexo feminino, os maiores índices foram 63,87%, correspondente à desnutrição, 32,77% de normais, seguida pela menor percentagem 3,36% que foi verificada com relação às obesas.

Tabela 3 - Distribuição dos escolares segundo o estado nutricional de 10 a 14 anos de idade de ambos os sexos do Colégio Estadual Ademar Veloso da Silveira em Campinas Grande/PB - 1988.

Classificação	Masculino		Feminino		Ambos os sexos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Normal	37	22,84	78	32,77	115	28,75
Desnutridos	121	74,69	152	63,87	273	68,25
Obesos	04	2,47	08	3,36	12	3,00
Total	162	100,0	238	100,0	400	100,0

Tomando como base as curvas das populações de referências cubana, nacional e internacional e comparando aos resultados do nosso estudo, a Figura 1 demonstra que os escolares do sexo masculino, com relação à altura/idade, da Escola Estadual Ademar Veloso da Silveira, apresentam inicialmente valores médios de crescimento próximo às curvas de referência nacional e internacional e superioridade à cubana aos 10 anos. Porém, apresentam um declínio que coloca os nossos alunos, aos 11- anos em valores médios inferiores à cubana. Em seguida, mesmo apresentando uma ascensão na curva de crescimento, a mesma permanecerá em valores inferiores aos demais estudos até os 14 anos. Para o sexo feminino (Figura 2), de 10 a 12 anos, apresentam um crescimento inferior às médias nacional e internacional e superior à cubana. Os valores de crescimento estatural, a partir desta idade, permanece basicamente constante até os 14 anos, observando-se uma distância progressiva desta curva com relação às demais, que continuam em ascensão.

Figura 1 - Curvas de crescimento altura/idade, masculino, de 10 a 14 anos da Escola Estadual "Ademar Veloso da Silveira" comparadas às curvas do padrão NCHS/OMS, Santo André IV e Cuba

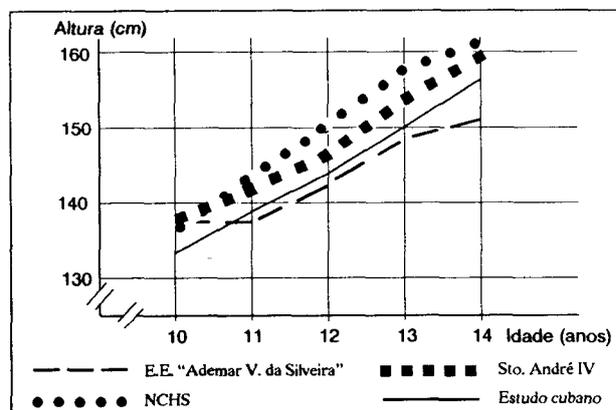
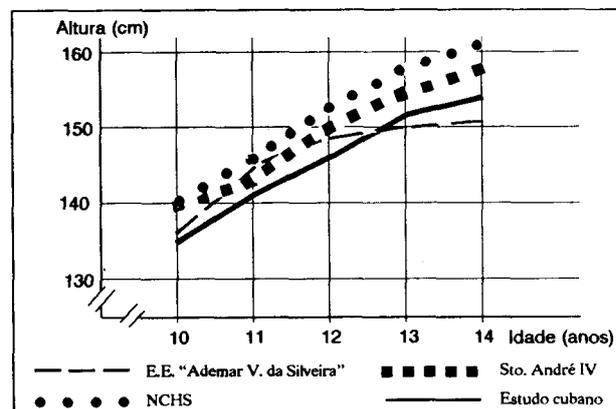


Figura 2 - Curvas de crescimento altura/idade, feminino, de 10 a 14 anos da Escola Estadual "Ademar Veloso da Silveira" comparadas às curvas do padrão NCHS/OMS, Santo André IV e Cuba



Nas Figuras 3 e 4, equivalentes ao peso/idade de ambos os sexos, observa-se que os meninos (Figura 3), aos 10 anos, apresentam valores médios inferiores ao NCHS e Santo André IV, ficando em superioridade à cubana. A partir desta idade evidencia-se um declínio, colocando a curva de crescimento ponderal ligeiramente superior aos valores médios cubanos e inferior aos demais estudos. Entre 11 e 13 anos ocorre uma elevação da curva retornando às condições anteriores, declinando em seguida e chegando a apresentar valores inferiores aos demais estudos, aos 14 anos.

No sexo feminino (Figura 4), aos 10 anos, observa-se, de início, que a curva média de crescimento ponderal é inferior aos estudos NCHS e Santo André IV, porém situando-se em patamar ligeiramente superior à Cuba, resultando numa elevação que aproxima a curva, dos valores médios nacional e internacional, deixando-a superior à cubana aos 12 anos. A partir desta idade, ocorre uma desaceleração gradativa para aos 14 anos, os valores médios ponderais exibiram as mesmas características iniciais.

Figura 3 - Curvas de crescimento peso/idade, masculino, de 10 a 14 anos da Escola Estadual "Ademar Veloso da Silveira" comparadas às curvas do padrão NCHS/OMS, Santo André IV e Cuba

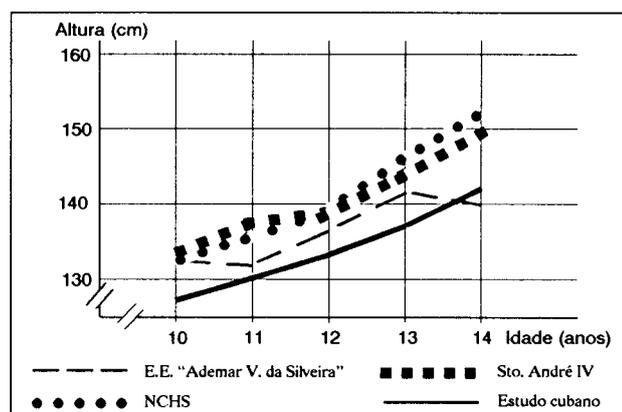
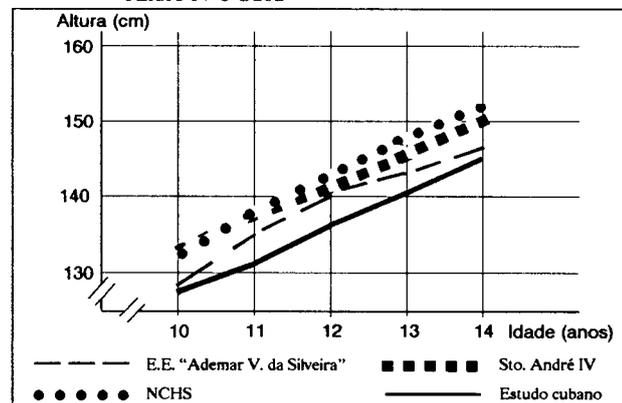


Figura 4 - Curvas de crescimento peso/idade, feminino, de 10 a 14 anos da Escola Estadual "Ademar Veloso da Silveira" comparadas às curvas do padrão NCHS/OMS, Santo André IV e Cuba



COMENTÁRIOS

Já é fartamente documentada na literatura médica, que a avaliação do crescimento através de medidas antropométricas, é considerada uma medida simples que melhor reflete o estado nutricional do indivíduo. A monitorização do crescimento, constitui, hoje, um procedimento indispensável e sensível de avaliar a qualidade de vida de uma população^{2, 5, 8}.

A influência exercida pelos fatores ambientais e genéticos são condições sociais que intervêm no processo de crescimento e desenvolvimento de uma dada população, destacando-se entre os fatores essenciais, a nutrição.

Não será ousado afirmarmos que a precária situação da prática da Educação Física nas escolas estaduais, constitui um caótico quadro; resultado de uma ausência total de programas de Nutrição e Saúde, razão pela qual muitas são as exigências ao melhoramento do ensino de Educação Física no nosso município.

O presente estudo pode detectar que 68,25% dos alunos da Escola Estadual Ademar Veloso da Silveira, são detentores de algum tipo de desnutrição, segundo a classificação da OMS⁹.

Estima-se em 50 a 70% a prevalência da desnutrição em cidades da região do Nordeste, onde o contexto social e econômico são semelhantes⁸.

As diferenças constatadas nas curvas de crescimento dos escolares evidenciam um déficit do crescimento pândero-estatural em função da idade, persistindo em todas as faixas etárias. Outro fator importante que é preciso considerar, é o acesso a uma boa nutrição, imprescindível para permitir a interação do indivíduo com o meio ambiente, além do desempenho do organismo.

Merece destaque final a necessidade da existência de um programa de nutrição e saúde, que proporcione o bom desenvolvimento dos escolares, permitindo que a Educação Física alcance seus objetivos.

CONCLUSÕES

Através dos resultados obtidos podemos concluir que:

- dos 400 escolares da amostra, 68,25% apresentam algum tipo de desnutrição, 28,75% são normais e 3,0% correspondem a obesos;
- a incidência da desnutrição no sexo masculino foi de 74,69% e no sexo feminino de 63,87%;
- os alunos da Escola Estadual Ademar Veloso da Silveira apresentam um retardo no crescimento

- pôndero-estatural em todas as faixas etárias, segundo o sexo;
- d) as curvas evolutivas da altura/idade e do peso/idade dos escolares são inferiores aos padrões NCHS, Santo André IV e superior às de Cuba;
- e) o agravamento da desnutrição dos escolares caracteriza-se, sobretudo, pela falta de um programa interligado entre Nutrição, Saúde e Educação Física..

AGRADECIMENTOS

Ao mestre, professor Roberto José Tenório Lira, do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, por sua assessoria na definição do plano amostral cuja orientação foi imprescindível para a realização do presente trabalho; à professora Joaquina Araújo Amorim, do Departamento de Medicina Interna Social e Preventiva – CCBC/UFPB – Campus II em Campinas Grande, pelo fornecimento de dados e assessoria técnica à pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

01. BARBANTI, V.J. Manual de testes: aptidão física relacionada à saúde. Itapira: DEFER, 1983.
02. CARIRI, B.M.J. Crescimento e estado nutricional de 0 - 11 anos, Estado da Paraíba (nordeste brasileiro). Rev. Saúde Pública, São Paulo, n.21, p.480-9, 1987.
03. FRANÇA, N.M. & VÍVOLO, M.A. Medidas antropométricas. In: Victor K.R.M., ed. Testes em ciências do esporte. 4 ed. São Caetano do Sul: Centro de Estudo do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul, 1987, p.19.
04. LIRA, R.J.T. Avaliação antropométrica do estado nutricional em crianças e adolescentes. Recife: DED/PE, 1988.
05. MARCONDES, E. Monitorização do crescimento. São Paulo: Laboratório Searle, 1987.
06. MARCONDES, E. et al. Crescimento e desenvolvimento pubertário em crianças e adolescentes brasileiros. I. Metodologia. São Paulo: Brasileira de Ciências, 1982.
07. MARQUES, R.M. et al. Crescimento e desenvolvimento pubertário em crianças e adolescentes brasileiros. II Altura e peso. São Paulo: Brasileira de Ciências, 1982.
08. MONTEIRO, C.A. Saúde e nutrição das crianças de São Paulo: diagnóstico, contraste social e tendências. São Paulo: EDUSP, 1988.
09. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Medición del cambio del estado nutricional: directrices para evaluar el efecto nutricional a grupos vulnerables. Ginebra: 1983.

*UNITERMS: Students. - Nutritional Status.
Students. - Diagnosis.
Students. - Anthropometry.
Students. - Undernourishment.*

Height/weight Estimation of Ademar Veloso da Silveira Public's Students, in Campina Grande -- PB

SUMMARY: The estimation of the nutrition state settles itself as an important instrument for the analysis of the growth and development conditions of our students, so as to allow the recording of intervention procedures in order that the nutrition vigilance and Physical Education programs can be properly adapted to the reality of the student.

So as to appreciate the nutrition state through anthropometric measurements, 400 students of the 5th and 6th elementary school grades fro Ademar Veloso da Silveira public school, in Campina Grande, PB, and whose ages varied between 10 and 14 years, were carefully studied.

Through classification of NCHS, about 68.25% of them were found undernourished; 28,75% of them were normal and 3,0% were overwighed.

The analysis of the observed growth charts was done by their comparison to national, international and also to Cuban reference standards.

The observations indicate that although the medium values of height/weight growth begin close to the national and international reference standards and even superior to the Cuban study, they reach a perceptible difference according to the sex, and they also show that the medium values are even inferior to all other studies until the 14 years of age, except for the needs for Nutrition, Health and Physical Education.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E REPRODUÇÃO SOCIAL

Prof. Luis Carlos Rigo
Profª. Eliane Pardo Chagas
Universidade Federal de Santa Maria

*UNITERMOS: Educação
Educação Física
Trabalho
Corpo
Reprodução.*

RESUMO: Este estudo pretende levantar algumas hipóteses referentes ao papel da Escola, enquanto instituição organizada da sociedade civil e especificamente da Educação Física, para a reprodução do sistema capitalista. Um dos pressupostos fundamentais desse estudo será a tentativa de evidenciar que a escola, na fase do capitalismo desenvolvido, monopolista, no qual o trabalho, de um modo geral, adquire um alto grau de industrialização e taylorização, geralmente mantém, com este, uma relação mediata e não imediata.

Dessa forma, o controle do corpo, a formação de hábitos, o disciplinamento e a inculcação de valores sobre o aluno adquire considerável importância para que estes venham a inserir-se como trabalhadores "dóceis" e acríticos no mundo do trabalho industrial.

Levando em consideração estes aspectos, a Escola e a Educação Física muitas vezes, mesmo ingenuamente, contribuem para a formação de uma sólida hegemonia burguesa.

1. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A RELAÇÃO ESCOLA E TRABALHO

Levando em consideração a nossa realidade, ou-
samos falar de um tema que, além de recente, é bastante
polêmico dentro do contexto educacional brasileiro. É
mais recente ainda, no que se refere à especificidade da
Educação Física, onde poucas vezes foi trabalhado com
profundidade.

Assim, dentro das limitações desta reflexão, ire-
mos tentar abordar alguns pontos que podem inserir-se
de uma maneira mais geral, na discussão das relações
entre educação e trabalho. Devido à abrangência do
assunto, limitar-nos-emos a levantar algumas consi-
derações com o mundo do trabalho, ou melhor, como
estas podem influenciar no condicionamento de crianças
e jovens para que possam vir a aceitar passivamente a
realidade exploradora que constitui o mundo do tra-
balho na sociedade atual.

Apesar de o tema educação e trabalho não ter uma
longa história de análise e debate no contexto educa-
cional brasileiro, inúmeros autores já evidenciaram suas
concepções e posturas diante dessa problemática e é a
partir de algumas dessas análises que iremos refletir a
temática aqui proposta.

No início da década de 60, com a implementação da
pedagogia tecnicista (sustentada basicamente em três
teorias: teoria do capital humano, teoria da moderni-
zação e teoria estrutural funcionalista segundo MA-
CHADO, 1989), passa-se a atribuir à escola a função de
preparar, qualificar tecnicamente os trabalhadores para
um futuro trabalho industrial, fruto do grande desen-
volvimento tecnológico (milagre econômico)¹.

Esta teoria desenvolvimentista, base da pedagogia
tecnicista, sustentava-se no discurso do crescimento
econômico e na ascensão individual para o sujeito que
havia investido em si mesmo através da educação, ou
seja, que havia investido em seu "capital humano".

1. À respeito da pedagogia tecnicista e sua fundamentação teórica, sugerimos, a título de aprofundamento, a leitura dos seguintes autores entre outros: FRIGOTTO(1989), SALM(1980), APPLE(1989).

Qualificando-se, o sujeito iria então ascender de classe social e contribuir para acabar com a desigualdade via desenvolvimento industrial do país.

Dentro dessa análise, podemos situar a maioria dos autores positivistas adeptos da teoria do capital humano².

As primeiras críticas à essas concepções surgiram com os autores que realizaram uma análise que pode ser considerada de cunho crítico-reprodutivista (Rossi, em 1980 e Freitag, em 1980). Estes autores procuram mostrar a função reprodutora da escola também a partir da teoria do capital humano ou seja, segundo essas análises, a escola iria apenas contribuir para o desenvolvimento do capitalismo, produzindo mão de obra qualificada.

Estas análises, segundo FRIGOTTO (1984) tornam-se em alguns aspectos limitadas, na medida que não desenvolvem uma perspectiva de superação da crítica e que não enfocam contradições importantes presentes na fundamentação teórica e na própria concepção da teoria do capital humano.

Buscando superar as análises crítico-reprodutivistas, FRIGOTTO (1984) em seu trabalho "A produtividade da escola improdutivo" procura evidenciar a pseudoconcreticidade da teoria do capital humano, e passa a constituir-se em mais um importante referencial para a compreensão e análise das relações entre educação e trabalho.

Segundo este autor, a teoria do capital humano na realidade irá constituir-se em mais um truque na medida que

ênfatizar a prática educativa escolar como mecanismo de qualificação técnica, de potencialização do trabalho, conduz a não perceber que, à medida que o capitalismo avança, tende organicamente a poupar mão de obra, cindir, simplificar e desqualificar a maior parte das ocupações e criar, simplificar a maior parte das ocupações e criar um corpo coletivo de trabalhadores (FRIGOTTO, 1984, p.222).

Deste modo, podemos perceber que na verdade a teoria do capital humano não faz o que diz fazer porém, por outro lado, realiza inúmeras funções, tais como: reproduz os valores do liberalismo positivista (individualismo, competitividade, etc) e , o que é mais importante, oculta a verdadeira origem das contradições sociais e a existência da luta de classes.

A partir dessa análise da teoria do capital humano, inúmeros outros autores procuram aprofundar as possíveis relações entre a escola e o mundo do trabalho, entre eles podemos citar ARROYO(1984), ENGUITA(1986).

Quando se consulta a história da Educação Física, pouco ou quase nada dessa discussão é encontrado. As críticas ao caráter reprodutivista da Educação Física com relação às questões do mundo do trabalho, limitam-se às concepções que procuram referendar a Educação Física como um instrumento capaz de proporcionar melhor condicionamento físico para o trabalhador poder produzir mais. Em contrapartida, dificilmente encontramos análises, referenciais que considerem a relação mediata da Educação Física com o mundo do trabalho.

Em relação às posturas que almejam para a Educação Física o caráter de disciplina potencializadora de saúde para o mundo trabalho³, levantamos alguns questionamentos e tecemos de forma inicial, algumas críticas para que possamos aprofundar o debate.

Em primeiro lugar, a Educação Física, mesmo pretendendo condicionar fisicamente os seus alunos, com suas miseráveis duas ou três horas semanais, questionamos se na verdade, os efeitos dessas atividades terão uma duração significativa do ponto de vista fisiológico na medida que, grande parte dos alunos ingressa no mundo do trabalho depois de muito tempo ou mesmo quando trabalha e estuda, é dispensado das aulas práticas.

Outro fator importante a considerar, e para o qual a análise da pseudo concreticidade da teoria do capital humano chama-nos atenção, refere-se à evolução do sistema industrial⁴, onde podemos perceber de forma bastante clara que, à medida que este evolui, os trabalhos tornam-se cada vez mais aprimorados, compartimentali-

2. A origem clássica da teoria do capital humano pode ser encontrada basicamente na obra de SCHULTZ "O Capital Humano: investimento em educação e pesquisa"(1971). Quanto à aplicação dessa teoria ao sistema educacional, FREITAG(1980) indica-nos como representantes das novas disciplinas que surgiam, o planejamento educacional e a economia da educação, autores como: Becker, Schultz, Edding e Solow. No Brasil, esta teoria foi colocada em prática efetivamente através dos acordos MEC/USAID a partir de 1964 pelo governo militar.

3. O discurso da Educação Física como potencializadora de condicionamento físico do aluno esteve presente com bastante ênfase nas concepções que visualizavam-na como promotora de saúde tais como a Educação Física higienista e militarista (GHIRALDELLI JR. 1988). Ainda hoje esse discurso é utilizado freqüentemente como respaldo para legitimação da Educação Física escolar (CASTELLANI, 1988). A sustentação teórico-filosófica do discurso dessas concepções podem ser visualizada principalmente nos pressupostos da ciência positivista que evidenciou o aspecto biológico na Educação Física hegemonizando-o enquanto paradigma de sustentação da mesma. A respeito da origem da Educação Física, reportamos o leitor à leitura de OLIVEIRA (1983), "O que é Educação Física".

4. A respeito da evolução do modo de produção capitalista e as suas conseqüentes modificações nos processos de trabalho convém verificar: DOBB (1987) "A evolução do capitalismo", RAGO e MOREIRA (1988) "O que é Taylorismo", CARNOY e LEVIN (1987) "Escola e trabalho no estado capitalista". ENGUITA (1990) chama-nos atenção para novas formas de organização do trabalho, que visam superar o taylorismo, o "neofordismo".

zados, mais leves, resultado da divisão cada dia mais aperfeiçoada do trabalho, necessitando-se assim, cada vez menos de um esmerado condicionamento físico para executá-los. Como nos coloca ENGUITA (1988, p.39).

o empresário não está interessado em que o trabalhador conserve a saúde de seus pulmões e a elegância de sua pele, mas que se torne mais barato e mais controlável.

Seguindo essa análise da evolução do sistema capitalista industrial, iremos perceber que o trabalhador, obeso ou sedentário, independente de seu tipo físico, é explorado e utilizado da mesma forma, como mão de obra barata. A única saúde que preocupa o patrão é a sua manutenção diária, durante o seu tempo em ativa, para que este possa lhe render lucros, e nessa manutenção, a Educação Física formal pouco influencia.

Após ter evidenciado algumas contradições das teorias que visualizam uma vinculação direta da Escola (Educação Física) com o mundo do trabalho, iremos a seguir procurar refletir como essas relações acontecem permeadas por uma série de mediações, porém, essas especificidades não tiram a importância desta vinculação.

2. A MEDIATICIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA COM O MUNDO DO TRABALHO

A partir das colocações feitas anteriormente, consideramos importante alertar-mo-nos (educadores, pesquisadores, etc) para a busca da compreensão de como a escola, na lógica capitalista, vincula-se mediamente ao mundo do trabalho ou seja, não estabelece com o mesmo uma relação linear e imediata. Os efeitos dessa relação, a forma como ela se concretiza, são de certa forma sutis e, para que sejam percebidos é necessário realizarmos uma análise radical e ampla que tente, dentro do possível, abarcar um universo dessa relação.

Por outro lado, é preciso que tomemos cuidado com esse tipo de análise para que não sejamos conduzidos por uma postura puramente idealista que define a Escola como um lugar onde apenas circulam e confrontam-se idéias não percebendo que, apesar da evolução ocorrida na sociedade e na escola, esta sempre manteve, além da relação com as idéias, um condicionamento material na formação das crianças e jovens, devido em parte ao período extenso de permanência desses na Escola.

Além disso, se o objetivo da Escola se restringisse apenas às idéias, ela facilmente poderia ser substituída pelos meios de comunicação de massa como o rádio e a televisão. Em relação ao aluno

a escola não pretende apenas modelar suas dimensões cognitivas, mas também seu comportamento, seu caráter, sua relação com seu corpo, suas relações mútuas. Propõe-se a organizar seu cérebro, mas no mais amplo sentido (ENGUITA, 1989, p.198).

Essa função ampla, que envolve condicionamentos materiais, corporais, realizada pela Escola, não é exclusiva desse momento histórico que estamos vivendo. A Escola como disciplinadora e formadora de hábitos, teve seus anos dourados no período de implementação da sociedade industrial, onde servia de instrumento para condicionar e domesticar o trabalhador rural e escravo para o trabalho nas fábricas modificando com isso, toda a sua cultura e seus hábitos. Assim:

onde a história não havia visto senão epopéias escolares destinadas a melhorar a sorte das classes desfavorecidas e a fomentar a igualdade e a liberdade, os historiadores e revisionistas desvelaram um movimento cujos propósitos e resultados eram a assimilação dos grupos imigrantes mediante a destruição de seus acervos culturais, a conservação da ordem civil e política por meio da doutrinação ideológica e a inculcação do respeito pela autoridade e a formação de uma mão de obra dócil, disposta a aceitar sua posição através da modelagem de seu caráter e de seus hábitos de conduta. Contrariamente a uma imagem deles fornecida por uma história cor de rosa, os educadores contribuíram voluntariamente e involuntariamente, direta e indiretamente, para a domesticação da classe operária (ENGUITA, 1989, p.144).

Essa modelagem de crianças e jovens, via Escola, foi buscada nas mais diversas formas, tais como: na fragmentação e padronização do horário, no respeito à autoridade do professor, na negação da criatividade e autonomia, na obsessão pela eficiência e eficácia, etc. Essas formas apresentavam-se algumas vezes mais ocultas, sutis, outras vezes de forma mais explícita. O ensino e a instrução ficavam em um segundo plano, atrás da ênfase na ordem, na pontualidade, na compostura, etc.

A utilização da Escola na formação da conduta, do disciplinamento para domesticar crianças e jovens para o mundo do trabalho industrial não se constituiu em privilégio da Idade Média ou mesmo dos séculos passados. Se observarmos melhor, iremos perceber que ela atravessou basicamente toda as propostas pedagógicas, onde algumas manifestaram-se mais diretamente, em

outras mais sutilmente, de acordo com a especificidade da proposta e de seu momento histórico. Estes fatores muitas vezes passaram despercebidos pelos educadores, por não receberem deles a devida atenção.

Recolocando em discussão questões muitas vezes consideradas pequenas, FOUCAULT (1987) chama-nos atenção para como, a partir do século das luzes, as instituições coletivas e entre elas a escola, criam o que ele chamou de uma “microfísica do poder”, onde a disciplina exercida via controle burocrático de regras, do tempo, do corpo, aliena e condiciona o indivíduo a uma postura reprodutora do sistema. Segundo este autor:

forma-se então, uma política de coerção que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria do poder, que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe... Está nascendo uma anatomia política que é, igualmente uma mecânica do poder (FOUCAULT, 1987, p.127).

A Escola como um todo, exerce forte influência nesta anatomia política, ela controla os gestos e o comportamento das crianças sutilmente, quando os condiciona a manterem-se sentados durante quatro horas por dia, sujeitos à um controle rígido da disciplina, que os coloca passíveis a castigos corporais e morais.

Este controle dos movimentos, posturas e condutas não é colocada aleatoriamente dentro das funções e objetivos da Escola, pois é condição indispensável para qualquer trabalhador que pretende manter-se o dia inteiro dentro de uma fábrica sem desperdiçar seu tempo. Assim, se corpo deve estar condicionado a essas normas e atitudes estipuladas pelo professor e posteriormente, exigidas pelo patrão.

Dentro de todo esse contexto maior onde a escola procura forjar modelos e controlar os hábitos dos alunos, necessários ao trabalho industrial, a Educação Física, inserida na educação, contribui significativamente, para que se perpetue esse ciclo. Algumas vezes, o controle se diferencia daquele exercido pelas demais disciplinas e consideramos que isso ocorra devido à especificidade do objeto de estudo da Educação Física, ou seja, o movimento humano.

No que concerne à anatomia política evidenciada por FOUCAULT (1987), sem dúvida, a Educação Física mantém com esta uma relação orgânica, via controle e condicionamento do corpo.

Segundo estudos realizados por CASTELLANI (1988), GHIRALDELLI (1988), OLIVEIRA (1983), durante a fase militarista e mesmo eugenista que atravessou a Educação Física, este controle e condicionamento eram bastante evidentes. Eram visíveis as formas de fragmentação do movimento corporal e a formação de condutas via disciplina e autoritarismo do professor.

Atualmente, com a implementação da proposta pedagógica competitivista (GHIRALDELLI, 1988), a qual centraliza seus conteúdos primordialmente nos esportes, o autoritarismo e o controle dos movimentos dos alunos acontecem de forma mais sutil, diferente, onde podemos evidenciar de certa forma, uma dupla pedagogia dentro de uma mesma escola, visto que os professores trabalham de forma diferente com os diversos grupos de alunos, os que fazem parte das seleções e equipes escolares e aqueles que são rejeitados.

Estes últimos, sujeitam-se muitas vezes a uma prática de atividades físicas desconsiderada porque, na opinião dos professores, estes alunos não possuem condições de atingir os padrões mínimos necessários para fazerem parte da elite esportiva da escola.

Apesar de todo esse complexo que geralmente constitui as propostas pedagógicas da Educação Física escolar, onde muitas escolas a concepção militarista ainda exerce grande influência, podendo-se evidenciar até mesmo um certo ecletismo. O controle e a disciplina do corpo não foi relegado, pelo contrário, apenas diversificou-se a maneira de realizá-lo.

Quando acompanhamos um professor selecionar autoritariamente, alguns alunos para determinadas atividades corporais que irão receber maior atenção por parte da escola e da sociedade e relegar, condicionar outros alunos, para atividades com menor incentivo, não podemos acreditar ingenuamente que a postura desse professor possui valor em si mesma. Mesmo que inconscientemente, este professor pode estar na verdade, condicionando seus alunos a aceitarem o fato de que na sociedade também existem trabalhos que merecem maior atenção e, conseqüentemente, maior remuneração. Em contrapartida, existem outros secundários, que portanto deverão ser menos remunerados.

O que temos diante de nós talvez seja uma reprodução das posturas estruturais funcionalistas que visam a adaptação plena do indivíduo às regras sociais.

Outra conseqüência dessas posturas, reside no fato de que poderão levar os alunos a aceitarem que, na sociedade, assim como na escola, apenas alguns deverão ser privilegiados enquanto os demais, por “naturalmente” não possuírem condições, deverão contentar-se com posições “inferiores”. Cria-se assim, a partir da Educação Física escolar, uma elite constituída pelos “melhores” (meritocracia), que representam a totalidade da escola e uma “massa” que irá constituir a população expectadora, condicionada apenas a aplaudir.

Esta mesma reprodução dar-se-á de forma seme-

lhante na sociedade, na fábrica, na indústria, no mundo do trabalho enfim, onde os patrões usufruem dos bens e os empregados trabalham para produzi-los. Estes porém, não possuem o direito nem o acesso aos bens produzidos pelo seu trabalho.

A autoridade do professor, que decide quem vai fazer o quê e o como fazer, possuem uma longa história na escola e hoje, apesar de realizar-se de forma não muito explícita, ainda exerce uma função determinante e, através dela, o professor exclui seus alunos do controle de seus movimentos, do conhecimento do seu corpo, impossibilita a autonomia e a conscientização de si próprio, ou seja, o movimento, seu sentido e controle é alheio à seu executor, o aluno. O significado desse controle externo nos coloca FOUCAULT:

o momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo, o torna tanto mais obediente quanto mais é útil e inversamente...

está nascendo uma mecânica do poder que define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que se faça o que se quer mas para que se opere como se quer (1987, p.127).

Esta disciplina corporal significa a forma material de controlar e tirar do sujeito a sua autonomia, condicioná-lo à executar funções criadas pelo sistema industrial às quais, por mais simples e compartimentalizadas que sejam, constituem-se numa alienação do corpo e, conseqüentemente do sujeito como um todo. Rouba-se assim do indivíduo, o próprio indivíduo ou seja, seu corpo.

A presença da autoridade definidora do professor tem como ponto central a limitação da criatividade do aluno, a preocupação em obstruir a autonomia do mesmo. Essa autoridade possui uma forte justificativa a ser considerada. Observando o que nos coloca CHARLOT e FIGEAT citados por ENGUITA (1989, p.165) “o homem que, de qualquer lugar que venha, queira converter-se em um bom operário, deve começar por desfazer-se da idéia exagerada de seu próprio mérito”. Nada melhor do que inculcar essa idéia de desfazer-se de seu mérito a partir da infância. A burguesia coloca a Escola como uma das instâncias responsáveis pela execução dessa função imposta pelo capitalismo industrial, do trabalhador desfazer-se de seu próprio mérito, do controle e significado de seus movimentos para tornar-se um obediente operário, um “operário padrão”.

Assim, cabe à pseudo Educação Física escolar auxiliar nessa função de destituir o aluno do próprio mérito de seu corpo, este deve ser do professor, para que futuramente aceite que o mérito do controle do seu corpo passe a ser do ambiente, espaço físico da fábrica onde está, como nos coloca KUENZER (1986) esta cria a sua pedagogia para aperfeiçoar a técnica necessária à produção e reforçar o controle ideológico e material (postura, hábitos, costumes, etc) dos operários, controle este que teve parte significativa de sua origem na Escola.

Apesar de considerarmos que o trabalho fabril possui sua própria sistemática e não necessita de um condicionamento físico aprimorado para que seja realizado, nem por isso a Escola desvincula-se do mundo do trabalho. Pelo contrário, mantém com ele uma relação orgânica e material onde, na maioria das vezes, converte-se em elemento importante no que tange à inserção dócil dos seus alunos ao mundo do trabalho.

A Educação Física realiza as mesmas funções da Escola, porém, com maior relevância em relação ao movimento dos alunos. É necessário elucidar no entanto, que o controle do corpo e dos movimentos, não limita-se ao físico em si mesmo. Na busca de superarmos um falso dualismo corpo/mente iremos perceber que as atividades corporais atuam sobre o cérebro e ajudam o homem a formar a sua concepção de mundo com conseqüências muitas vezes mais orgânicas que as próprias palavras. Idéias liberais como o individualismo, a competitividade são passadas por intermédio das atividades físicas alcançando níveis de consciência elevadíssimos e atingindo até mesmo a subjetividade do aluno. Cria-se assim, uma sólida hegemonia burguesa via vivências corporais.

3. A IMPORTÂNCIA DA CRÍTICA NA BUSCA DE SUA SUPERAÇÃO

Nessa pequena reflexão limitamo-nos a analisar as possíveis funções de reprodução da Escola, não nos estendendo a comentar sobre a dita Educação Física informal (lazer) realizada junto aos trabalhadores, nem as possíveis vinculações com o esporte de alto nível, por acreditarmos que os mesmos contêm certas especificidades, diferenças que por sua complexidade, tornam-se difíceis de serem incluídas em um artigo referente à Educação Física escolar, por correrem o risco de serem abordadas de forma superficial.

Outra questão que parece-nos relevante ressaltar concerne ao momento em que questionamos as possíveis reproduções presentes no exercício da autoridade do professor. Não foi nossa intenção defender nenhuma postura que pudesse ser incluída nas propostas da Escola Nova, nem mesmo negar o papel do professor. Acredita-

mos que a atuação deste deve ter como objetivo maior a busca de independência e autonomia pedagógica do aluno e não a submissão desse ao professor, o que muitas vezes ocorre.

Gostaríamos também de ressaltar que neste artigo, delimitamos a análise das possíveis maneiras da Escola servir como reprodutora para o mundo do trabalho. Apesar disso, acreditamos que esta não seja a única possibilidade de relação na medida que visualizamos na Escola também uma capacidade de resistência, tanto para com a sociedade em geral como para criar uma realidade diferente na relação operário e trabalho. Todavia, devido ao caráter introdutório deste estudo, privilegiamos enfocar suas relações reprodutoras principalmente levando em consideração algumas observações como as de ARROYO (1986, p.32):

a análise crítica da função de classe da nossa escola não se esgotou. As teorias críticas da educação e de sua relação com a sociedade tiveram o mérito de iniciar, apenas iniciar, infelizmente em alguns centros, em algumas publicações bem distantes dos trabalhadores da escola do povo, a percepção desse caráter de classe da escola. Não serão as camadas subalternas, e nem os educadores de frente, que sairão beneficiados com a superação do processo crítico apenas iniciado em alguns redutos intelectuais.

Se essa colocação anterior chama-nos atenção para a necessidade das teorias críticas na educação, como devemos visualizá-las na Educação Física? Esta recentemente acordou de seu marasmo pedagógico. Se na educação, o debate levantado pelas teorias críticas apenas começou, na Educação Física como um todo, podemos dizer que o germe ainda nem nasceu, ou melhor, possivelmente nos encontramos ainda em fase de acasalamento, o qual poderá ocasionar o nascimento desse debate de forma mais profunda.

É preciso pois, como nos coloca SANTIN (1988, p.67):

...repensar a Educação Física relegada hoje a um plano irrisório na formação da pessoa humana, do profissional e do cidadão. É preciso redimensionar o esporte voltado, dentro da política atual, apenas à formação de atletas e campeões. Precisa-se, para que isso aconteça, discutir o que representa a Educação Física na formação e no desenvolvimento da pessoa humana.

No entanto, o processo de rediscutir, repensar e redimensionar a Educação Física não pode, ao nosso ver, acontecer sem levar em conta o caráter de classe da Escola e da Educação física, caso contrário, corremos o risco de uma pseudo transformação da educação física escolar.

BIBLIOGRAFIA

- ARROYO, M. Da escola carente à escola possível. São Paulo: Loyola, 1986.
- ENGUITA, M. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- , Tecnologia e sociedade: a ideologia da racionalidade técnica, a organização do trabalho e a educação. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 13, n. 1, jan./jul. de 1988.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREITAG, B. Escola, estado e sociedade. São Paulo: Moraes, 1980.
- FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 1984.
- GHIRALDELLI JR., P. Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira. São Paulo: Loyola, 1988.
- KUENZER, A. Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1986.
- OLIVEIRA, V.M. de. O que é Educação Física. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ROSSI, W. Capitalismo e educação. São Paulo: Moraes, 1980.
- SALM, C. Escola e trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SANTIN, S. Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade. Ijuí: Unijuí, 1987.

*UNITERMOS: Physical Education
Education
Labour
Body
Reproduction*

SUMMARY: This study intends to find some suppositions referring to the role of the school, while organized institution of the civil society and especially of Physical Education, as a reproducer of the capitalism.

One of the fundamental assumptions of this study is the attempt to give evidence that School at it developed monopolist capitalism phase in which the labour, acquires a high level of industrialization and "taylorism", generally keepswhith this a mediate relation and not imediate relation. This way the body control, the formation of habits, the discipline, the inculcation of values upon the pupil acquires a considerable importance for that the pupil come to insect himsef as "sweet" and unaware workers in relation to the industrial work.

Considering these aspects the School and Physical Education many times, even ingenuously, contributes for the formation of a solid and reproductive hegemony.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ESPORTES NO BRASIL*

Prof.^a Mara Lúcia Cristan
Faculdade de Educação Física - Universidade Estadual de Campinas

*UNITERMOS: Políticas Públicas
Lazer
Esportes.*

RESUMO: Apresentando recente estudo lançado pela ONU, sobre a qualidade de vida nos países de todo o planeta, especialmente expondo o caso do Brasil, procurei discutir a situação das políticas públicas no país, sublinhando algumas questões estruturais do Estado brasileiro.

Com base nestes apontamentos, teço considerações sobre uma provável linha de atuação que a Secretaria de Desportos da Presidência da República poderá assumir, uma vez que, diretamente subordinada à Presidência da República, tende a seguir o que o governo Collor determinar a nível das diretrizes nacionais para as políticas adotadas no País.

Um estudo lançado recentemente pela Organização das Nações Unidas (ONU, 1990) coloca o Brasil em condições inferiores à Coreia do Norte, Sri Lanka, Albânia e Malásia, em referência ao índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Numa escala crescente de 130 países o Brasil posiciona-se em octogésimo lugar, colocando-se um pouquinho melhor em relação a países como o Paraguai, Emirados Árabes Unidos, Equador e Iraque.

Para chegar a estas conclusões a ONU abandonou os cálculos que avaliam as condições do crescimento econômico dos países registrando apenas índices como o PIB (Produto Interno Bruto) e PNB (Produto Nacional Bruto). Utilizando este novo critério de avaliação, o índice de Desenvolvimento Humano, a ONU procurou revelar a qualidade real de vida de uma população, medindo a possibilidade de acesso à educação, saúde, habitação, consumo, higiene, enfim, a tudo que de fato faz melhor a vida.

Com todas as críticas que esse modo de avaliar o progresso social possa sofrer -- e uma delas vai no sentido de que não são abordadas as diferenças de acesso a serviços e consumo relacionadas a estrutura de classes sociais -- o IDH possui a vantagem de derrubar o mito de que quanto mais rico um país, melhor qualidade de vida haverá para sua população, além de que abandona-se a

noção de que qualidade de vida deveria estar restrita apenas ao atendimento de necessidades consideradas vitais, como alimentação, vestuário e habitação.

Sob a ótica do IDH, um país próspero não é o que apenas cria riqueza, mas o que as distribui com alguma equidade e que aplica racionalmente seus recursos, especialmente no campo social. Infelizmente, não é esta a situação do Brasil, que, inserido tardiamente no capitalismo, construiu um perfil nos quadros de um modelo econômico e político altamente concentracionista e socialmente excludente de desenvolvimento econômico. A distribuição da riqueza no país é considerada uma das piores do mundo, embora que, constata o relatório, o Brasil investe bastante no campo social -- nos meados da década de oitenta, chegou-se a gastar na área social quase como um país de capitalismo central, uma proporção de mais ou menos 18% do PIB (DRAIBE, 1988) -- mas os recursos ou são mal aplicados ou não chegam ao seu destino.

Só para se ter uma idéia, na área da saúde, o país investe muito mais em medicina curativa (78%) do que em medicina preventiva. Em educação, os disparates não são menores, os subsídios destinados às universidades públicas são 18 vezes maiores que os recursos aplicados no ensino primário (JORNAL DO BRASIL, 1990). Todavia, do ensino universitário público, apenas

* Trabalho apresentado no II Encontro de Educação Física da UNICAMP (1990), na mesa redonda "Espaço Público: o Esporte e a Recreação na Cidade".

1% da população considerada economicamente pobre dele se beneficiam (ONU, 1990). Se não há alfabetização, como iniciar o longo caminho que leva à universidade?

Mas não ficamos por aí, segundo cálculo realizado pelo economista Carlos Lessa, de cada Cr\$ 100,00 destinados às escolas públicas, só Cr\$ 52,00 chegam às salas de aula, e até hoje nenhum governo se mostrou disposto a “descobrir” onde vão parar os outros Cr\$ 48,00 (JB, 1990).

O desperdício do dinheiro público levou o Brasil a ser enquadrado numa categoria especial pela ONU: a dos países que jogam dinheiro fora. Este desperdício não deve, porém, ser entendido apenas como corolário da corrupção e da má vontade política. Ele se articula à associação errônea que se tem feito entre políticas públicas e assistencialismo, o que redundava numa tremenda confusão entre direitos de cidadania e favores, e nas estratégias clientelistas de atendimento das reivindicações populares, que o Estado tem colocado em prática desde, principalmente, os anos 1930/1943, passando pela política de favores levada a cabo pelo regime militar e pelo regime civil pós-85. É certo que o uso clientelista do aparelho estatal tem sido uma fonte inesgotável de poder para governo, partidos e personalidades.

Estas características de distribuição das políticas públicas, somadas a uma série de outros fatores como a exclusão da participação social e política da população nos processos de decisão, uma fragmentação institucional que, por falta de mecanismos públicos de controle, abre espaço para o livre movimento dos interesses privados no aparelho de Estado, e outros aspectos, têm feito com que os resultados das políticas públicas no Brasil sejam tão desanimadoras como naqueles países em que os gastos são bem inferiores aos daqui, ou naqueles em que não houve um desenvolvimento econômico como o brasileiro (DRAIBE, 1988).

De 1945 a 1980 o PIB cresceu 7% ao ano e aumentou em torno de 10 vezes (MERCADANTE, 1990). Este rápido desenvolvimento econômico provocou uma acelerada transformação da estrutura social, com uma profunda transformação na estrutura de empregos, que passou a oferecer possibilidades de modalidade ascendente; por outro lado, os salários que vigoram são baixos, enquanto uma parcela grande de trabalhadores permanecia em condições de sub-emprego ou de marginalização. Assim, apesar do crescimento econômico, a maioria da população é alijada de seus benefícios.

Nos anos 80, o quadro de crescimento econômico reverteu-se e passamos a enfrentar uma prolongada crise de estagnação econômica e uma concomitante crise internacional do modelo de Estado-Desenvolvimentista,

isto é, “de um Estado que alavanca o investimento, intervém na produção e faz as vezes do capital financeiro” (MERCADANTE, 1990). Um quadro recessivo, somado ao desgaste do modelo de Estado-Desenvolvimentista tem levado a burguesia brasileira a propor reformas de Estado, que se tem concretizado por meio de ações do governo Collor.

A síntese das ações deste governo tem demonstrado que seu projeto de sociedade apresenta a lógica de mercado como única forma de auto-regulação da sociedade. Na prática, este projeto significa a abertura das instituições públicas ao capital privado, ou seja, cresce um sentimento de anti-estatismo, o que fortalece a aceitação de um ideário neoliberal que emerge como hegemônico nas classes dominantes e que, por ironia, está conquistando respaldo nas classes que até então não se beneficiaram diretamente de todo crescimento acelerado do período anterior.

Embora que não se possa desprezar um sentimento popular de cansaço e desilusão para com o poder público, assim como é preciso considerar todo peso de convencimento da mídia para que a população legitime este programa de governo, que se auto-denomina como neoliberal, temos a obrigação de denunciar os previsíveis efeitos de uma política pública para os desportos baseada nas leis de mercado.

É preciso reconhecer que ainda é cedo para efetuar uma análise precisa da atuação da Secretaria de Desportos da Presidência da República, mas, a julgar pela sua estruturação, isto é, que ela esteja diretamente subordinada ao presidente, assim como considerando o artigo 4º, do capítulo 3º, seção 1, do Decreto nº 99605, de 13/10/90, que diz:

“A Assessoria de Planejamento e Avaliação compete:

- *Compatibilizar o plano de ação da Secretaria da Presidência da República com as políticas e diretrizes nacionais.*” (BRASIL, 1990)

Supõe-se, com base no que a lei diz, que as ações políticas da Secretaria não tendem a fugir do que está sendo traçado como projeto de sociedade pelo governo Collor, e, dentre as características que este projeto assume, está não somente a drástica redução dos gastos públicos, mas a transferência de responsabilidades que o Estado até então vinha assumindo para a empresa privada. Atrás da dinâmica das políticas sociais do Estado situam-se as instâncias dos interesses políticos e econômicos, portanto, ainda no nível das especulações, subentende-se que a introdução da lógica do mercado, onde cada um paga pelo que consome, poderá manifestar-se nas ações que a Secretaria realizar.

Esta coadunação entre desporto e orientação econômica, já se faz sentir na esfera do esporte de alto rendimento técnico. Dependente da captação de recursos da empresa privada, que, com o agravamento de um quadro econômico recessivo e o corte de isenções fiscais consignadas através da lei Thame, tem deixado de lado os gastos mais dispendiosos com marketing. Isto tem levado a uma profunda desestruturação do mercado de trabalho para os atletas de alta competição que não dispõem de destaque internacional. Para os já cotados no mercado exterior, a saída do país é quase que inexorável. Não só pelo fato de que lá fora encontram melhores condições de trabalho, como equipamentos mais sofisticados e estruturas de apoio mais aperfeiçoadas, senão também pelo atrativo que os dólares representam.

Mas, se os problemas do esporte de alto nível são males menores, porque ali as relações já são há um bom tempo reguladas pelas leis de oferta e demanda, e, num país onde a miséria social é catastrófica, o esporte de alto nível não deve ser encarado como prioritário. Se estes são problemas de segunda ordem, com boas razões desconfio que a introdução da lógica do "é pagando que se consome" veremos o fim da experimentação na área da cultura do movimento. Falo aqui das propostas pedagógicas progressistas, tanto na área da educação formal como aquelas que nos processos de educação informal inovem no sentido da mobilização e participação populares, porque, além de veicularem possíveis conteúdos que provoquem o questionamento de valores sociais, a experimentação não interessa porque não dá nenhuma garantia de retorno econômico. Portanto, dependendo do caso, ela não é interessante nem do ponto de vista político, nem do ponto de vista de compra e venda do produto.

A nível mais geral, numa análise que a Dra. Eli Frogner promoveu em conjunto com uma equipe da Universidade Federal de Pernambuco, evidenciaram-se diferenças regionais de desempenho desportivo nos Jogos Escolares Brasileiros. As desigualdade entre o Sul e o Norte, relatadas pela professora apontavam como causas a existência de uma melhor infra-estrutura desportiva no sul, bem como para fatores como nível educacional dos pais, iniciação desportiva, todos eles relacionados, entre outros aspectos e segundo este estudo, também às desigualdades de desenvolvimento econômico de cada região (FROGNER, 1990).

Ora, se o poder de compra tornar-se um determinante na aquisição dos bens de lazer e esportes, como amenizar as desigualdades regionais? Porque, a princípio, introduz-se a idéia de que os usuários devem pagar pelo que recebem. No limite, esta tendência desemboca na privatização das instituições sociais, que tem diversos aspectos, mas vou apontar especialmente dois deles.

O primeiro se dá justamente pelo fato de que ausentando-se da prestação de alguns serviços, ou diminuindo sua participação na oferta destes, o Estado proporciona condições para um fortalecimento da participação privada no setor. É assim que tem ocorrido com o ensino superior no Brasil e é assim que também acontece com equipamentos de lazer e esportes, pois esta é uma área de alta lucratividade e não era de se esperar outra coisa de um Estado que representa a vontade hegemônica de uma classe que detém tanto o poder político quanto o econômico.

Uma outra forma que a privatização dos serviços públicos pode adquirir está numa articulação bastante estruturada entre o Estado e a empresa privada que presta serviços a esse Estado. Isto é, o Estado contrata a prestadora de serviços transferindo-lhe verba pública, e a empresa contratada se encarrega da produção dos bens ou da distribuição de serviços. É mais ou menos o que acontece na construção de um estádio de futebol, de um parque ecológico ou de qualquer outro tipo de equipamento de lazer quando a prestadora produz o bem material encomendado. De outro modo, a privatização se faz quando o poder público subsidia profissionais para atuarem dentro de instituições privadas, com o pagamento de técnicos aos clubes.

Para terminar gostaria de fazer um comentário sobre os direitos de liberdade e igualdade que a Secretaria de Desportos da Presidência da República tem apresentado como princípios norteadores para o desenvolvimento de suas ações.

A igualdade, no caso do esporte e lazer, depende não só de acesso aos equipamentos, porque não basta promover uma expansão massiva dos serviços, na qual o acesso amplia-se enormemente, mas não resolve o binômio quantidade x qualidade.

Para que haja igualdade de acesso aos equipamentos de lazer e esportes, o que é concomitante à liberdade de escolha, é necessário que a propriedade privada destes equipamentos seja questionada. Porque -- vejam -- a igualdade e a liberdade só existem quando eu, igual aos demais, disponho das mesmas oportunidades para desenvolver minhas potencialidades e isto é impossível numa sociedade que mantém a cisão entre produtores diretos e proprietários de capital. Numa sociedade dessas não há possibilidade de harmonia, de igualdade de direitos, de liberdade de escolha. Pois, para uns, no lazer a liberdade de escolha está entre andar de jet-ski ou pilotar uma Kawasaki, enquanto que para outros esta liberdade está entre assistir Sílvia Santos ou ver o programa do Faustão.

Nos esportes e no lazer estes direitos de igualdade e liberdade de escolha estão vinculados ao poder de compra, e os melhores equipamentos, é claro, estão nas mãos de uma elite que tem se utilizado de seu sucesso --

e estou falando apenas em sucesso desportivo -- para justificar tanto sua superioridade, como o insucesso dos que ela tem qualificado como incapazes. É em nome deste sucesso que o Estado transfere recursos para a esfera privada, justificando esta transferência pelo mérito. É neste sentido que as políticas públicas, na sua maioria, reproduzem um sistema de desigualdades predominante na sociedade. E é neste sentido também que é fraudulenta a utilização destes "slogans" de liberdade e igualdade, eles são bonitos para serem ouvidos, mas numa sociedade regida pela força da grana, eles tem um papel explícito: iludir o povo.

Portanto, encerro este texto considerando que é muito importante denunciar o Estado como um promotor da confusão entre assistência social e direitos de cidadania; que ele, através das políticas públicas, tem anexado setores da sociedade civil, como os sindicatos e as entidades de cultura, esvaziando seus conteúdos de reivindicações e colocando-as sob sua tutela; que as políticas públicas têm um papel muito importante na reprodução da força de trabalho e que tem se prestado a amortecer alguns conflitos sociais, mas quero sublinhar a necessidade de se observar que o Estado também é locus para o desenvolvimento da luta de classes, que as políticas públicas também significam melhoria das condições de vida e que se não houver mobilização e luta popular, o bloco no poder se fortalecerá e tenderá a promover mais cortes nos recursos das políticas públicas existentes.

BIBLIOGRAFIA

01. BRASIL. Diário Oficial da União, p. 19520-19523, 15/10/1990.
02. O CONTINENTE Perdido. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 25-28, 24.06.90.
03. DRAIBE, Sonia. O Welfare State no Brasil. características e perspectivas. Campinas: NEPP/Unicamp, 1988.
04. FREITAG, Bárbara. Política educacional e indústria Cultural. São Paulo: Cortez, 1987.
05. FROGNER, Eli. Os Jogos escolares. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas: v 1, n. 1, p. 36-47, 1990.
06. LÊNIN, V. I. Como iludir o povo com os slogans de liberdade e igualdade. Rio Janeiro: Global, 1985.
07. LOJKINE, Jean. O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
08. MERCADANTE, Aloízio O. Armadilha neoliberal. Teoria e Debate, São Paulo, v .1, n.1, p. 6-9, 1990.
09. OFFE, Claus. Problemas estruturais do estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
10. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório sobre Desenvolvimento Humano. 1990.

*UNITERMS: Public policies
Leisure
Sports*

SUMMARY: Considering a recent study made by ONU about the quality of life in all countries of the world, especially showing the Brazilian case, I have tried to distinguish the situation of the Brazilian public policies, underlining some structural matters of the Brazilian state.

Based on these appointments, I have made some comments about the probable situation that the Secretaria de Desportos da Presidência da República, which is directly subordinated to the President, might assume since it follows what Collor's government will set at the level of nacional policies adopted in the country.

METODOLOGIA DO ENSINO UNIVERSITÁRIO DA ESTATÍSTICA PARA NÃO ESTATÍSTICO - ALGUMAS EXPERIÊNCIAS

Prof. Dr. Aguinaldo Gonçalves
Faculdade de Educação Física – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Mário Augusto Carneiro Leão Ribeiro
Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO: Inicialmente fazem-se considerações básicas sobre metodologias de ensino, no sentido de que esta não ocorre isoladamente, mas em compatibilização com políticas, as quais, inclusive, a definem em certo sentido. A particularização da questão para o ensino da Estatística para universitários não estatísticos relata sumariamente algumas experiências exercidas em Cursos de Educação Física, Sociologia, Economia e Medicina em nosso meio

I - INTRODUÇÃO

Atualmente já poucas dúvidas remanescem sobre a estreita dependência das alternativas metodológicas de ensino e as políticas mais gerais do trabalho pedagógico em que elas se inserem, valorando o docente não como um estrategista, mas como intelectual situado numa realidade social. Complementarmente, permanece ele como o executor e responsável direto do processo educativo, não como missionário do saber, mas como profissional diferenciado, cujo espaço de atuação encerra múltiplas opções operacionais comprometidas grosseiramente, com dois grupos de objetivos: as que se referem primordialmente à transmissão de informações e as que contemplam, fundamentalmente, a meta de não só informar, mas sobretudo, formar.

Nesse sentido, as intervenções expositivas se destacam com as mais pioneiras e habituais. Contemporaneamente, são exercidas apenas como processo em que o educador, a partir de sua experiência pedagógica e técnica no campo em que trabalha, atua como filtro sistematizador para o educando, do contrário o livro-texto substituiria adequadamente o docente. Significa um profundo esforço deste no sentido de levar cada educando a desenvolver seu potencial. Revela-se aí de capital importância, portanto, a associação com procedimentos ativos, como a técnica do interrogatório ou o trabalho em grupos. A relevância não está, assim, tanto no ensino, mas sobretudo no aprendizado. Não se trata de transmitir a máxima quantidade possível de informações, mas vivenciar o sentido e o impacto do que se discute: a informação, enquanto tal, está nos livros e com os espe-

cialistas; a questão é levar o educando a ter uma formação específica suficientemente adequada para procurá-la e entendê-la.

II - O ENSINO UNIVERSITÁRIO DA ESTATÍSTICA PARA NÃO ESTATÍSTICOS - ALGUMAS EXPERIÊNCIAS

Partindo desta ordem de idéias, o ensino universitário da estatística para não estatísticos delinea contornos nem sempre habitualmente assumidos. Abandona-se a "filatelia" (coleção de raridades) das demonstrações abstratas que seduzem o educando pela erudição, mas não se incorporam em seus esquemas de comportamento intelectual. Vale dizer, pouco contribui o modelo habitual de aulas teóricas entremeadas de exercícios hipotéticos voltados à fixação da informação transmitida.

Esta prática de trabalhar situações-problemas e de usar a intuição quantitativa pode agredir o especialista mas ajuda muito o aprendizado do não estatístico. A demonstração das distorções do valor da média por influir-se fortemente pelos extremos da distribuição, por exemplo, beneficia-se da menção da temperatura média adequada do corpo, pela posição dos pés no forno e cabeça no refrigerador.

Ao ensinar Estatística em Escola de Sociologia e Política, por exemplo, a ênfase tem se centrado na discussão da amostragem, a partir da análise de obras técnicas estudadas em outras disciplinas do Curso, chegando ao final, os alunos, a sentirem o não uso de critérios estatísticos e na pequena minoria em que foi adotada, a confiança irrestrita em seus poderes; na Economia, trabalha-se, na prática, entre muitas outras

vertentes, a articulação entre os princípios da Estatística com a pesquisa mercadológica e com as decisões setoriais.

Outro exemplo é o que vivemos na Universidade Estadual Paulista. Tem ela como campus mais importante de sua estrutura o de Botucatu, cuja experiência no ensino da Estatística para não estatísticos se revela também muito interessante. Aqui se encontram localizadas suas Faculdades de Medicina, Biologia, Agronomia, Veterinária e Zootecnia, a nível de graduação e pós-graduação.

Em todas estas atuações, o Departamento de Bioestatística mantém disciplinas regulares e assessorias especializadas. Este desafio tem implicado na constante necessidade de se efetuar não só adequação qualitativa e quantitativa de nossos técnicos, mas também de criar e desenvolver novas alternativas de metodologia de ensino, visando a contemplar com eficiência e eficácia as demandas e expectativas assim emergidas, abandonando o esquema habitual de aulas teórico-expositivas.

No ensino, evoluímos, ao longo dos últimos dez anos, para um modelo bastante próprio. Pela integração do Departamento com disciplinas da área clínica, os alunos, em pequenos grupos, desenvolvem o Curso de Bioestatística através da realização de projetos emergidos da casuística e rotina de funcionamento dos serviços do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina.

Deste modo, desde o planejamento e delineamento do projeto até a avaliação dos resultados, alunos de graduação e pós-graduação sentem a aplicação e o impacto da contribuição dos métodos quantitativos às investigações médicas. Sentem, assim, uma certa queda do misticismo de que "A clínica é soberana", mas, isto sim, internalizam que se trata de um grande modelo, muitas vezes contraditório ou, ao menos, complexo, sujeito à composição de pequenos avanços, interligados pelas interfaces das ciências afins.

III - UM ESTUDO DE CASO

Experiência também interessante teve um de nós (A.G.), ao lidar com uma turma de alunos de graduação em Educação Física. Pela condição de "calouros" e pelo seu interesse predominante em atividades aplicadas de movimentos humanos, tiveram certa dificuldade no estudo dos métodos quantitativos e, em conseqüência, houve reprovação de aproximadamente um terço deles. Aí foi a vez de o docente sentir-se em situação, que, embora habitual para outras pessoas, lhe pareceu desconfortável: repetir o mesmo curso, ainda que com eventuais rearranjos reformistas, lhe pareceu uma perspectiva monótona; formular novo curso em outro patamar

técnico lhe pareceu arriscado.

E assim surgiu uma experiência riquíssima! Ato-lado nessa dúvida, decidi consultar os alunos pois, por terem feito o curso, detinham dele um conhecimento básico a respeito. Indagou-lhes o que queriam aprender e como.

A resposta indicou a forte preferência pelo aprofundamento de um segmento do conteúdo programático do curso anterior e estudá-lo através de fontes mais especializadas do que os livros-textos correntes. A acolhida desta proposta se fez pela divisão da turma em duplas, cabendo a cada uma delas a apresentação de um texto previamente indicado pelo docente. O interesse maior da experiência não consistiu, porém, nesse resultado metodológico imediato. Reforçados pelo sucesso do planejamento participante, os alunos, a partir de provocação docente, passaram a estabelecer as regras éticas do aprendizado do grupo. Por exemplo, quando houve a primeira falta de uma dupla para apresentação, reuniram-se e estabeleceram os critérios para se lidar com a situação: considerando injusta a situação de todos os demais terem se mobilizado para vir ao curso e os dois colegas simplesmente não honraram um compromisso previamente estabelecido, decidiram atribuir-lhes nota zero. Com isso criou-se a "jurisprudência" de que toda vez que a mesma situação se repetisse, igual critério seria aplicado.

Também interessante foi o processo de avaliação. Concluídos os trabalhos da unidade de estudo, os alunos, em plenária, sob coordenação docente, passaram a auto-avaliar seu desempenho em voz alta, os demais colegas, a seguir apreciando-o e reavaliando-o. Em 31 alunos que compunham a turma, foi atingido o consenso em 28, remanescendo apenas três para a decisão de Minerva do professor.

IV - ALGUNS PRINCÍPIOS GERAIS

As experiências relatadas revelam-se amplamente diversificadas, seja quando a clientela (alunos de áreas biomédicas e humanas, sobretudo), instituição (tanto privadas quanto públicas), duração, objetivos, etc. Dessa diversidade decorre a dificuldade de se estabelecerem algumas conclusões que se traduzam em receitas de aplicação para qualquer situação.

No entanto, a reflexão sistemática sobre elas permite identificar alguns princípios gerais sobre a relação ensino-aprendizado, principalmente quando métodos quantitativos estão envolvidos, sumariados no quadro 1.

Quadro 1 - Alguns princípios gerais para a relação ensino-aprendizado

- Não se aprende para a escola, mas para a vida;
 - Educação é um processo ativo: a ênfase deve estar em comportamentos, não em informações;
 - Aprende-se fazendo;
 - Aula expositiva é uma forma de passar anotações do caderno do professor para o do aluno, sem passar pela cabeça de nenhum deles;
 - O ensino não é importante; o que vale é o aprendizado;
 - O aluno não é uma tábua rasa;
 - A informação está nos livros;
 - Assim como não se pode improvisar médicos ou mecânicos, também não se pode improvisar professores;
 - Recursos pedagógicos ajudam, não resolvem;
 - A vida ainda é a melhor escola;
 - Quem sabe faz, quem não sabe, ensina;
 - Um bom planejamento educativo deve ter plasticidade suficiente para ser reajustado sempre que necessário, para não se tornar uma camisa de força que asfixie a criatividade e a legitimidade do processo de aprendizado.
-

CONCEPÇÕES DE CIÊNCIA E METODOLOGIAS APLICADAS ÀS CIÊNCIAS DO ESPORTE*

Prof^a. Nilda Teves
Universidade Gama Filho

O tema da mesa é “Concepções de Ciência de Metodologias Aplicadas às Ciências do Esporte”. Tem por objetivo “discutir o comprometimento social do cientista enquanto esclarecedor da realidade”.

Na abordagem anterior, o Prof. Lamartine enfocava a Razão como produtora de conhecimento. Bem ao estilo cartesiano, a Razão aparecendo como detentora do critério da verdade, daquilo que existe fora dela. Ou seja, no mundo exterior.

Neste momento, entretanto, me parece que a própria Razão está em questão. Outros fatores devem ser considerados para a produção do conhecimento. Mais ainda, a Razão do século XX é pensada, principalmente, pela Escola de Frankfurt, como um instrumento que tanto pode servir para a dominação como para a libertação do homem.

Por si só, a Razão não dá conta da complexidade da vida humana. Busca-se hoje o sentido da teia de relações significativas em que vivem os grupos humanos. Trata-se, portanto, de identificar o campo semântico desses grupos, os diferentes significados que as práticas sociais dão aos enredos tecidos na vida coletiva.

A questão do conhecimento está em saber como estabelecer a ponte entre a ordem do real e a ordem do pensar.

Para o positivismo lógico não existe essa ponte. O objeto é objeto na ordem do conhecimento. Em última instância, tudo é objeto. Foi Kant quem abriu o viés para a questão do conhecimento do mundo fazendo a distinção entre os objetos reais e sensíveis e os objetos ideais. O conhecimento (apreensão do mundo exterior) vai depender da intuição, da sensibilidade, do entendimento e da razão.

Na intuição, o homem apreende o mundo de forma imediata enquanto que a sensibilidade capacita este homem a fazer representações dos objetos de acordo

com a maneira segundo a qual eles nos afetam. Os objetos nos são dados mediante a sensibilidade, portanto, há um elo de ligação entre o conceito e a realidade. Este elo é a imagem.

Contando com essas representações, o entendimento é a faculdade intelectual que opera na ciência. Entretanto, esse conhecimento só pode oferecer uma racionalidade limitada. Ele é o poder do juízo, o poder das regras, ou seja, aquilo que permite sintetizar os fenômenos. Desta forma a ciência procede pela via das sínteses, na medida em que estabelece feixes de inteligibilidade. É ela que faz aparecer as conexões sistemáticas entre os fenômenos.

A Razão opera em nível superior ao entendimento, visto ser a faculdade intelectual que visa a totalidade. Deve, entretanto, renunciar ao apoio da intuição. A Razão é pois, o poder dos princípios, e, por isso mesmo, ela é reguladora do uso que o homem pode fazer do seu entendimento. As idéias da Razão constituem princípios de totalização. Assim, Kant vai dizer que existem coisas que o homem nunca poderá conhecer, pois não pode alcançá-las enquanto “coisas”. É “coisa” mas não é objeto de conhecimento; existe mas não se dá à manipulação do homem.

Como são as coisas realmente?

Quando digo “coisas” estou falando da cadeira, do pão, da greve dos professores, da evasão escolar, da performance de um atleta, mas também da saudade, da esperança, do desejo, enfim, do mundo enquanto totalidade. A pretensão da ciência em esgotar a totalidade esbarra com as limitações que Kant havia previsto: as idéias do mundo, da alma e de Deus.

A constituição do objeto, do conhecimento científico, precisa ser considerada como um recorte do real e que nos dá a conhecer “apenas” como aquele real. Não exclui a existência do real possível que é fruto do jogo intelec-

* Este texto é oriundo da exposição oral da referida professora, abordando este tema em mesa-redonda homônima que fez parte da programação do III FÓRUM DE DEBATES da Secretaria Estadual do CBCE do Rio de Janeiro, da qual participaram ainda o Prof^o Lamartine Pereira da Costa e a Prof^a Rossana Valéria Sousa e Silva. Transcrição e composição do texto com a colaboração da Prof^a Fernanda Simone Lopes de Paiva.

tual do imaginário. Este se dá o direito de imaginar a realidade -- como no caso, a realidade social -- como outras formas de existência, utilizando para isso diferentes combinações, sem necessariamente obedecer às relações de causalidade material e/ou espiritual. Como diz Pierre Furter, a imaginação é condição *sine qua non* para que a consciência humana não seja apenas um adaptador do homem a diferentes situações, mas, ao contrário, que venha servir como um fator decisivo de mudanças.

A apropriação intelectual da realidade, como nos ensinou Marx, conta com o trabalho da percepção e da intuição. Como ato intencional da consciência, a percepção apreende do mundo aquilo que para ela faz sentido. Entretanto, este sentido não está nas coisas, nem na consciência mas na relação homem-mundo seguindo algum princípio norteador. Isto quer dizer que a elaboração de conceitos com os quais se produzem as ciências não é uma atividade mecânica de nomear as coisas e, a partir daí, associá-las. Também não é pura a consciência que se dirige ao mundo a fim de apreendê-lo, representá-lo, mas sim, uma consciência encarnada em um homem concreto, sujeito à paixões, interesses, desejos, necessidades. Homem cuja essência é síntese de múltiplas relações sociais e de um processo de existência singular.

Em suma, na produção do conhecimento o homem apreende o mundo que o cerca em uma ordem fundada em interesses e significações. Ele seleciona consciente e/ou inconscientemente os objetos de seu conhecimento à luz desses interesses, os quais também vão aparecer nos princípios utilizados nas diferentes gramáticas de leitura de mundo. Não há portanto conhecimento desinteressado. Logicamente o mesmo ocorre na produção do conhecimento das ciências. Das Ciências do Esporte, inclusive.

A quem se destinam as Ciências do Esporte? A um homem no sentido genérico?

Eis aqui uma questão eminentemente metafísica. Existe uma "coisa" universal que em qualquer lugar deste planeta me faz identificar e dizer: isto é um homem. Porém, identificá-lo não significa conhecê-lo, já que o homem se recusa a ser objeto de conhecimento. Sua reação a ser conhecido denuncia o seu esforço em ser RE-CONHECIDO. Tratá-lo, admite a dimensão ética de estar diante de um Outro: nossa imagem e semelhança que prima pela sua diferença. A garantia das diferenças específicas não inutiliza a concepção da unidade que dela se forma, que dela é síntese. Apenas inviabiliza o enfoque homogeneizador diretamente ligado às massas.

Os conteúdos das Ciências do Esporte são um discurso humano que nos remete ao conhecimento de homens. Como tal, não pode prescindir de seu aspecto

político e de sua dimensão normativa. Há nelas um dever-ser que enceta para o vir-a-ser de homens concretos. Reduzi-las a perspectiva positivista, ou seja, considerá-las como ciência pura, descritiva de desempenhos, performances, capacidades e habilidades, é não só empobrecê-las como também, descaracterizá-las enquanto conhecimento humano. Sua dimensão política exige caracterizar quem é este homem. Como vive? Em que condições de sua existência ele se move? Há neste movimento dispêndio de força de trabalho, entretanto, onde foi parar a ludicidade diante da performance? O homem, mesmo enquanto ser genérico, é um ser de fantasias, de jogos, de alegrias e tristezas, de realizações e sublimações. Sem sombra de dúvida, é um ser lúdico! Posso adiantar-lhes que a alienação das classes trabalhadoras não se esgota ao nível da produção, ela se enraza na perda da ludicidade, da existência. Na vida do homem comum brasileiro, o lúdico aparece nos jogos de azar, ainda assim uma atividade de imaginação.

Vejo que as Ciências do Esporte podem, efetivamente, contribuir com o processo de desalienação do homem na medida em que tiver a prática como critério de verdade. Prática esta que engloba a vida do homem enquanto totalidade, que se processa socialmente; onde a existência singular reclama criatividade de meios para desnudá-la; onde o pesquisador se conheça e re-conheça que os outros não são objetos de conhecimento. Que ele mesmo se veja um ser-no-mundo, que vive numa sociedade de classes antagônicas, cuja expropriação particular da riqueza social é feita de forma perversa, ou melhor, de uma das formas mais perversas do mundo. O modo de produção capitalista no Terceiro Mundo, em destaque no Brasil, não prioriza as Ciências voltadas às soluções dos problemas humanos.

Final o que vêm a ser as Ciências do Esporte? Ciências humanas puras aplicadas ao esporte ou uma Ciência cujo objeto de estudo é o movimento humano? Não tenho condições aqui de responder esta questão, deixando a vocês, especialistas no assunto, o desafio do debate. É ele que deverá ajudar a construção desse novo pesquisador. Posso apenas incitar as indagações com outras questões. Por exemplo:

Excluindo-se os movimentos reflexos e os "movimentos" de órgãos fantasmas não se pode desvincular MOVIMENTO/AÇÃO/INTENCIONALIDADE. Um homem quando estende o braço numa direção pode visar algo que necessita, que deseja, ou apenas acenar para alguém. Há todo um enredo explicativo deste ato, logo, repleto de significações. Não se pode confundir este movimento com o deslocamento de corpos físicos. A queima é significativamente diferente da combustão do carvão, embora ambos possam produzir riqueza.

Como disse anteriormente, este homem concreto

vive numa sociedade, logo, seus movimentos são também esforço físico na produção de trabalho. Mas em nossa sociedade *trabalho* assume, basicamente duas “versões”: trabalho manual e trabalho intelectual. Isto implica na existência daqueles que *fazem* e daqueles que *fazem fazer*. Diante disto, os movimentos dos homens são diferentes. A Ponte Rio-Niterói, por exemplo, não é fruto da especulação de nenhum conhecedor profundo da física. Ela é uma conjugação de esforços entre os conhecimentos de física aplicada por engenheiros e de um trabalho prático efetivo de seus operários. Engenheiros e operários desenvolvem movimentos diferentes em sua produção. Ambos estão intimamente ligados, embora, nem sempre, reconheçam isso. Estudar esses movimentos requer compreensão desta ligação.

Finalmente, lembro aqui a nossa contingência. Somos hoje um terminal de informações. Convivemos com um mercado “que não é só de roupas, de comida ou de carros, e sim um mercado de bens simbólicos. O mercado de informação faz com que você as processe. Disso resulta a alteração de nossa conduta, de nossa maneira de pensar e de agir, de nos movimentar. Se vence eleições com o mercado de informações!... Não somos mais um povo preocupado com as grandes explicações racionais. Quer dizer, os grandes relatos, as grandes verdades. Estamos mais ligados a esse “soft” da realidade contemporânea. A manipulação das imagens que produzem desejos remetem as pessoas à busca da satisfação desses desejos. Ou seja, os meios de informação trabalham a partir do imaginário social induzindo a novas “verdades”.

Diante disso há um impasse da ciência. Tem-se a

“dúvida” se ela produz ou não o conhecimento verdadeiro, na medida em que o simulacro impede esse tipo de categorização do conhecimento. Ele não é uma coisa nem outra quando é o conhecimento de um simulacro. Isso tem a ver com as Ciências do Esporte e do Movimento Humano. Um bom exercício para a nossa observação militante é tentar identificar os movimentos reais que aparecem na televisão dos discursos imagéticos. Estudá-los são uma tarefa desafiadora na medida em que muitas vezes são apenas simulacros. Como tais, interferem nos nossos julgamentos, nas nossas certezas.

Para terminar, gostaria de dizer o risco que se corre ao se tratar as Ciências Humanas sob o enfoque positivista. O positivismo descaracteriza a essência dos fenômenos humanos, naturalizando-os. Isso é ainda mais problemático quando se tenta naturalizar a “crise social”. Ela passa a ser entendida como um fenômeno regular. A fome, a falta de moradia, o desemprego, a atrofia dos corpos de criança, tudo isso passa a ser natural.

Tratar dessas coisas como agentes esclarecedores da realidade significa DESNATURALIZÁ-LAS, mais ainda, ter de lutar com as imagens que nos mostram um Brasil bonito, de corpos atléticos, pratos cheios, fartura de grãos; o belo, o desejável. Essa é a tarefa de todos aqueles que tem um compromisso com o conhecimento no sentido de colocá-lo à disposição para as soluções dos grandes problemas que a nossa sociedade enfrenta. E, neste caso, incluo os pesquisadores das Ciências do Esporte e do Movimento Humano.

Muito obrigado.

A PROBLEMÁTICA DO LAZER NO BRASIL*

Prof. Guilherme Borges Pacheco Pereira
Universidade Gama Filho

Discussão sobre o lazer é complexa, principalmente em uma sociedade como a nossa, repleta de discrepâncias e injustiças. Isto faz com que este Tema tome um grande vulto, uma vez que a conquista ao direito de lazer nos países do Terceiro Mundo é um avanço em direção à cidadania social.

A conduta lúdica (jogo) e a busca da excelência, se constituem em um arquétipo do homem, são características naturais e, portanto, necessidades fundamentais do ser humano.

A Educação Física de hoje, com raízes no Humanismo e no Iluminismo, está impregnada de valores tecnicistas e utilitaristas inibindo este estado do ser natural, por meios de exagero das normas.

Apesar de termos consciência de que o lazer pode ser usado com fins ideológicos e consumistas, podemos direcionar o nosso pensamento para aquilo que tem acontecido de positivo nos dias de hoje.

As instituições mais tradicionais da Educação Física, Esporte, Lazer e Recreação, têm promovido encontros sobre as atividades não-formais em todo o mundo. Isto demonstra o interesse das mesmas e a alta importância desta dimensão do homem.

Parece que há uma tendência, diria até uma urgência, para que a Educação Física se “desencastele”, saia da sua postura iluminista, voltando-se para o concreto, para o homem comum, em suas necessidades e expectativas, readmitindo o sentido do desgastando termo “democracia”, produzindo conhecimentos a partir e com os interessados, adotando a postura simples de colaboradora nas tomadas de decisões.

Afinal, estamos falando do homem e de uma das suas necessidades fundamentais. Estamos falando de sua humanização.

* Apresentação à “I JORNADA CIENTÍFICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, DO ESPORTE E DO LAZER NO BRASIL: Momento de Síntese”

INDICAÇÕES PARA O ESTUDO DO MOVIMENTO CORPORAL HUMANO DA EDUCAÇÃO FÍSICA A PARTIR DA DIALÉTICA MATERIALISTA

Prof. Dr. Paulo Ghiraldelli Jr.
Instituto de Biociências - Universidade Estadual Paulista

Não é verdade que a Educação Física “separa corpo e mente”. Nenhuma concepção de Educação Física, passada ou presente, no seu discurso ou na prática, advogou tal separação. Pelo contrário, as concepções de Educação Física sempre encontraram um ponto comum no fato de que buscaram e buscam no e através do *movimento corporal humano parametrizado* atingir a “mente” pelo “corpo”. O movimento, na Educação Física, esteve sempre como instrumento do controle objetivo da subjetividade. Por exemplo, quando no Tiro-de-Guerra aprende-se a marchar, não se está preparando para a guerra em ato – pois seria inconcebível marchar na guerra moderna, mas se está efetivamente, no uso do movimento enquanto algo que forja indivíduos com subjetividades capazes de se dirigirem ao campo de batalha. Aí o movimento corporal humano está como claro disciplinador da vontade e artífice de uma específica compreensão “teórica” do mundo. O movimento corporal não se aparta da “mente”, se integra a ela no seu comando e na sua construção. Mas até aí temos uma meia verdade.

De fato, a Educação Física “separa corpo e mente”. O movimento corporal humano, como instrumento que busca forjar a “mente”, o faz construindo uma capacidade, “teórica” e uma vontade determinadas, que não raro estão despojadas de *críticidade* e, portanto, alienadas de uma qualidade do pensamento humano historicamente desenvolvido, capacidade esta que circunscreve o campo da liberdade – entendida aí como conhecimento e reconhecimento da necessidade.

Assistimos, nesses últimos anos, uma série de iniciativas no sentido de denunciar a Educação Física “Tradicional” no seu trabalho acrítico, no seu culto a “prática cega”, na sua incapacidade de fugir de estereótipos, etc. Todavia, essas iniciativas, de um modo geral, levadas adiante por professores e intelectuais ligados direta ou indiretamente a Esquerda brasileira, parece não ter

saído ainda do âmbito das malhas do *horizonte teórico* forjado pelas classes dominantes na Modernidade.

Grosso modo, podemos dizer que duas tendências do pensamento moderno e contemporâneo dirigem as propostas e realizações *inovadoras* em Educação Física: uma tendência racionalista e uma tendência anti-racionalista. Ambas se contrapõem à Educação Física “Tradicional”, sendo que a primeira dá indicações de se preocupar, primordialmente, com a criticidade e a segunda com a “conscientização” ou mesmo com o “prazer”, “felicidade”, etc.

As correntes racionalistas souberam, corretamente, identificar no movimento corporal humano, enquanto objeto e instrumento da Educação Física, os elementos de reprodução ideológica, de doutrinário, de dominação clássica, etc. De fato, as “práticas corporais”, como nos ensinaram os estruturalistas de diversos matizes, “materializam” a ideologia. Para fins de reprodução e inculcação ideológico-religiosa, por exemplo, mais vale a genuflexão do que a leitura do texto teológico. Todavia, as correntes racionalistas, frente a essa situação, nem sempre conseguem articular uma saída pela porta de frente. Buscam a saída pela janela. Detectando no movimento, na “prática-corporal”, elementos não desejáveis, acabam por tomá-los como a própria e exclusiva *essência* do movimento e, na seqüência, concluem que é preciso que “alguma coisa de fora” venha acrescentar-lhe criticidade, venha libertá-lo, libertando seu praticante. Essa coisa exterior é o *discurso*, que pode ter caráter sociológico, antropológico, político, etc. Acopla-se, ao caroço chamado movimento, um invólucro racional na esperança, ora mais ora menos otimista, de tornar a aula da Educação Física, e a própria Educação Física, uma colaboradora num projeto educacional de vanguarda.

Assim, as correntes racionalistas podem conduzir a Educação Física a uma racionalidade irracional: a Edu-

cação Física condena seu próprio instrumento e objeto – o movimento – e o perde justamente quando o encontra. A aula de Educação Física torna-se uma aula *sobre* o movimento e não mais uma aula *com* movimento. Ou então, uma aula com o movimento nas condições da Educação Física “Tradicional” agregada ao estudo e discurso críticos.

As correntes anti-racionalistas também identificaram no movimento corporal humano características favoráveis à acriticidade. Chegaram mesmo a falar que o movimento “aliena” o homem. Todavia, como não participam de uma confiança na razão e no pensamento analítico, mas são intuicionistas (ou sensualistas), não se propõem a redimir o movimento através do discurso (embora também tenham o seu discurso “crítico”). Não encontrando saída pela porta e não querendo acompanhar os racionalistas pela janela, os anti-racionalistas são empurrados para o ponto correto: buscam no próprio movimento elementos de transformação, de criticidade, de inovação (isso, obviamente, quando não se perdem fazendo do objeto da Educação Física “o corpo”, e não o movimento). Mas a força do anti-racionalismo é, na verdade, uma fraqueza.

O anti-racionalismo critica a Educação Física “Tradicional” pela sua robotização, pelo estereótipo, etc., mas logo inverte a seta e, sem um estudo teórico mais rigoroso que elenque e hierarquize os determinantes do movimento corporal humano e das técnicas desse movimento, enquanto parametrizado pela sistematização da Educação Física, acaba por fazer apologia de situações espontaneístas. Contra o movimento estereotipado colocam o “movimento livre”, as “práticas alternativas”, a recreação não sistemática e, não raro, sucumbem paradoxalmente a certas psicologias que fazem a inversão entre forma e conteúdo.

As correntes anti-racionalistas captam que o movimento corporal humano, por não ser algo que passe pela verbalização, pode escapar da razão e, por essa via, se aproximar da intuição. Afinal, o movimento não é algo que pode ser descrito e *explicado* (positivismo e fins) no seus últimos detalhes, mas é algo que pode ser *compreendido* (historicismo e afins), vivido, sentido; é algo do plano subjetivo e que esconde que este plano foi construído objetivamente. Não à toa o movimento aparece, aqui, como coadjuvante da intuição.

Como o racionalismo, também o anti-racionalismo perde o instrumento e o objeto da Educação Física quando o encontra. Ao se voltar para o movimento, secundarizando o discurso crítico que se possa fazer sobre ele, comete um erro fatal. Os racionalistas dizem que “não se entende o jogo jogando, mas sim com uma teorização sobre ele”. Os anti-racionalistas rebatem que não se trata de entender o jogo, mas se trata de “vivenciar

o jogo livremente” na busca de uma prática corporal feliz, prazerosa, etc.

Ambas as concepções, racionalista e anti-racionalista, ficam a meio do caminho da construção de uma Educação Física Progressista. Na verdade, é preciso ponderar e ir até às últimas conseqüências com a hipótese de que *o movimento corporal humano no interior da Educação Física possui elementos de reprodução e elementos de superação, pela característica contraditória própria do movimento enquanto atividade social-humana; o movimento corporal humano da Educação Física, enquanto técnica, não é neutro nem unidirecional*. Todavia, para participar dessa contradição que está vigente no interior do movimento em si é preciso não abrir o momento da reflexão teórico-crítica. Sem captar as determinações últimas do movimento não se pode vislumbrar o que lhe é essencial em cada momento histórico-geográfico e não se pode, portanto, seqüenciar uma verdadeira prática onde os elementos transformadores inerentes ao movimento possam vir à tona para subalternizar os elementos meramente reprodutores.

Para além do *horizonte teórico* colocado pelo Pensamento Moderno, onde se fixam o racionalismo e o irracionalismo, a Dialética Materialista pode indicar uma abordagem onde o movimento corporal humano possa ser realmente apanhado *concretamente*, isto é, como síntese de múltiplas determinações articuladas e hierarquizadas. Importa, aqui, sairmos do âmbito da “crítica da razão pura” e irmos para a “crítica da economia política”, isto é, sairmos da discussão sobre os condicionamentos “internos” do nosso objeto de estudo – o movimento corporal humano da Educação Física – e entrarmos pelos condicionamentos histórico-sociais que a sociedade atual em suas instâncias mais desenvolvidas coloca no processo de consubstanciação das técnicas, padrões, estilos do movimento corporal.

Marx, no *Capítulo Sexto (Inédito)* de *O Capital*, estudou algumas situações que podem ser retomadas para esta abordagem sobre o movimento corporal humano. Ali, ele diferencia dois tipos de produtos: 1) aquele que é de fato o *produto material*, e que tem todas as possibilidades de se integrar à lógica do valor de troca e se transformar em mercadoria à medida que se instauram relações sociais capitalistas; 2) aquele que é o *produto não material*, e que, pela sua própria natureza, coloca resistências à sua integração no âmbito das relações sociais capitalistas à medida que não se adapta à forma de mercadoria tão confortavelmente como o primeiro. O produto material, como uma lata de goiabada, um sapato, etc., é produzido para consumo posterior. Quanto ao produto não material, aparece uma nova divisão: existem aqueles que podem ser consumidos posteriormente, como o quadro, o livro, etc, mas existem aqueles

que são essencialmente consumidos no ato de produção, como o trabalho clínico do médico, a aula do professor, a efetivação na Educação Física do movimento corporal humano (em forma de aula, jogo, espetáculo, desporto, etc...). Aqui, neste segundo caso, é que o capitalismo e seu processo de mercadorização encontram mais resistências e só as vencem, dentro de certas medidas, alterando profundamente o produto em suas qualidades mais íntimas.

O nosso problema se concentra justamente nesse tipo de produto não material que se consome no ato de produção. O movimento corporal humano da Educação Física é singular, se realiza e, concomitantemente, vai sendo consumido por praticantes e assistentes. Não pode ser reproduzido de forma alguma. Um jogo, uma dança, etc., são situações históricas onde transcorreram subjetividades e relações objetivas particulares que jamais poderão se repetir. No entanto, na lógica capitalista, também essas situações devem se *materializar* para se transformarem em produtos de consumo posterior e, assim, se transformarem de fato em mercadorias. O desenvolvimento capitalista atinge crescentemente todas as esferas de atuação humana, e atinge portanto o movimento corporal humano da Educação Física. Busca através da fita cassete, do vídeo, da integração à tudo na *mídia* eletrônica, ir mercadorizando também aquelas atividades que, em princípio, se mostravam resistentes ao capitalismo. Todavia, à medida que o movimento corporal humano se mercadoriza ele se violenta, ganha outros contornos, provoca outras subjetividades em seus praticantes e em seus assistentes, forja outra *corporeidade*, constroi novos padrões de estética, de eficiência, etc. O movimento corporal humano enquanto mercadoria é *outro* movimento corporal humano, ganha novas características pois se forja dentro de outra perspectiva. Sua resistência ao processo de mercadorização é quebrado, mas não sem um preço, que é sua mutação. Os exemplos, e que devem ser estudados cada um deles concretamente (e isto é que é historicizar os conteúdos da Educação Física), são muitos: o basquetebol, enquanto desporto não-mercadoria, ainda podia conviver com o arremesso onde a articulação anátomo-fisiológica utilizada não era o punho, todavia, uma vez integrado ao mercado, uma vez transformado em desporto-espetáculo, suas características se alteraram profundamente, e esse processo é que, associando-se ao desenvolvimento das “ciências do desporto”, principalmente a biomecânica e a fisiologia do esforço, pôde concluir que o uso exclusivo da articulação do punho “melhoraria” a eficiência do jogo, tornando-o não apenas mais dinâmico como mais palatável ao consumo gerando placares centenários, etc. (nem como curiosidade seria admissível que Ubiratã voltasse à Seleção Brasileira de Basquetebol e fizesse o arremesso de Lance Livre de “rasga-saia”, “lavadeira”,

etc.) A mídia forja o gosto e, concomitantemente reconstrói desporto em um processo de causa-efeito, onde tudo se faz conforme a determinação não dos *homens que se movimentam*, mas sim do mercado. Essa transformação pode ser mais sutil quando observamos, sob essa ótica, um conteúdo da Educação Física que já nasce sob as determinações do mercado, como o caso da “Aeróbica”. Neste caso não se trata de um processo onde a realidade das relações sociais capitalistas transformam o movimento corporal humano de uma situação não integrada ao capitalismo para uma situação de integração. Trata-se sim, de um processo onde ele se transforma à medida que o próprio mercado vai exigindo sua adequação cada vez mais completa aos padrões estéticos, a uma universalização de subjetividades, etc. e outras uniformidades próprias de qualquer movimento corporal humano que se formaliza (notar como nos campeonatos de “Aeróbica” o ítem “carisma” tem crescido de importância, pois ele é definido justamente por critérios como “expressão facial”, “roupa”, “tonacidade muscular”, etc. – todos esses ítems “subjetivos” se padronizam completamente pelo regradário das competições).

Estudando cada conteúdo da Educação Física Moderna, isto é, *historicizando-o*, é possível perceber sua contradição interna que, em certo sentido, é a própria alma do movimento corporal humano. O mercado capitalista, ou melhor, a mercadorização que abraça todos os setores da atividade humana à medida que as relações sociais capitalistas se desenvolvem, coloca determinações objetivas para o movimento corporal humano enquanto conteúdo da Educação Física. Tais determinações alteram profundamente o movimento, fazendo com que algumas qualidades sucumbam em favor de outras. Ora, quais dessas novas qualidades são desejáveis? Para fins educativos, para fins de construção de uma *Educação Física Crítica*, quais as qualidades advindas dessa nova situação que deverão ser acolhidas e quais as não desejáveis? E seria possível rearticular os elementos desejáveis contra os não-desejáveis?

Estas questões só podem ser respondidas, tanto no campo teórico como no campo prático através de um processo de articulação entre os estudos que venham a historicizar os conteúdos – captando, para cada um deles, suas transformações reais nesse processo de mercadorização do movimento corporal humano – e as experiências nos campos, quadras, etc., que possam reproduzir (ainda que, necessariamente, de forma “artificial”) os estágios de desenvolvimento de cada conteúdo durante esse processo. Em outras palavras: trata-se de fazer uma espécie de historicização “prática”, buscando diferenciar objetivamente as situações subjetivas geradas pelo movimento corporal humano em seu processo de integração-resistência às determinações do mercado. Nesse caso, o verdadeiro objeto é o movimento corporal hu-

mano, é ele que *acontece* na Educação Física (não se trata, portanto, de um discurso sobre o movimento, como fazem os racionalistas). Todavia, o movimento corporal humano é precedido de uma perquirição filosófico-científica capaz de apreendê-lo concretamente de modo a identificar todos os seus elementos no âmbito

de suas contradições internas (não se trata da prática cega da Educação Física “Tradicional” nem do espontaneísmo ou misticismo dos irracionalistas que tomam o movimento como um dado bruto, sem o trabalho intelectual-analítico).

O ESPÍRITO DESPORTIVO: UMA QUESTÃO DE ÉTICA*

Prof. Dr. Manuel Sérgio*
Faculdade de Motricidade Humana - Universidade Técnica de Lisboa

1. A ÉTICA E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O tempo em que vivemos tem sementes de Futuro, precisamente porque problematiza e se problematiza. Só que os problemas trazem, no seu bojo, a sensação de perigo, apontam-nos situações de risco. Mas não será sensato vermos neles, antes do mais, desafios que pedem soluções, perguntas que exigem respostas? Roger Garaudy avisa-nos, com insistência: “É necessário acordar os vivos”¹. Ora, é fundamentalmente ao nível da ética que muitos destes problemas se põem. E porquê? Porque vivemos num Mundo que sofre da mais espantosa amoralidade.

Trata-se de um facto novo na História, que a moral do existencialismo ateu já anunciava: “Se, com efeito, a existência precede a essência, não será nunca possível referir uma explicação a uma natureza humana dada e imutável; por outras palavras, não há determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade. Se, por outro lado, Deus não existe, não encontramos diante de nós valores ou imposições, que nos legitimem o comportamento. Assim, não temos nem atrás de nós nem diante de nós, no domínio luminoso dos valores, justificações ou desculpas. Estamos sós e sem desculpas. É o que traduzirei dizendo que o homem está condenado a ser livre. Condenado porque não se criou a si próprio; e, no entanto, livre, porque uma vez lançado ao mundo, é responsável por tudo quanto fizer”².

E assim, se o homem está condenado a ser livre e se todos os valores, todas as normas radicam, única e exclusivamente na liberdade, nada tem valor absoluto e universal. As decisões circunscrevem-se a determinados contextos e decorrem apenas da liberdade de cada um em situação. Nos dias que passam, todavia, a amoralidade tem, entre outras (visto que o real é complexo) as seguintes causas:

1. *O consumismo*: é preciso ter sempre mais, produzir e consumir sempre mais, encher as casas, as ruas, as montras, os veículos, tudo enfim, das belas coisas inúteis que nos banalizam e dão lucro a meia dúzia de instalados. A dinâmica vigente, na sociedade de consumo, é a alta concorrência, a alta competição. Aqui, quem não *render* não vale. No meio de uma frivolidade a que leva o predomínio do instintivo; por entre uma alta competição portadora de desconfiança e, nalguns casos, de ódio até – o homem, estandardizado e manipulado, só com muita dificuldade pode ser capaz de normas morais e, muito menos, de qualquer moral com fundamento absoluto.
2. *O sentido crescente da autonomia da pessoa humana*. Imediatamente, só é de louvar o profundo respeito que se tem pela dignidade humana, através da sua liberdade. Para tanto, houve, em determinadas circunstâncias, que pôr de lado um moralismo agressivo, mais castrador e opressor do que libertador. Mas pagou-se um preço alto: de tanto se combaterem os extremismos moralistas, um certo dogmatismo arqueológico, tombou-se no cepticismo, no relativismo, na incapacidade para destrinçar o *bem* do *mal*. A inteira dignidade dos homens e a insubornável liberdade das pessoas hão-de-assentar numa compreensão englobante e total da Sociedade e da História, hão-de recuperar do redemoinho acelerado dos factos e dos acontecimentos “os pedaços sólidos de sabedoria

* Comunicação ao Seminário Internacional sobre o “Espírito Desportivo”, Oeiras, Setembro, 1989

** Prof. da Faculdade de Motricidade Humana, U.T., Lisboa.

¹ GARAUDY, R. : *Ainda é tempo de viver*, Ed. D. Quixote, Lisboa, 1981, p.181

² SARTRE, J.P.: *O existencialismo é um humanismo*, Proença, Lisboa, 1970, p.227.

lançados na torrente, ao longo dos séculos, pelas religiões e pela filosofia, pelas experiências e pelas vivências dos homens e dos povos”³.

3. *O fenômeno da morte de Deus*. Escuta-se, ainda, o grito nietzscheano da morte de Deus. Heidegger, no comentário que, nos *Holzwege*, dedica ao parágrafo 125 da *Gaia Ciência* onde Nietzsche desenvolve o tema da *morte de Deus*, tem a opinião que o Deus aí proclamado morto representa, não só o Deus cristão, mas também todos os valores tradicionais do Ocidente. E assim, no lugar de Deus, surgiram ídolos: O Partido, a Classe, a Raça, a Estrutura, o Sexo e não sei quantos mais. Todavia, ao grande crepúsculo dos deuses (*Gotterdaemmerung*) não sucedeu o super-homem. Ao invés, são ainda muitos os sub-homens. O imanentismo prometeico erradicou a *transcendência* do horizonte humano. E daí a angústia, o absurdo, o desespero...

4. *A celeridade da História*: “o avanço científico-tecnológico, em todos os ramos do saber humano, fez alterar significativamente o ritmo do Homem e da História. A velocidade e a luta contra o tempo constituem uma quase-estrutura do ser e do agir humanos”⁴. Só que uma rapidez sem *sentido* gera um fundo sentimento de instabilidade e deixa o Homem, como folha perdida, no meio do vendaval, sem nítidos referenciais axiológicos.

O consumismo, o sentido crescente da autonomia da pessoa humana, o fenômeno da morte de Deus (ligado à secularização e à crise da transcendência) e à celeridade da História – produziram um desequilíbrio radical, um fluir desordenado, ao nível das idéias e dos valores. E assim fica o ser humano sem pistas nos caminhos da vida, reduzido ao faiscar de encontros fortuitos, circunscrito a caprichos, ao episódio, ao superficial. Os problemas ecológicos dão-nos também a perturbadora sensação de que a técnica se instala sem fundamentos éticos: o inquinamento dos rios, dos campos e da atmosfera; a desertificação do Globo, que avança entre 20 a 50 quilômetros por ano; a destruição infatigável das matérias-primas, que não são renováveis

e se tornam indispensáveis à subsistência da humanidade – não parecem levar a outra conclusão. E as injustiças sociais, tanto a nível nacional como internacional? Não é verdade que, no nosso Mundo, coabitam a sociedade da opulência com a sociedade da miséria?... No clima finissecular, que vivemos, cada vez mais a ética no surge como a resposta às grandes perguntas pelo ser e o sentido da existência. A ética é a palavra-chave donde pode divisar-se a defesa e a promoção da dignidade da pessoa humana.

2. O DESPORTO E A MORTE DO HOMEM

O cartesianismo sempre exibiu, com garridice, a dúvida metódica e a hipervalorização do *cogito*. Kant e Hegel, rotulando-se embora com outros títulos, não ultrapassaram a determinação idealista do *sujeito pensante*. Foram Marx, Nietzsche e Freud a manifestarem *suspeita*, em relação às ilusões de uma consciência onipotente e onipresente. E, a partir da década de 60, os conceitos de *sujeito*, de consciência e de *práxis* entraram de ser substituídos, na terra desgastada o humanismo, pelo conceitos de *sistema*, de *teoria* e de *estrutura*. As questões de ordem ética deixaram de congregiar interesses e simpatias. “Instala-se uma nova paisagem intelectual. Inaugura-se um pensamento que prescindiu da história. As ciências humanas convertem-se em ideologias, informando a percepção espontânea que os tecnocratas têm da sociedade, *só sendo cientificamente válido o que funciona*”⁵.

Mas será possível que o mesmo homem que, imponente de orgulho, se proclamava o rei da criação haja desaparecido do discurso hodierno? O neomarxista L. Althusser, o neofreudiano J. Lacan e os estruturalistas Lévi-Strauss e M. Foucault asseveraram que *sim*. E porquê? Porque é, em grupo, que o Homem trabalha e cria e dependendo de estruturas que o condicionam e justificam. É sempre num horizonte de totalidade que o indivíduo se compreende. De ora em diante, o Homem deve entender-se “como um sistema termodinâmica e informacionalmente aberto, ou seja, não podemos concebê-lo fora de uma relação fundamental com um ecossistema (meio ambiente) e com um metassistema, ou seja, o conjunto organizacional da vida e da *physis*”⁶. Por isso, é cada vez mais difícil investigar e estudar, no domínio científico em que o Homem é o objeto teórico.

Copérnico, ao negar a Terra como centro do Uni-

³ ANTUNES, M.: *Indicadores de civilização*, Editora Verbo, Lisboa, 1972, p.IXI.

⁴ PINTO, José R. da Costa: *Juventude e Moralidade*, Lisboa, v. 128, *Brotéria*, p.566, Maio-Jun. 1989.

⁵ JAPIASSU, Hilton: *Nascimento e morte das ciências humanas*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p.220-221.

⁶ MORIN, Edgar: *L'unité de l'homme*, Paris: Seuil, 1974, p.481.

verso; Darwin, ao desbancar o Homem do primeiro lugar, na hierarquia dos seres vivos; Freud, ao patentear que a razão não tem o pleno domínio sobre a totalidade humana; Marx, prendendo o Homem nas férreas mãos das estruturas sócio-económicas; Nietzsche, ao propor a criação de valores que nasceriam, para além do bem e do mal _ já anunciam os traços configuradores da hodierna *morte do Homem*. Hoje, o *tecnocosmos* faz da ética uma *tecnologia* e o Homem não passa de um número ou de material manipulável⁷. Está morto, de facto. Jean-Michel Besnier, na sua maravilhosa *Chronique des Idées d'Aujourd'hui*⁸ diz-nos que a Filosofia tenta reabilitar-se como crítica. Só que sem horizonte. Alain Renaut faz a distinção entre indivíduo e sujeito; aquele esgota-se numa constante referência a si mesmo; este define-se pela construção da autonomia. Segundo o mesmo Renaut, o indivíduo encontra o seu momento inaugural em Leibniz, na sua concepção de mónada, sem portas nem janelas. O indivíduo é assim um dos produtos específicos da modernidade⁹. E que permanece bem vivo em todos os reducionismos que afectam o nosso Mundo, tais como:

- o *reducionismo científico-racionalista*, fragmentário e cartesiano, circunscrevendo o humano ao que as ciências podem chegar;

- o *reducionismo orgânico*, o qual fundamenta, na natureza orgânica, a vida intelectual e afectiva;

- o *reducionismo religioso e partidário*, que vê, numa religião ou num partido, a verdade, toda a verdade, toda a vida intelectual e afectiva;

- o *reducionismo religioso e partidário*, que vê, numa religião ou num partido, a verdade, toda a verdade, desembocando naturalmente no sectarismo e no fanatismo;

- o *reducionismo materialista*, que descreve e celebra a matéria como o radical fundante de todas as coisas;

- o *reducionismo económico*, que gera o homem unidimensional, limitado aos poucos da produção e do consumo.

Vivemos então numa sociedade individualista e reducionista? O que representam a alta competição, sem freios, entre os homens e as nações? E o crescimento de

“boas consciências” e de horizontes existenciais, que rejeitam a transcendência? E a comercialização generalizada das pessoas e das coisas, em obediência ao “tudo tem um preço”? E a quantificação e simplificação, ao nível do Homem e dos todos os homens? E a cloroformização e banalização de grandes massas humanas, imoladas na ara de valores-fetiches? E a criação de uma burocracia, altamente complexa e sofisticada, que impõe o *rendimento* e o *lucro* como categorias primeiras da vida em sociedade? Sempre que a dignidade do Homem é ofendida e vilipendiada, o reducionismo e o individualismo imperam...

E o Desporto? É ele um aparelho *ideológico do Estado*? Neste caso, a superação dos contrários, numa síntese, nunca será o seu forte. E o *homo mechanicus*, mesmo sob as aparências de liberdade, será sempre o seu mais lídimo representante: um homem unidimensionalizado, funcionalizado, imediatizado, domesticado, absorvido e controlado. A *razão tecnológica* faz dele um campeão, um espantoso colecionador de recordes, mas suprimindo nele toda a transcendência humana e humanizadora. Poderemos encontrar nele (como encontramos) o ludismo, a competição de acordo com regras livremente aceites, a solidariedade, o respeito pelos outros e por nós próprios. Só que nem sempre a produtividade significa felicidade, nem sempre o progresso significa saúde, nem sempre a prática desportiva significa a passagem do reino da necessidade ao reino da liberdade.

Será preciso acrescentar mais para concluir que o Homem (o homem do cogito?) é realidade superada, coisa passada ou definitivamente sepulta, numa determinada prática desportiva? O mínimo que pode dizer-se, neste momento, é que há um desporto, precisamente o mais publicitado e propagandeado, donde emerge a exaltação da estrutura sobre a génese, do sistema sobre a liberdade, da forma sobre a existência, do coletivo sobre o sujeito...

3. O DESPORTO E O DESAFIO DO SENTIDO

Na sua configuração mais imediata, o aparelho ideológico do Estado encerra um significado, sobre o mais: a centralização da instituição desportiva pelo aparelho do Estado. É porque vivemos, a Leste e a Oeste, cada qual à sua maneira, em plena sociedade do rendimento (onde só vale quem rende), o fato de todos os Estados do planeta desenvolverem tendencialmente a mesma política

⁷ Cf. HOTTOIS, G.: *Le signe et la technique: la philosophie à l'épreuve de la technique*, Paris: Seuil, 1984.

⁸ BESNIER, Jean-Michel: *Chronique des idées d'aujourd'hui*, Paris: PUF, 1987.

⁹ Cf. RENAUT, Alain: *L'Ère de l'Individu*, Paris: Gallimard, 1989.

desportiva do Estado, em resposta aos imperativos da competição desportiva internacional¹⁰. Simultaneamente, os jogos tradicionais populares são murados em espaços de desinteresse, em favor dos desportos com federações internacionais. Qualquer espectador atento e receptivo concluirá, assim, facilmente, que o desporto hodierno, fervilhante de símbolos, constitui uma forma de reprodução de um determinado tipo de sociedade. A burocratização crescente, o clima de guerra que divide (aqui e além) as instituições desportivas, o uso e abuso da droga, a corrupção, etc. são provas evidentes que os conceitos fundadores da prática desportiva foram nitidamente postos de lado. É o desporto uma instância autónoma? Só o é, relativamente. Por isso, a competição desportiva se confunde com a concorrência, no campo económico; por isso, o juridicismo que a legaliza e legitima; por isso, um ou outro caso de violência nos estádios desportivos, precisamente num espaço que deveria distinguir-se pela solidariedade e pela generosidade.

Como num livro, velho de vinte anos, já o assinalava Michel Bouet¹¹, o Desporto é uma actividade saudável que satisfaz as necessidades motoras do praticante; promove a realização pessoal, através da afirmação do eu; reveste, muitas vezes, o aspecto de compensação, face ao stress e ao labor monocórdico da vida profissional. Por outro lado, a necessidade de sentir-se em grupo; o interesse pela competição; o desejo de vencer e de ser campeão, não tanto porque se ganhou, mas porque se é um "ganhador"; a combatividade que transmite a vontade de vencer... desportivamente, ou seja, dignamente; o amor pela natureza, bem visível nos desportos ao ar livre; o gosto pelo risco e uma irresistível atracção pela aventura -- constituem características do homem que poderíamos designar como um desportista, ou então os pontos centrais da motivação ao desporto. Trata-se, de facto, no desporto, de uma actividade corporal, simultaneamente lúdico-agonística, onde se verifica uma incessante procura de superação sobre os outros e sobre nós próprios, na forma de competição-diálogo. Os benefícios de ordem física, biológica e antropossociológica, que do desporto podem resultar, são incontáveis. Atravessamos o século do desporto. Não é de espantar, portanto, que as virtualidades desta actividade corporal tenham chegado, com assombrosa rapidez, ao conhecimento dos nossos contemporâneos.

Mas... qual o sentido do Desporto? Tenho para mim depois das modestas investigações filosóficas que tenho realizado ao nível da motricidade humana, que o sentido do Desporto é a transcendência, é a liberdade

que procura absoluto. Não há nele tão-só a continuidade temporal do mundo da ação, mas também a descontinuidade dos instantes criativos, em que a inteligência e o sentimento se alteram e o absoluto se divisa. Praticar Desporto tem um sentido: procurar a transcendência, através da motricidade. Por isso, as actividades corporais exalam significação, aquela que resulta de um homem que deseja superar a superar-se. Encontrar-se-á o Desporto compreendido nas categorias de futuro, de utopia, de esperança e de possível? O desportista vive, de fato, de modo utópico: ele recusa qualquer atitude resignatária, qualquer consentimento fatalista, dado que se encontram em permanente movimento intencional em direcção ao mais-ser. E, por consequência, visando a plenitude, tanto do ponto de vista ético, estético e gnoseológico, como ao nível da saúde, da condição física e das qualidades motoras. Costuma afirmar-se, por vezes com alguma ligeireza, que o Desporto dá saúde. Dá, de fato, quando anima no praticante a categoria do possível. Porque é precisamente na construção do possível que o Homem se realiza, se concretiza. O corpo não pode perceber-se como simples máquina, em bom ou mau estado, porque o corpo (nomeadamente o corpo do desportista) implica situações em articulação com o todo. Desta forma, o Desporto bem pode ser um espaço onde o Homem aprende a ser mais Homem. O Homem transcende infinitamente o Homem. O Desporto sabe-o e di-lo.

4. PARA UM NOVO ESPÍRITO DESPORTIVO

Se o sentido do Desporto é a transcendência, toda a prática desportiva deve apoiar-se numa pré-determinação antropológica. A compreensão que o Homem tem de si mesmo é pressuposto indispensável à elaboração da conduta ética que permite a transcendência. Para saber o que devo fazer preciso saber antes quem sou. Ora, o Homem é um ser aberto à transcendência e, como tal, um ser prático que, na totalidade e pela motricidade, a persegue. Mas perseguir a transcendência (evidente na prática desportiva) é uma atitude profundamente ética. Pressupõe uma exigência de atenção e vigilância sobre o que se passa à nossa volta, de molde a evitar qualquer moral narcisista, fechada sobre si mesma. Pressupõe também um sentimento de jogo, humor e festa, evitando-se assim a perda de calor do gratuito e o tédio, a náusea, o vazio existencial. Pressupõe, por fim, desafios vários:

¹⁰ BROHM, Jean-Marie: *La critique du sport et ses critiques*. In BERNARD, Michel: *Quelles pratiques corporelles maintenant?*, Paris: Jean-Pierre Delarge, 1978, p.56-57.

¹¹ Cfr. BOUET, Michel: *Les motivations des sportifs*, Paris: Universitaires, 1969.

- desafio à profecia (por que não um desporto como instância des-instaladora, movimento de condutas novas e diversas?);
- desafio à participação, actividade corporal entendida como manancial inesgotável de solidariedade, de participação activa e co-responsável na obtenção de um objectivo humanizante;
- desafio ao primado do ser, desafio esse que se traduz na afirmação determinante do valor irrecusável do praticante pelo que é, porque é pessoa e não, unicamente, pelas classificações que alcança nas competições;
- desafio à profundidade de vida, para que o Desporto signifique a capacidade corajosa de ultrapassar a superficialidade e o caprichismo, o

episódio e o banal, de acordo com a maravilhosa experiência de um ser que busca o absoluto.

O espírito desportivo, que nesta comunicação se defende, é bem uma questão de ética. Deve surgir como "voz profética", a indicar um caminho de superação, onde o Homem possa lançar-se na busca de novos possíveis e de finalidades mais humanas; deve apontar para espaços de liberdade e responsabilidade, pondo em relevo os grandes valores que abrangem a vida toda e lhe conferem sentido e finalidade; deve procurar criar espaços onde os agentes do desporto (praticantes, técnicos, dirigentes e o próprio público) se sintam e saibam pessoas. Ele deve, acima do mais, deixar-nos entrever o apelo a uma ética prospectiva e criadora, que possa dar sentido ao Desporto e até à própria vida de quem lucidamente o pratica.

SUBSÍDIOS PARA UMA POLÍTICA DE LAZER- O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL*

Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino
Faculdade de Educação Física – Universidade Estadual de Campinas

Tratando-se de um Encontro de Educação Física é importante ressaltar, de início, que a abrangência de uma Política de Lazer extrapola o que se convencionou denominar de “interesses físicos esportivos” (DUMAZEDIER, 1980 a), devendo contemplar as discussões nas diferentes esferas do fazer cultural.

Um primeiro aspecto a abordar, portanto, é exatamente a abrangência da questão do lazer e seu entendimento parcial e limitado, que pode ser constatado na ação dos órgãos públicos, na pesquisa, na legislação, etc. (MARCELLINO, 1987, passim).

Nunca é demais repetir, principalmente em encontros dessa natureza, que a incorporação do termo “lazer” no vocabulário comum é relativamente recente, e marcada por diferenças acentuadas quanto ao seu significado. O que se verifica, com maior frequência, é a simples associação com experiências individuais vivenciadas que, muitas vezes, implica na redução do conceito a visões parciais, restritas aos conteúdos de determinadas atividades. Essa tendência restritiva, que pode ser constatada na linguagem popular, pela simples observação assistemática, é alimentada pelos meios de comunicação de massas, na veiculação da programação de atividades, via de regra ligados ao esporte e à arte, e só mais recentemente distinguindo o lazer, quase sempre associado a manifestações de massa, ao ar livre e de conteúdo recreativo. Nem mesmo na denominação de órgãos públicos a definição do campo abrangido pelo lazer fica evidenciada. A partir da década de setenta, incorporou-se o tema para denominar repartições de prestações de serviço públicos, geralmente associando-o, restritivamente, a setores culturais específicos. Não são poucos, nos âmbitos estadual e principalmente municipal, secretarias ou divisões de “Esportes e Lazer”, “Recreação e Lazer”, “Cultura e Lazer”, “Turismo e Lazer”, etc. (MARCELLINO, 1987:21).

Esse caráter parcial e limitado que se observa quanto ao conteúdo, *dificulta o estabelecimento de for-*

mulação de ações específicas, e é verificado também quando se procura detectar os valores associados ao lazer. Ao nível do senso comum, os mais comumente relacionados são o divertimento e o descanso, deixando de lado a questão do desenvolvimento pessoal e social, que podem ser propiciados pelo lazer.

Um segundo aspecto a abordar é a necessidade de “procurar o entendimento da totalidade das relações sociais, nas quais o trabalho ocupa posição fundamental, mas sem excluir uma compreensão articulada com as dimensões do não trabalho” (OLIVEIRA, 1986, 35:7). E se essa abordagem for efetuada não a partir de uma visão do pensamento liberal, mas de uma Economia política do tempo disponível (ibid.) é preciso questionar as afirmações correntes de que o Brasileiro trabalharia pouco. Os dados do censo de 80 dão conta de que mais da metade da população economicamente ativa trabalha mais de 48 horas por semana, contra 42 na França e Inglaterra, e 39 no Canadá.

Na Constituição de 1988, o lazer consta do Título II, Capítulo II, Art. 6º, como um dos direitos sociais; o termo aparece em outras ocasiões, mas só é tratado, quanto à formulação de ações, no Título VIII, Capítulo III, Seção III, *Do Desporto*, no Artigo 217, no 3º e último parágrafo do item IV - “O Poder Público incentivará o lazer, *como forma de promoção social*” (grifo a expressão por considerá-la, do meu ponto de vista “Carregada de vícios assistencialistas”, a que não dá conta do direito à felicidade, que sempre precisa ser justificado por critérios de “utilidade”). Nota-se ainda, a *vinculação restritiva* a um único conteúdo, conforme abordado no aspecto anteriormente analisado.

Tudo isso contribui para dificultar o entendimento do lazer como objeto de estudo, campo de atuação profissional, e como *esfera de atuação do poder público*.

Pretendendo-se que o Lazer não constitua apenas a oportunidade de recuperação da força de trabalho, ou que possa ser caracterizado como instância de consumo

* Comunicação apresentada na mesa redonda “Subsídios para uma política de lazer”, no “II Encontro de Educação Física: Educação Física, Esportes e Lazer – Políticas Públicas” – Faculdade de Educação Física – UNICAMP - Campinas/SP. 118.10.1990.

alienado, ou “válvula de escape”, que ajude a manter o quadro social injusto, *o âmbito municipal é apenas um dos que deve ser considerado, na esfera da Administração Pública*; é preciso que seja levado em conta, mas é fundamental que diferencie sua atuação das demais iniciativas, desde as espontâneas, até as da chamada “indústria cultural”.

Aqui, Administração Pública é identificada, “essencialmente, como um função, ou como uma atividade-fim (condicionada a um objetivo), e com organização, isto é, como uma atividade voltada para assegurar a distribuição e a coordenação do trabalho dentro de um escopo coletivo (BOBBIO, 1986:11).

Discorrendo sobre a “política anticultural”, ou “não política cultural” que vigora hoje no país, o jornalista Eugênio BUCCI (*Destruição Cultural, Folha de S. Paulo*), a situa num período em que “mal saída do patrimonialismo autoritário dos governos anteriores, deixa a clausura para cair no abandono”. Acentuou assim, durante todo o período iniciado com o regime militar (“que após executar o único projeto cultural bem sucedido deste país, que foi a integração nacional via Embratel, entregou tudo para duas ou três redes de TV tomarem conta”), um esvaziamento da memória correspondente à degradação da vida, e “o vácuo deixado pela cultura tende a ser ocupado pela indústria de entretenimento da massa”. Dessa forma, “política de destruição cultural, inimiga da pluralidade crítica, é compensada pelo monólogo dos meios de comunicação audiovisuais” (ibid.).

Um terceiro e último aspecto a considerar é a relevância da problemática do lazer nos grandes centros urbanos, sua “ressonância” (MAGNANI, 1984, passim), onde merece destaque a questão do espaço para o lazer, a ser considerado numa política Urbana.

É interessante observar que pesquisas de opinião realizadas por veículos de comunicação, e não destinadas a focar diretamente o lazer como tema principal, acabam revelando, de forma indireta, a importância que ele representa na vida das pessoas das grandes cidades (MARCELLINO, 1990: 34-35).

Mas a “ressonância social” do lazer é diferente da dos chamados “temas sérios”. MAGNANI somente pôde constatar a importância do lazer na cidade, e, mais propriamente, na periferia, baseando sua pesquisa na observação; dessa forma, convivendo com a população no seu cotidiano, verificou uma diferença acentuada no peso dado à questão, comparativamente aos relatórios de pesquisa baseados em instrumentos formais do tipo questionário, por exemplo (MAGNANI, 1984:134; MARCELLINO, 1990; 35).

Some-se a isso a uma série de preconceitos que se verificam no setor público e, inclusive no meio aca-

dêmico, quando o lazer é focado, principalmente se a questão envolve liberação de recursos.

Apesar de tudo, e embora não de modo exclusivo, é particularmente no tempo de lazer, que são vivenciadas situações geradoras de valores que poderiam ser chamados de “revolucionários”. São reivindicadas formas de relacionamento social mais espontâneas, a afirmação da individualidade, a convivência com, ao invés do domínio sobre a Natureza. Falar no caráter “revolucionário” do lazer implica em sublinhar mudanças ou questionamento de valores, que vêm ocorrendo pelo “revolver” de uma estrutura temporal e espacialmente coercitiva, no cotidiano das pessoas. Gente comum, bem distante do que poderia ser caracterizado como “classe ociosa”, que trabalha, luta para trabalhar, mas que também faz questão de preservar a alegria, na maioria das vezes, impossível no ambiente de trabalho, pela rotina, pela exploração, etc.

O lazer do trabalhador, as pequenas parcelas de alegria permitidas aos que trabalham, não pode ser entendido, inspirado no modelo da Antigüidade, finalidade da existência de privilegiados apoiados na exploração da maioria. Ao contrário, é fruto da sociedade urbano-industrial e, dialeticamente incide sobre ela, como gerador de novos valores que a contestam (MARCELLINO, 1990:44-45).

É uma questão de cidadania, de participação cultural. Entendo por verdadeira participação cultural a atividade não conformista, mas crítica e criativa de sujeitos historicamente situados. Entendo, ainda, a participação cultural como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, tendo em vista, não só a instauração de uma nova ordem social, mas de uma nova cultura. Isso não significa o isolamento do plano cultural, do social e do econômico, mas tão somente, que não cabe justificar o imobilismo pela existência de uma ordem social adversa.

Tudo isso amplia ainda mais, o leque das discussões do *papel da Administração Pública Municipal, com relação à Política de Lazer*, tema que estou propondo, dentro do assunto deste Debate, e que vem se manifestando, nas nossas cidades, pela ausência, ou falta de identidade, sendo substituída pelos “Calendários de eventos”, ou “pacotes” baixados dos gabinetes “Técnicos”.

Proponho que a discussão passe pelo entendimento amplo do lazer, em termos de conteúdo, pela consideração do seu duplo aspecto educativo, suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, as barreiras sócio-culturais verificadas, e por outro lado, pelos limites da Administração Pública Municipal, e a necessidade de fixação de prioridades a partir da análise de situação.

Vamos levar em conta cada um desses aspectos levantados:

Considerar o entendimento amplo, em termos de conteúdo, significa levar em conta a abrangência dos seis propostos por DUMAZEDIER (artísticos, físicos-esportivos, turísticos, intelectuais, sociais, manuais - todos inter-relacionados).

O que requer, no âmbito municipal, observar as interfaces com os demais departamentos da própria Secretaria (ou órgão), onde esteja centralizada a ação relativa a política de lazer;

Considerar o seu duplo aspecto educativo (objeto e instrumento de educação - Marcellino. (1987, Passim), significa entender o lazer para além do descanso e divertimento (fundamentais), nas suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e social.

O que requer, no âmbito municipal, observar a interface com as políticas públicas de Educação, Saúde, Promoção Social, etc.

Considerar as possibilidades do lazer enquanto instrumento de mobilização e participação cultural.

O que requer: 1. de um lado, integrar esforços de grupos populares da cidade, atuando a partir das suas manifestações culturais, considerando os níveis de participação, e procurando através de uma política de animação, superar esses níveis, sem descaracterizá-los;

2. de outro lado, a atuação conjunta com grupos e organizações ligadas ao setor cultural.

Considerar as barreiras sócio-culturais verificadas: Como sabemos, tendo como pano de fundo a questão econômica, existem uma série de barreiras de sexo, faixa etária, espacial, de estereótipos, que limitam o lazer qualitativa e quantitativamente (MARCELLINO, 1983: 49-66).

O que requer, no âmbito municipal, que se enfatize a atuação objetivando minimizar seus efeitos, priorizando ações que facilitem o acesso às camadas da população que, normalmente, não são entendidas.

Considerar os limites da Administração Pública Municipal, significa levar em conta que a questão do lazer só pode ser entendida na totalidade da ação humana, abrangendo questões que transcendem os executivos municipais, como jornada de trabalho e ocupação do solo urbano por exemplo.

O que requer, no âmbito municipal, incentivar e participar das discussões e ações que envolvam a questão de modo amplo, junto aos órgãos de classe e outros setores constituídos da sociedade civil.

Se considerarmos o lazer de uma perspectiva ampla, como cultura vivenciada no "tempo disponível", com determinadas características (MARCELLINO, 1987, passim), as diretrizes gerais de uma "política municipal

de lazer" não podem se restringir apenas a uma política de atividades, mas contemplar também questões relativas à formação de quadros para atuação, aos espaços e equipamentos, e critérios de ordenação do tempo (REQUIXA, 1980, passim/CARVALHO, s. d., passim).

Finalmente, no âmbito municipal, existe a necessidade de fixação de prioridades a partir da análise de situação, o que envolve a resposta a algumas questões dentre elas:

- Há equipamentos específicos sub-utilizados?
- Como os equipamentos estão distribuídos?
- Há possibilidade de utilização e adaptação de equipamentos não-específicos?
- Existe uma estrutura de animação capacitada e atuante?

É importante que o assunto seja examinado a partir da problemática da política pública em países da periferia do capitalismo, vista em seu "movimento pendular" (FREITAG, 1987:13). Para FREITAG, a problemática da política pública em países da periferia do capitalismo deve ser vista "... em seu movimento pendular entre a intenção original e básica de disciplinar as mentes, treinar a força de trabalho e reproduzir as estruturas sociais, de um lado, e a sua capacidade de dinamizar os potenciais emancipatórios implícitos na realidade social, de outro" (FREITAG, 1987:33).

Assim, se por um lado é preciso considerar que a questão do lazer não pode ser enfrentada de modo isolado da questão sócio-cultural na sua totalidade, é preciso também considerar as possibilidades de ações específicas na área, que considerem o lazer na totalidade das relações sociais e os limites e possibilidades de políticas públicas setoriais.

BIBLIOGRAFIA

- BOBBIO, N. Dicionário de política. Brasília: UnB, 1986.
- BUCCI, E. Destruição cultural. Folha de S. Paulo, 24.08.90, p. A-3.
- CARVALHO, A. M. Cultura física e desenvolvimento. Lisboa: Compendium, s.d.
- DUMAZEDIER, J. Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sóciológica da decisão. São Paulo: SESC, 1980 b.

- _____. Valores e conteúdos culturais do lazer. S. Paulo, SESC, 1980 a Planejamento de lazer no Brasil- A Teoria sociológica da decisão. São Paulo: SESC, 1980 b.
- FREITAG, B. Política educacional e indústria cultural. São Paulo: Cortez, 1987.
- MAGNANI, J.G.C. Festa no pedaço. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MARCELLINO, N.C. Lazer e humanização. Campinas: Papirus, 1983.
- _____. Lazer e educação. Campinas: Papirus, 1987.
- _____. Pedagogia da animação. Campinas: Papirus, 1990.
- OLIVEIRA, P. S.. Tempo livre, trabalho e lutas sociais. Reflexão, Campinas, v.35, p. 7-14, 1986.
- REQUIXA, R. Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer. São Paulo: SESC, 1980.
-

PARA O MARCELLINO

Propostas assistencialistas, paternalistas e pragmáticas na área do lazer destinadas à classe "carente" surgem com os mais diversos propósitos, muitas vezes não tão transparentes quanto aparentam. Interesses escusos existem e se pretendemos compreender a questão, teremos que nos aprofundar em reflexões elucidadoras e questionamentos provocadores.

Não tão evidente quanto o trabalho na exploração da mão-de-obra destinada a incrementar a acumulação, o lazer para alguns chega mesmo a se constituir num espaço romântico de propostas "desprendidas", como sendo o espaço onde encontramos "igualdade e fraternidade", ou, onde patrões e empregados colocam-se lado a lado em conflitos e divergências, com o mesmo objetivo e satisfação.

Assim como a educação, o lazer vem se constituir como objeto de uma política social com intenções bem definidas quanto ao conflito de classes, apresentando-se amenizadora, e em relação à acumulação de capital, consolidando-a e perpetuando-a, visando a conservação ativa da força de trabalho, não se restringindo, portanto, aos "carentes", mas dirigindo-se à força de trabalho como tal, através de uma imobilização e disciplina.¹

Especificamente em relação ao lazer, vamos encontrar obstáculos provenientes na ideologia do desenvolvimento², como aquelas teorias que o concebem não prioritário para as camadas pobres da população, uma

vez que estas não satisfizeram suas necessidades básicas de saúde, alimentação e habitação, como se o lazer não se incluísse entre elas, ou se fosse entendido como uma necessidade humana seria um privilégio das classes mais favorecidas. Pobre não tem necessidade de sentar num bar para tomar cerveja com um amigo e "bater papo", muito menos de assistir novela ou ouvir música; imagine então de praticar "windsurf" - isso já seria heresia para muitos.³

Por outro lado, temos uma vertente teórica justificando, muito antes da preocupação com o lazer, prioridades concentradoras de recursos em áreas básicas, as quais possibilitarão impulsos em outras áreas, conduzindo ao crescimento econômico.⁴

Em relação ao Estado brasileiro, as intervenções nos últimos vinte anos⁵ concentraram-se nessas prioridades discutidas acima: políticas econômicas de investimento na infra-estrutura, criação de empresas estatais e paraestatais e congelamentos de salários, bem como nas ações repressivas emudecendo os conflitos entre patrões e empregados. Políticas sociais destinadas a amenizar tensões, disfarçá-las ou compensá-las não tiveram tanta preocupação, não alcançando portanto, ainda, os níveis clássicos do Estado do bem-estar.⁶

Percebe-se portanto, a complexidade do assunto em relação ao tempo disponível da população trabalhadora, cuja obtenção e distribuição constitui-se num fato político. Um jogo de forças e interesses controlam esse tempo e seu aproveitamento na produção. Considerando esse aspecto, deve ser questionada a hierarquia que

1 FREITAG (85) discute essa política mostrando que atinge de formas diferentes e com objetivos variados, "tanto as populações trabalhadoras inseridas no mercado de trabalho (programas de habitação, transporte, saúde, estabilidade de emprego, salário mínimo), quanto a força de trabalho potencial, que pelas razões as mais diversas (conjunturais, idade, saúde, falta de qualificação) não foi absorvida no processo produtivo". (p.7)

2 MARCELLINO (83) discute esse assunto.

3 Essa última colocação não significa que estamos propondo o consumo de bens supérfluos sofisticados, sem estarmos atentos da impossibilidade da satisfação dos inúmeros desejos pela população, insuflados pelos meios de comunicação de massa tradutora de uma ideologia dominante. REQUIXA (76) adverte para o fato da sociedade de consumo inflacionar desejos, porém não conseguir satisfazê-los plenamente. (p.63)

4 MARCELLINO (op cit., p. 32)

5 FREITAG (op. cit.)

6 Ídem.

privilegia essas políticas econômicas, priorizando o crescimento, para posteriormente voltar-se ao plano cultural.⁷

Para muitos observadores atentos, a pouca realização em termos de “política social”, distante de se constituir instrumento compensatório na questão desigualdade e injustiça, transforma-se em mecanismos perpetuadores das estruturas sustentadoras desses fatores.

Seríamos ingênuos se não concordássemos com essa tendência, porém, devemos estar atentos para tal radicalidade, pois impede a observação de saídas e caminhos diferenciados que porventura surjam durante o processo de elaboração, execução e avaliação de atividades. FREITAG⁸ observa que “as diferentes políticas sociais se desdobram em movimentos dialéticos com efeitos não programáveis, que muitas vezes produzem o reverso do originalmente intencionado”. A onipotência do sistema de acumulação e a astúcia do Estado capitalista não conseguem evidentemente controlar de forma absoluta todas as fontes envolvidoras de conflitos e contradições.

Igualmente não pretendemos radicalizar pelo lado oposto, através da análise única desses movimentos dialéticos surgidos dentro da própria “política social”, expressando as classes populares como sendo revolucionárias e resistentes aos fatores de dominação. Menos ainda na tentativa de demonstrar que, embora certas intenções sejam explicitamente amenizadoras ou compensatórias dos conflitos e contradições, devam ser estimuladas porque surgirão “brechas” em seu interior com possibilidades de aproveitamento para novos rumos.⁹

Partindo do pressuposto da não existência da divisão estanque entre cultura dominante e cultura popular (as duas interagem e se confrontam, não existindo uma sem a outra), como escreve GARCIA¹⁰, parece existir uma antropofagia no saber popular, - “ele engole o saber dominante e o cospe diferente”, não podemos porém ignorar o adjetivo popular, pois isso significaria neces-

sariamente imaginar uma sociedade com ausência de classes distintas.

Vamos nos deter sobre algumas propostas de política de lazer destinadas às classes “carentes” urbanas e verificar a “carência” dessas mesmas propostas, as quais evidentemente devem ser analisadas sem perdermos de vista a discussão anterior levantada sobre “políticas sociais” nas quais se inserem.

Uma política de lazer relaciona-se, como observa CAMARGO¹¹ a um “conjunto de valores e de metas de uma sociedade com relação ao seu próprio bem-estar dentro do chamado tempo livre”¹². O autor, portanto, coloca o assunto em termos qualitativos e não a um simples incremento de equipamentos. Porém, mesmo considerando nessa perspectiva, não devemos esquecer a forte influência em nossa sociedade dos valores veiculados através de uma cultura de massa, criando certa participação da coletividade nos valores da sociedade global, como expõe REQUIXA.¹³

Essa política de lazer está ou deveria estar sedimentada no mínimo, em três dimensões interligadas: espaço, tempo e agente cultural.

Discutimos anteriormente alguns aspectos pertinentes ao tempo, relacionando-o como fato político, uma vez que há um conjunto de forças e interesses circundando-o e direcionando-o (necessidades de hora-extra, transporte, obrigações familiares e outros), limitando dessa forma o tempo de lazer do trabalhador brasileiro.¹⁴

Quanto ao espaço, vamos nos limitar aqui a discutir alguns equipamentos já instalados como parques, ginásios de esportes, quadras poliesportivas, bem como fatores relevantes na consideração da implantação dos próprios, envolvendo concomitantemente o agente cultural (considerado aqui, tanto o profissional, como a equipe envolvida) no desenvolvimento do trabalho para utilização desses equipamentos, ou espaço, com a população.

É bastante comum ouvir, apesar da argumentação

7 MARCELLINO (op. cit.)

8 FREITAG (op. cit., p.7)

9 Aqui levantamos dúvidas quanto à observação de FREITAG (op. cit.) delatando como erro grosseiro o descarte de certas políticas, considerando-as meramente “assistencialistas” e “nenhum regime comprometido com transformações sociais autênticas pode renunciar a tais programas.” (p.15)

10 GARCIA (80, p.109)

11 CAMARGO (85, p. 4)

12 Preferimos o uso do termo “tempo disponível” uma vez que concordamos com MARCELLINO (op. cit.) quanto a esse tempo livre apresentar-se sempre condicionado por fatores econômicos, políticos e sociais.

13 Aqui REQUIXA (77) reporta-se aos estudos de TOURAINE argumentando que “nas sociedades de massa os valores culturais não mais se originam da vivência nos pequenos grupos sociais informais, nem tampouco dos grupos profissionais... Com seu relacionamento social grupal grandemente reduzido na cidade grande, desvinculado afetivamente do próprio trabalho, o indivíduo apresenta-se mais exposto aos meios de comunicação de massa”. (p.22)

14 Para melhores esclarecimentos consultar MARCELLINO (op. cit.)

contrária sobre a carência de espaços para o lazer, declarações indicando a existência de espaços ociosos nos clubes instalados para as classes “carentes” (obviamente na periferia), nas quadras poliesportivas instaladas nas praças públicas ou a não utilização pelas pessoas de certos equipamentos como mesas colocadas para piqueniques, arquibancadas, etc.

PATLAJAN¹⁵ também empreende-se nessa discussão fazendo distinção entre o lazer difuso caracterizado por “aquele que pode ser exercido independentemente da hora ser ou não de lazer” (denomina de “lazer cotidiano”: bares, cafés, passagens durante o intervalo, estritamente relacionado com a integração homem-espaço) e o lazer intencional caracterizado pela utilização de equipamentos como praças, parques, cinema, o qual poderia ser orientado para maior desenvolvimento cultural e “não está sendo utilizado pelo homem”.

Várias considerações podem ser desenvolvidas a respeito dessa ociosidade.

Se “uma das formas de nosso relacionamento com o mundo pode configurar-se através da prática das atividades de lazer”¹⁶, esse relacionamento possui um significado próprio pertinente aos modos e condições de vida das pessoas, levando-as a uma maneira própria de pensar sua inserção na sociedade, significado este que não pode ser desconsiderado na implantação de qualquer política social de lazer, numa determinada classe.¹⁷

Entendemos o espaço não apenas em suas limitações tridimensionais, mas nessa situação relacional do sujeito, considerando válida e plena de sentido a atividade que concorda com esse espaço no qual vai ser exercida.

Portanto, um projeto para uma praça ou qualquer outro implemento, verifica-se falso, na medida da não concordância “com o próprio desenho do espaço cotidiano do homem urbano.”¹⁸

Em grande parte dos casos, essa relação é desconsiderada em área onde se verifica grande riqueza de proposta de lazer originárias do grupo “carente” com “carência” de espaço, como campos de futebol em terrenos públicos com existência de um barracão de madeira vendendo bebidas e doces, onde as pessoas se reúnem para um “sambinha” no final do jogo, às vezes

com a presença dos próprios filhos brincando ao redor, inventando formas diferentes de jogar e brincar. No mesmo espaço, também a presença das mães é notória, ora assistindo o jogo, ora “batendo papo” umas com as outras, enquanto os jovens tocam violão em meio de uma “paquera”. Cenário este não poucas vezes destruído para passar algum cano de esgoto (justamente ali!), ou alguma via expressa que servirá para se chegar mais rápido ao trabalho. E assim a cidade vai se tornando cada vez mais um local de passagem, com um desprezo pelos locais de encontro.

Por outro lado, surgem propostas para construções de equipamentos esportivos num local geralmente fechado (cercado), exigindo-se carteirinha para freqüência, funcionando apenas em determinados horários (geralmente o comercial, quando a população está trabalhando) e a preocupação com a presença de agentes culturais (se é que assim possamos ser chamados) para estimular a população ao uso daquele espaço estranho, pois o grupo social não teve oportunidade de agir sobre seu meio ambiente, colaborando na construção do equipamento e portanto não adquirindo experiência do “saber agir”.¹⁹ Ao contrário, quando o indivíduo participa na organização e utilização do meio ambiente, maior identidade e intimidade se estabelecerá com esse meio, com uma melhor compreensão dos problemas envolvidos. Surge portanto, a praxis do lazer, através desse saber, pois a partir dele, o grupo se reconhece, troca informações e interpreta a realidade que vive. Esse espaço para troca e reflexão torna-se vital, revertendo num distanciamento crítico da realidade pelos envolvidos e concordamos com REQUIXA²⁰ sobre a necessidade de ocorrer uma apropriação de fato dos moradores pelo local. Isso evidentemente reforçará o poder das camadas populares, uma vez que aqui o saber poderá se expressar. É o espaço do encontro.

Pretender que agentes culturais estabeleçam esses vínculos da população com os equipamentos é no mínimo, situar o agente num papel de onipotência. Portanto, a questão não se limita na colocação de agentes, mas que estes compartilhem das atividades relacionadas com o modo de vida das pessoas, não impondo modelos estabelecidos de uma racionalidade diferente daquela perti-

15 PATLAJAN (78, p.44)

16 REQUIXA (77, p.20) situa as atividades de lazer como aquelas que “eventualmente podem permitir que se criem novas formas de participação que rompam o isolamento e que recriem a necessária intimidade e afetividade do homem em sua vida”.

17 Sentimos necessidade de levantar a diferenciação do lazer em comunidades e bairros periféricos, onde a situação é de “iguais” e todos se conhecem, do lazer no centro comercial, onde o contexto é de “diferentes” ou indiferenciados, por ser um local caracterizadamente público. As duas situações requerem políticas de lazer específicas. A primeira utilizando-se da humanização existente no relacionamento social e a segunda tentando amenizar a desumanização existente nos grandes centros e proximidades.

18 PATLAJAN (op. cit., p.45)

19 REQUIXA (76, p.75)

20 REQUIXA (76, p.94)

nente às classes “carentes”. Entendemos dessa maneira, a preocupação exposta por CAMARGO²¹ quanto ao aspecto equipamentos, considerando como “o ponto nevrálgico da educação popular” pois o programa “se propõe a atender os mais carentes e acaba por atender apenas os que já têm acesso à modalidade cultural proposta. Ou seja, atende aqueles já sintonizados com a proposta...”

Considerando esses pontos, mostra-se ingênuo, num certo sentido, o desejo expresso por alguns profissionais na pretensão de visualizar a grande massa da população praticando esporte, sem desconsiderar aqui a preocupação de alguns com a democratização do mesmo e não esquecendo a possibilidade de estar implícita nesta proposta a experiência histórica de conduzir as massas, utilizando-se para camuflar as relações de força e a verdade objetiva de sua dominação, certos artifícios expressos na linguagem do “lazer sadio”, “da pátria”, “para todos”, etc.

Outro aspecto a ser refletido diz respeito à intenção de materializar a carência para os “carentes” insinuando assim “atender aos interesses mais populares, pelo lazer e recreação.”²² Esse raciocínio concorda ser desnecessário nas práticas transportadas aos “mais carentes” de “instalações físicas tradicionais do esporte formal, nem de recursos humanos altamente especializados em atividades formais do esporte, nem mesmo de materiais caros e de difícil aquisição”. O argumento prossegue na suposição de que pelas atividades esportivas propostas serem consideradas mais “como recreação que propriamente como práticas seletivas, elas pressupõem opções, escolhas e facilitam e contato social e a adesão de grupos, mesmo os mais carentes da população²³, como se a “opção” dessas pessoas estivesse fortemente atrelada a esses fatores, o que aliás, seria ótimo se estivesse, e não ao quadro lastimável que se encontra grande parte da população brasileira.

Com o intuito de personalizar um programa dessa natureza nomeando-o “Tecnologia da Escassez no Esporte”, é apresentado como “um dos programas da Fundação Mobral que visa a preservação da cultura e da técnica popular aproveitando materiais naturais e refugos.”²⁴

Concluimos daí que transportar a cultura dominante (muitas vezes denominada de cultura geral) cuja pretensão repousa na reprodução da força do trabalho, bem como em regra de moral, consciência cívica e ética

profissional, através de materiais sofisticados utilizados nesse cultura, torna-se dispendioso e com retornos duvidosos uma vez que o trabalhador não é tão atraído pelos gostos e preferências da classe dominante quanto se supõe. Também parece evidente o propósito de amenizar conflitos, institucionalizando mecanismos sob o rótulo de “democratização” e “preservação da cultura”, os quais tendem a perpetuar a dominação.

Não pretendemos estender a discussão sobre a inculcação ideológica através de propostas conformistas e repetitivas como a instalação de quadras esportivas em praças, embora isso possa ocorrer, obtendo das classes “carentes” um reconhecimento do saber e do saber-fazer legítimos, implicando o desprezo pelo saber por elas dominado. Não obstante essas mensagens possam ser codificadas das mais diversas formas. Trata-se como discute GARCIA²⁵, referindo-se à TV, mas cabendo aqui a analogia, do “problema de um tempo consumido na diluição de uma mesmice entorpecedora”.

Prosseguindo nossas reflexões, vamos nos deter mais especificamente a partir desse momento no agente cultural e sua atuação junto às “classes carentes”.

Várias nuances surgem relacionadas ao sujeito ou à equipe, envolvendo condicionantes de classe, os quais não podem ser negados, escondendo-se muitas vezes ao nível de discurso, mas posteriormente desvendando-se através de certas preocupações com a estética, cuidados com o corpo, etc. Mesmo a consciência, como explicita GARCIA²⁶ “de uma ideologia dominante e dos mecanismos de opressão da sociedade, não imuniza ninguém desta ideologia.”

Outra face da questão encontra-se no desejo de “guiar” as camadas populares para que cumpram determinadas tarefas históricas. O agente acredita possuir uma verdade que deve ser transmitida para o grupo social envolvido e desta forma definir os interesses deste último. Porém, a única transformação somente ocorrerá através da elaboração e encaminhamento das propostas pelas camadas populares.

Neste momento da discussão, podemos levantar uma pergunta provocativa: “Afinal, quem é ‘carente’?”

Se por um lado, existe uma carência em termos de satisfação de necessidade em relação à saúde, educação, moradia, lazer e outros nas camadas populares, por outro lado, percebe-se a pobreza de propostas num trabalho que não deve ser “para elas”, mas “com elas”, “a partir delas”.

21 CAMARGO (op. cit. p.7)

22 TAKAHASHI (84, p.2)

23 Ídem

24 Revista Comunidade Esportiva

25 GARCIA (op. cit., p.95)

26 Idem (p.108)

Nota-se a presença de uma reprodução de valores tanto nas camadas populares, como nas classes dominantes (principalmente em relação aos “importados”). Porém e aqui vem uma diferenciação, as primeiras não tendo oportunidade de satisfazer desejos de consumos dispendiosos, transformam a atividade de acordo com sua racionalidade, dentro do seu espaço, enquanto as segundas, embora com privilégios quanto ao tempo disponível, disposição e condições para o uso desse tempo, como fácil e amplo acesso à educação, nem sempre apresentam práticas críticas e criativas.²⁷

Em certos casos, apropriam-se de certas práticas das classes menos favorecidas, controlando-as e disciplinando-as, não raro envolvendo o aparelho do Estado. Fato este que pode ser visualizado no samba nascido no morro e sua trajetória até os desfiles das escolas no carnaval (especialmente no caso do Rio de Janeiro e São Paulo, bem diferente de Salvador e Olinda).²⁸

Através da relação travada com a ^{religiosa} ~~prática~~ sobrevivência²⁹, com a vivência afetiva no grupo de amigos e vizinhos, religiosidade, lazer, etc., surge um saber popular em muitas situações, às vezes bastante rico e criativo, com uma racionalidade e grau de organização próprio. Basta observar as quermesses, as festas religiosas populares, o próprio futebol de várzea, grupos de baloeiros, jogos de “malha”, clubes de mães, os forrós e as lambadas (estas últimas também apropriadas atualmente), etc., para verificarmos a organização do grupo e a cooperação existente na realização dessas atividades.

A organização torna-se necessária para encontrar saídas e saídas novas conduzem a formas inovadoras de organização. Retomando GARCIA³⁰, este faz uma observação bem-vinda aqui de um camponês: “É necessário encontrar saída onde não tem porta”. As portas existentes são frustrantes e já foram talvez experimentadas, concluindo: “Para encontrar saída onde não tem porta é necessário não só imaginação, mas coragem de bater a cabeça na parede antes de encontrar a saída.”

As manifestações populares são geralmente vistas como folclore, muito embora para o povo, suas realizações sejam devoção. Aprenderemos isso na medida que compreendemos a cultura popular do ponto de vista dos seus próprios praticantes. É isto, elucida BRANDÃO³¹, “é o aprendizado mais difícil, porque ele converte o pesquisador em participante e o cientista em crente”. pronunciando-se em seguida: “Comecei a de-

scobrir que um compromisso sério e verdadeiro com a ciência, qualquer que ela seja, começa a acabar em um compromisso sério e verdadeiro com o homem.”

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, C.R. Sacerdotes de viola. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- CAMARGO, L.O.L. Política de lazer. Estudos do Lazer, n. 1, 1985.
- FREITAG, B. Política social e educação. Em Aberto, v. 4, n. 27, 1985.
- GARCIA, P.B. Educação popular: algumas reflexões em torno da questão do saber. In: BRANDÃO, C.R. A questão política da educação popular. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- MARCELLINO, N.C. Lazer e humanização. São Paulo: Papirus, 1983.
- PATLAJAN, T. Urbanização e lazer. Cadernos de Lazer, v. 3, 1978.
- REQUIXA, R. O lazer e a civilização urbana. Cadernos de Lazer, Documento 1, 1977.
- Espaço urbanizados. Cadernos de Lazer, Documento 1, 1977.
- O lazer na grande cidade e os espaços urbanos. Cadernos de Lazer, n.1, 1977.
- REVISTA Comunidade Esportiva, n.8, p. 20, 1980.
- SIMSOM, O.R.M. Transformações culturais, criatividade popular e comunicação de massa: o carnaval brasileiro ao longo do tempo. In: Trabalho e Cultura no Brasil. ANPOCS/CNPq, 1981.
- TAKAHASHI, G.M. Resposta de uma comunidade carente a um programa de atividades esportivas não-formais EPT. Revista Comunidade Esportiva, v. 4, n. 29/30, 1984.

27 MARCELLINO (op. cit., p.50)

28 Para maiores detalhes sobre o assunto consultar SIMSON, O. R.M.

29 Não estamos querendo dizer que passar fome desenvolve a criatividade mas, por exemplo, nos referimos a algumas atividades do tipo desenvolvidas pela medicina popular, através do uso de ervas e plantas

30 GARCIA (op. cit., p.112)

31 BRANDÃO (81, pp.12-13)

O PRINCÍPIO DO PRAZER NA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Prof. Clodoaldo Colello Filho
Colégio Pueri Domus
Profª. Silvia M. Gasparin Colello
Universidade de São Paulo

*PALAVRAS CHAVE: Desenvolvimento
Movimento
Capacidade cognitiva
Psicomotricidade.*

RESUMO: Ao descartar o princípio de prazer em sala de aula descompromissado e irresponsável, os autores procuram, no presente artigo, valorizar as aulas de educação física como meio fundamental na formação completa do ser humano. Nessa perspectiva, a adequação do ato pedagógico às necessidades próprias do desenvolvimento infantil conduz, por si só, ao bom aproveitamento e à satisfação do educando.

Costuma-se dizer que o “termômetro” de toda boa aula é a satisfação das crianças no acompanhamento e na participação das atividades propostas. Embora muito perseguida pelos educadores, a associação dos princípios de prazer¹ e de aprendizagem na escola é, por si só, mal compreendida, sendo, lamentavelmente, responsável por práticas pedagógicas distorcidas e pouco eficazes.

O objetivo deste artigo é compreender a alegria em sala de aula e, no caso específico da Educação Física, determinar em que condições ela é indício de bom aproveitamento do aluno.

Para grande parte dos educadores, a concretização do ideal de “aprender brincando” parece estar vinculado a uma “representação” do professor na classe, capaz de despertar o interesse do aluno e motivá-lo para a importância do campo de estudo em questão.

Junto ao desempenho do “mestre ideal”, postulam-se métodos e técnicas consideradas favoráveis ao ensino. O falso princípio aí embutido, é o condicionamento exclusivo da aprendizagem aos fatores externos do processo de conhecimento (discurso do professor, recursos audio-visuais e didáticos), pouco se levando em consideração o interesse, a necessidade e o esforço cognitivo do próprio aluno.

É assim que, em muitas escolas elementares, saber a tabuada limita-se à repetição mecânica de mais uma cantiga infantil.

Ainda que impecavelmente recitada, pouco se pode esperar acerca da compreensão da seqüência de números,

das relações entre eles e o significado de cada operação. O mais surpreendente é verificar que a sofisticação dos falsos princípios de aprendizagem fácil e divertida será tanto maior nas séries subseqüentes, consagrando-se também (e principalmente) nos cursinhos pré vestibulares cujas aulas têm de, por obrigação, incorporar piadas, fórmulas mnemônicas, filmes e exposições que muito se inspiram nos ensinamentos da arte dramática.

Mas, feliz ou infelizmente, a escola não pode (e não deve) ser confundida com uma grande parque de diversões. O fator decisivo nessa distinção é a crença no potencial humano, no esforço próprio da construção cognitiva e no desenvolvimento integral do aluno. Nenhuma instituição de ensino pode negar o seu compromisso em estimular o senso de responsabilidade, a luta pelo conhecimento e a consciência de dever. Em qualquer situação de ensino, precisamos contar com a determinação da criança para aprender, vencendo as barreiras inevitáveis em toda conquista.

A alegria e diversão na escola não podem ser concebidas senão atreladas ao princípio maior e indiscutível de que o ensino visa ao desenvolvimento humano. Isso quer dizer que, independentemente do riso do aluno ante a encenação de um professor, o efetivo gosto pela aprendizagem deve nascer a partir de um processo interno pelo qual a criança reconhece a ação pedagógica como instrumento compatível com as suas necessidades de ser, de agir e de integrar-se ao mundo que a cerca.

É bem verdade que as escolas têm priorizado o

desenvolvimento das funções intelectivas em detrimento de uma formação integral do homem, atendendo apenas parcialmente a criança, numa concepção em que ela é sempre pouco compreendida.

Com efeito, quando o objetivo é desenvolver, exclusivamente, a capacidade cognitiva, o padrão de comportamento ideal é o do adulto. Sendo assim, a necessidade de movimento da criança - sua inquietude e agitação - acaba sendo tomada como ato de indisciplina que transgride as normas escolares de silêncio, ordem e atenção e, por isso, tida como prejudicial à aprendizagem. A desconsideração (e repressão) do comportamento mais característico da criança impede os educadores de canalizar a energia infantil em prol do seu desenvolvimento e da adequação do trabalho pedagógico.

A reversão desse quadro pressupõe um exame cuidadoso do movimento infantil cujas manifestações - sejam elas em jogos, atividades diárias, individuais ou coletivas - traduzem sempre uma busca da criança para o aperfeiçoamento do aspecto funcional, para a adequação de praxis² às exigências do meio, para a manifestação de si e para a conquista de uma conduta significativa³ no seu meio social. Pelo movimento, o indivíduo se integra ao mundo, compreendendo-o melhor, ao mesmo tempo em que amplia as suas possibilidades de agir sobre ele. Numa perfeita sintonia com as dimensões cognitiva, social e afetiva, a ação infantil só é bem compreendida quando vista como dimensão significativa e essencial do ser humano.

Em síntese, diríamos que a necessidade de movimento na criança é a expressão concreta do tripé natural do desenvolvimento: a construção do eu, do outro e do mundo. Internamente esse processo se explica pela rápida evolução das funções metabólicas; externamente, pela ânsia de vivenciar, explorar e conhecer o mundo físico e social, a partir das capacidades perceptivas, visuais, auditivas e sinestésicas bem como das experiências psicossociais.

É nesse sentido que a Educação Física assume um papel especial no âmbito escolar.

Ao deixar de lado o lápis e o caderno, o giz e o quadro-negro e até a própria sala de aula, indispensáveis em qualquer curso convencional, substituindo-os por bolas, cordas, arcos e bastões numa quadra poliesportiva, o professor de Educação Física está fazendo algo mais do que promover "momentos recreativos" ao ar livre. Ainda que a preparação para o lazer e a iniciação esportiva sejam também objetivos desta disciplina, o que

legitima a Educação Física escolar e o atendimento à criança na sua dimensão mais humana e completa o que explica (ou deveria explicar) a motivação e alegria dos indivíduos para as atividades físicas propostas.

Nas aulas de Educação Física, a concretização do ideal de aprender brincando pode, eventualmente, ser prejudicada pela má formação profissional ou pelas reais condições de trabalho. Mas a despeito das dificuldades encontradas, tentativa de atender à criança como ser em desenvolvimento acaba se constituindo o grande desafio de todo professor, integrando-se entre as metas primordiais da educação. Assim como o esforço de formação cultural, a estimulação psicomotora jamais poderá ser diluída em práticas recreativas irresponsáveis ou em aulas monótonas, pouco significativas e desgastadas pela rotina de trabalho.

NOTAS

- 1) No presente artigo usaremos os termos "prazer", "satisfação", "divertimento" e "brincadeira" como sinônimos. Em todos os casos, estaremos nos referindo ao estado de satisfação do aluno. No dizer das crianças, é o sentimento que torna uma aula "gostosa".
- 2) Praxis: atos ou movimentos realizados com um objetivo específico.
- 3) A conduta é o comportamento ou o modo de ser de cada indivíduo. Ela será significativa quando houver correlação adequada dos elementos da resposta ao contexto em questão.

BIBLIOGRAFIA

1. COLELLO, S.G. Linguagem escrita e escrita da linguagem: Emilia Ferreiro e Jean Le Boulch: um confronto de teorias. São Paulo, 1990. Dissertação de Mestrado Faculdade de Educação de São Paulo.
2. LE BOULCH, J. Educação psicomotora. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
3. LE BOULCH, J. O Desenvolvimento psicomotor. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
4. TELEÑA, A.P. Metodología de la Educación Físico-Deportiva. Madrid: Pila Teleña, 1978.

A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA, VOLTADA A QUESTÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Prof. João Batista Andreotti Gomes Tojal
Faculdade de Educação Física - Universidade Estadual de Campinas

Antes de iniciar a apresentação do tema proposto pela coordenação do evento, quero declarar a minha satisfação em poder estar presente e participando da abordagem e discussão de assunto que diz respeito à atuação do profissional da ainda denominada Educação Física.

A abordagem que passo a proceder diz respeito à formação de profissionais capazes de promover o desenvolvimento humano, através da motricidade, pelo estudo do corpo na interação dos mecanismos biológicos com os valores sócio-culturais.

Quando se pretende abordar a formação de profissionais nos seus respectivos ramos no Brasil, é imprescindível lembrar que os compromissos básicos da Universidade deverão estar sempre centrados no Ensino, na Pesquisa e na Extensão.

No ensino, a Universidade assume o papel de transmissão do saber já conquistado, sendo que é nesse aspecto que ela se caracteriza como templo do conhecimento existente.

Na pesquisa, ela assume o compromisso de transformação do saber, buscando na ciência todas as possibilidades de atingir o desconhecido, e nesse ponto ela visa a se articular com a Sociedade.

Na extensão, ela realiza a sua articulação com a Sociedade numa relação que busca atender as necessidades prementes da mesma.

Partamos do entendimento de que a Universidade e o sistema de Ensino Superior, de maneira geral, devem manter sempre a preocupação de apresentar respostas satisfatórias às grandes questões nacionais (e dentre estas, sem dúvida alguma, a formação adequada de profissionais para atuarem junto ao mercado de trabalho): devem aquelas, tendo como meta o ensino e a pesquisa, enfatizar o papel social que exercem, e, através do resultado de suas pesquisas básicas ou aplicadas e utilizadas pela população, procurar direcionar a formação que é oferecida pelos diversos cursos que desenvolvem, levando em conta a possibilidade de atuação e transformação do mercado de trabalho existente; estabelece-se, assim, para cada situação, o perfil do profissional necessário de ser formado.

Com essa visão, se procedermos a um detalhado diagnóstico da sociedade brasileira, sua cultura e composição, podemos estabelecer que, além daqueles profissionais da Saúde, do Ensino, da Física, da Mecânica, da Engenharia e tantos outros poderão ser necessários, alguns perfis profissionais com competências específicas para atuação no desenvolvimento humano com utilização da motricidade inerente ao ser humano.

É de pleno conhecimento de todos vocês a necessidade de formação de profissionais mais especializados para atuarem na Educação Física Escolar, ou seja, o ramo pedagógico da motricidade humana, segundo Manuel Sérgio, e a provar esse fato é só observar a quantidade de cursos de licenciatura existentes, bem como é de consenso a necessidade de formação de profissionais para o Desporto, considerado como a atividade de maior poder social hoje no mundo; também profissionais para atuarem no desenvolvimento do lazer e recreação da Sociedade produtiva e, por isso mesmo, em constante situação de stress, tanto físico como mental, e ainda a formação de profissionais capazes de atuarem com determinada competência específica em auxílio ao desenvolvimento das pessoas portadoras de deficiências e mesmo idosas.

Para que melhor se entenda a nossa colocação de que é necessário formarem-se profissionais específicos para atuação junto a um contingente de pessoas denominadas deficientes, é prudente que se explique o que é o entendimento de "pessoa deficiente".

Para a Sociedade, de maneira geral, a palavra deficiente, já de início, se opõe à noção de eficiência, não ser capaz, contudo, é de importância destacar-se que dessa maneira, todos nós possuímos alguma deficiência, o que não quer dizer em absoluto, que sejamos incapacitados para determinadas tarefas: somente não possuímos aquela eficiência definida pela própria Sociedade.

Se observarmos o quadro dessa maneira e a ele juntarmos alguns dados fornecidos pela Organização Mundial da Saúde, OMS, fica evidenciado que a existência de preocupação em formar profissionais específicos para esse tipo de atuação, seja justificável. De fato, aí se

afirma ser uma entre dez pessoas portadora de determinada deficiência, o que equivale dizer que 10% do total da população mundial é composta de deficientes e, mais ainda, que em países do Terceiro Mundo, caso do Brasil, essa porcentagem pode variar entre 15 e 20%.

Posto dessa maneira, acredito ser possível aceitar-se que a formação de profissionais da área de Educação Física/Motricidade Humana, seja justificável portanto, não só pela possibilidade de atendimento ao anseio e necessidade da Sociedade, mas também pela possibilidade de abertura de um novo e grande mercado de trabalho profissional junto ao contingente de pessoas portadoras de deficiência, que no Brasil é da ordem de 14 milhões de pessoas.

Apesar de não ser especialista nesse campo de atuação com as diferentes deficiências, entendo que o aspecto principal do trabalho, a ser desenvolvido pelo novo profissional especializado, deva realizar-se principal e geralmente no seio de uma equipe multidisciplinar e com objetivos bastante específicos como: integrar o indivíduo na Sociedade; melhorar suas condições de sobrevivência e criar, através do movimento espontâneo, novos aspectos profissionalizantes.

Pode, pela forma como está sendo colocado o problema, parecer que se esteja propondo a formação de um profissional que vá atuar junto ao deficiente somente no aspecto utilitário de seu desenvolvimento, o que seria uma pena; contudo, é importante destacar que todos os aspectos formativos oferecidos pela Educação Física/Motricidade Humana, como o desporto, o lazer, a dança, a ergonomia, o trabalho psicomotor, devem ser utilizados no processo de desenvolvimento desses indivíduos.

Em relação a esse campo de atuação, a formação que vem sendo oferecida pelos diversos cursos de graduação em Educação Física existentes no país (que já passam bastante de uma centena) têm deixado muito a desejar, principalmente quanto ao aspecto de organização e desenvolvimento de pesquisas na área, e com isso, ocasionando o não oferecimento de disciplinas específicas no currículo dos cursos, sendo mesmo de se destacar que apenas os cursos da Federal de Uberlândia, da Universidade de São Paulo e da Universidade de Campinas (UNICAMP, currículo antigo) apresentavam uma disciplina que abordava o tema.

Para não cometer qualquer injustiça, vou ater-me ao curso da UNICAMP. Com a possibilidade de formação do Bacharel em Educação Física, pela organização de seu novo currículo já a partir de 1990, passou a apresentar 180 horas dedicadas ao estudo do problema

no núcleo básico e, na modalidade do Bacharelado em lazer e recreação, apresenta mais uma disciplina denominada "lazer e esporte para pessoas portadoras de deficiência". Gostaria de destacar ainda, na UNICAMP, a formação de um grupo específico para o estudo e desenvolvimento de pesquisas na área das deficiências encontradas como: deficiência visual, auditiva, física e mental, nesta destacando-se o estudo da Síndrome de Down. Ademais, em virtude do trabalho desenvolvido, possivelmente, a partir de 1992, será implantada a modalidade de Bacharelado em Educação Física Especial, ou em Reabilitação.

Como no aspecto técnico da questão não sou especialista, deixo de aprofundar ou mesmo fazer comentários sobre uma proposta específica. Aproveitando, porém, a participação de todos os presentes que, segundo informação que me foram passadas, são docentes de cursos de graduação em Educação Física do país, cursos esses, em sua maioria, altamente eficientes na formação de profissionais para atuar na área de Desporto, gostaria de conclamá-los a efetuarem gestão junto ao corpo docente de suas instituições, visando a organização e concentração de esforços para a formação de profissionais que venham a atuar no campo da cultura desportiva para o deficiente. Certamente poderá apresentar um momento importante na integração da pessoa portadora de deficiência na Sociedade, abrindo-lhe também novas opções de recreação, lazer e auto-afirmação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, P.F. Caracterização das instituições que atendem a pessoa portadora de deficiência e o professor de Educação Física, Piracicaba, 1991. Diss. (Mestrado em Educação) UNIMEP.

COSTA, V.L.M. A formação universitária do profissional de Educação Física. In: *Educação Física e Esportes na Universidade*, Brasília: SEED/MEC, 1988, p.207-224.

RIBAS, J.B.C. *O que são pessoas deficientes*. São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1985.

TOJAL, J.B.A.G. A formação nos cursos de Educação Física face ao mercado de trabalho, *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, vol.11, n.2, p.160, 1989/9.

A EDUCAÇÃO FÍSICA EM PERNAMBUCO -- QUADRO ATUAL E PERSPECTIVAS

Prof. Celi Nelza Zulke Taffarel

Departamento de Educação Física - Universidade Federal de Pernambuco

I - INTRODUÇÃO

A abordagem do tema levará em conta as seguintes dimensões da manifestação da Educação Física na sociedade brasileira, especificamente em Pernambuco: 1º) a consideração da situação da Educação Física enquanto área do conhecimento; 2º) a Educação Física enquanto disciplina do currículo do ensino de 1º e 2º graus; 3º) a Educação Física enquanto área de formação e atuação de profissionais; 4º) a Educação Física enquanto mediadora das relações trabalho-lazer.

A referência para análise do tema será a consideração de dados de pesquisas e estudos que apontem para a descrição destas dimensões da manifestação da Educação Física, e ainda, dados advindos de análises conjunturais e estruturais que nos permitam uma interpretação, à luz de determinações históricas, do que vem condicionando o quadro atual.

Antes de entrar na análise da temática delimitada, deve ser destacada, notificada, reclamada e exigida a presença dos docentes dos Departamentos e Cursos de Educação Física nos eventos de caráter técnico-científico, organizados pelos estudantes e entidades representativas da área. As ausências dos docentes têm conseqüências imediatas e mediatas, para o desenvolvimento da área, entre as quais podem ser destacadas:

- 1) A resistência negativa do corpo docente das IES, na área de Educação Física, ao debate acadêmico. Resistência ao confronto, ao divergente, ao diferente, ao inovador.
- 2) A desatualização dos docentes das IES, no que diz respeito ao conhecimento acumulado e criticado, no processo de reflexão coletiva.
- 3) A tentativa de desmobilização de segmentos organizados, tanto em volta de questões científicas, quanto técnicas e políticas.
- 4) A crítica fragilizada ou na maioria das vezes não efetivada, diminuindo a sua capacidade de impacto no processo de mudanças para à melhoria da qualidade do ensino.

- 5) O diálogo evitado com os egressos do ensino superior, profissionais sensivelmente prejudicados pela formação acrítica, a-científica, a-histórica obtida nos Cursos Superiores.
- 6) O comprometimento de diretrizes institucionais, muitas vezes previstas em Planos de Administrações Superiores, desprezando-se mais um momento em que as atividades de ensino, pesquisa e extensão poderiam ser integradas.
- 7) O desprestígio aos alunos, principais organizadores do evento. Desprestígio este que encontra muitas outras formas de manifestações, no cotidiano das Universidades, principalmente por parte dos docentes que corporificam o desprestígio maior à que está sujeita a educação no Brasil.

No entanto, é preciso reconhecer que estas conseqüências são historicamente determinadas e trazem em si, interesses de classes.

Feito este destaque, atenho-me a discorrer sobre a temática delimitada.

II - O CONTEXTO HISTÓRICO

Para analisar a Educação Física e apontar perspectivas é necessário situá-la, pois não estamos falando de um Educação Física abstrata, mas sim, de uma Educação Física historicamente situada, ou seja, desenvolvida em determinado contexto próprio ao modo de produção e relações capitalista, monopolista, periférico. Temos que ter em conta que estamos nos referindo a Educação Física desenvolvida no Nordeste, que representa a região mais crítica do Brasil, país localizado no complexo quadro dos países dependentes na América Latina.

No que diz respeito à situação da América Latina, o professor ABRAHAM F. LOWENTHAL (1990)¹, nos apresenta uma análise sobre as transformações que vem ocorrendo no mundo e seu impacto na América Latina, destacando daí, as relações hierarquizadas entre os Estados Unidos e os países latino-americanos.

LOWENTHAL destaca que é muito difícil ser otimista em relação à América Latina, pois a década de 80 caracterizou-se como “uma década perdida”, acentuando-se a recessão, onde as condições sociais dos povos é desesperadora e as tensões políticas estão aumentando, ao ponto de se admitir que um país como o Brasil poderá vir a ser ingovernável, pela acentuação da miséria social.

Pensar a Educação Física, fora deste quadro geral que a condiciona, é muito precário em termos de análise, e não nos aproxima de um quadro real da situação catastrófica em que nos encontramos. Enquanto um sistema interdependente do meio circundante, a Educação Física sofre influências determinantes que decorrem deste quadro de miséria social.

A Educação Física precisa ser situada ainda, frente a atual política assegurada pelo Governo Collor e expressa em seu Plano de Diretrizes de Governo.² Temos que ter em conta que as tensões entre os processos e conseqüências da liberalização econômica com a intenção clara de inserção do Brasil no mercado competitivo internacional, redefine o papel dos agentes mediadores das ideologias das classes dominantes, entre os quais situa-se a Educação Física.

Estaremos com certeza, respondendo a nível da produção do conhecimento, no ensino de 1º e 2º graus, na formação profissional e na atuação na área de recreação e lazer, à acentuação da miséria social em nosso país e às políticas governamentais, corporificando-as, assumindo-as, negando-as, resistindo ou não.

Temos que ter clareza do Plano de Governo, em todas as suas dimensões para que possamos verificar até que ponto, no cotidiano, estamos assegurando tal projeto ou não. Até que ponto, na produção do conhecimento, no ensino de 1º e 2º graus, na formação profissional, no lazer e na recreação somos os agentes de tal projeto.

A análise de dimensões da manifestação da Educação Física à luz de determinantes econômicos, políticos e ideológicos, deve nos possibilitar perspectivas de resistência ao projeto político contrário ao interesse histórico da classe de trabalhadora que é, a superação das relações sociais com base em classes antagônicas, ou seja, a superação das relações de exploração, exploração e dominação.

III - O ÂMBITO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

No que diz respeito à produção do conhecimento na área de Educação Física, levarei em conta os estudos de Silva (1990)³ que buscou identificar, através das dis-

sertações de mestrado dos Cursos de Pós-Graduação em Educação Física (UFSM, USP, UFRJ, Gama Filho) a que concepções epistemológicas tal produção responde.

O que foi constatado é que, predominantemente, produz-se conhecimento a nível dos Cursos de Pós-Graduação em Educação Física, tendo como referência o paradigma empírico-analítico, ou seja, privilegia-se uma concepção positivista de ciência.⁴

Esta perspectiva de produção do conhecimento não nos aproxima do concreto de forma mais ampla, e muito menos, exige uma interferência política no real.

Estamos, portanto, em termos da produção do conhecimento na área de Educação Física no Brasil, frente a fragilidade de matrizes teóricas, epistemológicas, que não dão conta de explicitar as inter-relações entre dimensões lógicas e históricas das problemáticas estudadas.

Se isto é evidente a nível dos Cursos de Pós-Graduação, a situação fica mais crítica no Nordeste onde, lamentavelmente, o conhecimento científico da área de Educação Física não é gerado sistematicamente e radicalmente, pois existem cursos de pós-graduação “stricto sensu”, predominando ainda, o consumo acrítico do conhecimento sistematizado em outros centros.

IV - O ÂMBITO DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

No que diz respeito a Educação Física no ensino de 1º e 2º graus, estamos ainda sujeitos a vigência da lei que admite a Educação Física Escolar como mera atividade e atribui a ela a responsabilidade preponderante de desenvolver a aptidão física.

Os estudos de SOARES (1990)⁵, CASTELLANI (1989)⁶, BRACHT (1989)⁷, KUNZ (1989)⁸ apontam a fragilidade da Educação Física Escolar frente a sua submissão a outros sistemas alienígenas à escola, como são o pensamento médico higienista, o sistema desportivo, etc. Temos que levar em conta que a autonomia pedagógica da Educação Física, está limitada por uma série de determinantes que precisam ser minuciosamente reconhecidos, para que tenhamos condições de identificar, a que projeto político de sociedade ela responde, e especificamente, a que concepção de sociabilização se articula, ou seja, que projeto pedagógico desenvolve.

Para além da boa vontade dos professores, de darem suas aulas numa determinada concepção pedagógica progressista, encontramos as determinações organizacionais, administrativas, legais, que condicionam as decisões pedagógicas. Os rumos da Educação Física Escolar, enquanto disciplina curricular (que é o que

defendemos) dependerá do confronto com estas determinações colocadas e que privilegiam o projeto político das classes dominantes, em detrimento de um projeto de sociedade das classes populares e trabalhadoras, na perspectiva da superação da sociedade de classes.

Se faz imprescindível mencionar ainda que, a catástrofe do sistema educacional brasileiro, agravada no nordeste, continua sendo acentuada, refletindo-se isto no acesso à escola, na evasão escolar, na qualidade das condições de ensino, nos salários, etc. A Educação Física não está livres destas mazelas.

No entanto, podemos identificar em Pernambuco um esforço muito grande, no sentido de buscar concretizar e legitimar a Educação Física Escolar em uma perspectiva que transcenda as funções sociais atualmente a ela colocadas, e que se restringem à reprodução da ideologia das classes dominantes.

Exemplos deste esforço podem ser encontrados nos trabalhos de: Marcelo Tavares, Marcelo Barreto, Roseane Almeida e outros a nível de 1º e 2º graus; os trabalhos de Rossana V. de S. Silva, Tereza França, Sandra Salles e Cláudio Monteiro a nível da Universidade.⁹ Os trabalhos de Roberto Burkhardt e Micheli Ortega Escobar a nível de uma proposta já incorporada uma política de governo.¹⁰ Poderíamos mencionar ainda, outros trabalhos relevantes nesta perspectiva, mas como exemplo vou me ater a estes que conheço particularmente.

Pernambuco realmente vem avançando significativamente em termos de consolidar uma proposta para a Educação Física onde é redefinida a sua função social em todas as suas manifestações.

Especificamente no que diz respeito a Educação Física no âmbito escolar, identificamos uma tendência emergente em Pernambuco, que busca a legitimação da mesma nas contribuições a um projeto pedagógico que privilegia a apreensão crítica da realidade.

A Educação Física nesta perspectiva tem como objeto de conhecimento a expressão corporal enquanto linguagem e tem seus conteúdos referenciados na cultura corporal, conteúdos estes que são selecionados em função de sua relevância social e contemporaneidade e devem permitir ao aluno, constatar, organizar, compreender, interpretar e explicar a realidade. Deve ser desenvolvida na perspectiva de uma lógica dialética, que leve em conta os ciclos de organização, sistematização, ampliação e aprofundamento do conhecimento.

Dentro desta perspectiva, podem ser destacados como desafios para a próxima década, a consolidação desta tendência emergente, dentro de uma perspectiva de currículo ampliado, e ainda, a questão dos conteúdos da Educação Física socialmente relevantes para um

pedagógico que esteja relacionado com o projeto histórico das classes trabalhadoras.

No que diz respeito aos conteúdos, estudos preliminares que realizamos com base nas propostas de diretrizes curriculares para a Educação Física dos Estados Brasileiros¹¹, ficou evidente a consideração dos conteúdos decorrentes do esporte e os decorrentes das orientações advindas da "psicomotricidade". Os critérios de organização destes conteúdos são os decorrentes da lógica formal e estão colocados em uma visão de currículo restrita.

Isto significa que os conteúdos escolares são apreendidos, organizados e administrados na escola, segundo os critérios da lógica formal, por exemplo, do mais simples ao mais complexo, do fácil para o difícil, etc. e decorrem somente de orientações advindas do sistema esportivo e da psicomotricidade. O currículo é entendido como rol de disciplinas, privilegiando-se a visão tecnicista e instrumentalista.

Em termos de perspectiva, faz-se necessário a consideração da visão de currículo ampliado, dos conteúdos sob outros critérios, como por exemplo, os critérios advindos da lógica dialética materialista com ampliação das referências da cultura corporal. Isto significa que, além de buscar a gênese dos conteúdos, sua historização, sua problematização, estes devem ter como referência sua relevância social, e esta relevância social estará determinada pelos nexos destes conteúdos com um projeto histórico de construção de relações sociais que apontem para a superação das condições indignas de vida atualmente postas.

Somente para exemplificar, poderemos considerar como condições indigna de vida a segregação do conhecimento. A criança passa por várias séries e não amplia em nada seu saber, no sentido da apreensão e interferência crítica na realidade.

Esta segregação de conhecimento é a evidência de uma contradição do sistema educacional que também é assegurada nas aulas de Educação Física. Em uma sociedade onde o saber é fundamental para os avanços, rumo a condições dignas de vida (e isto significa para nós modernidade), somente alguns setores têm acesso ao conhecimento elaborado, sistematizado, científico, etc. E esta segregação se dá tanto em relação ao processo (lógica) de produção do conhecimento, quanto ao seu produto (conhecimento elaborado). A grande maioria permanece na ignorância e sem acesso aos bens culturais socialmente produzidos. Esta é a contradição que, ao ser acentuada, deverá mostrar a sua superação.

Portanto, um dos desafios em relação ao currículo escolar, está na reconstrução do papel social da Educação Física, interferindo via escolarização, no processo de socialização de crianças e jovens, tendo como referência um projeto político-pedagógico da classe trabalhadora.

V - O ÂMBITO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No que diz respeito à 3ª dimensão mencionada, ou seja, a formação do profissional de Educação Física no Brasil, os estudos realizados por FENSTERSEIFER¹², MEDINA¹³, CARMO¹⁴, apontam para uma formação acrítica, a-histórica e a-científica, situação esta que a reforma curricular prevista pela Resolução 03/87¹⁵ não de conta de superar. Não foram alteradas as bases, segundo as quais, desenvolvem-se as concepções de currículo no Brasil.

Continuamos dentro de uma perspectiva curricular técnico-linear e científica empírico-analítica. Isto significa que o currículo está voltado exclusivamente para uma formação técnica sem possibilidades de redimensionamentos e o conhecimento é tratado dentro da visão positivista de ciência. Com isto preparam-se e qualificam-se profissionais para o trabalho e desqualificam-se o trabalhador do ensino, já no seu processo de formação profissional.

Portanto, formam-se profissionais de Educação Física com sérias restrições e limitações em suas competências técnicas pedagógicas, científicas, éticas, morais e políticas.

Estes profissionais formados com estas limitações estarão muito mais propensos a sustentarem o projeto político-pedagógico que corporifica, e reproduz o modo de produção e relações capitalistas, do que profissionais que sustentem um projeto político-pedagógico na perspectiva da superação da sociedade de classes antagônicas, para a construção de uma sociedade socialista democrática.

O desafio colocado na formação profissional em Pernambuco, como também no Brasil, é a superação da formação acrítica, a-histórica e a-política, tendo como referência o projeto histórico das classes trabalhadoras.

VI - O ÂMBITO DAS RELAÇÕES TRABALHO-LAZER

No que diz respeito à Educação Física enquanto mediadora nas relações trabalho-lazer, observa-se que é uma minoria de trabalhadores que conseguem ter acesso à Educação Física enquanto meio de lazer e, menos ainda os que, em seus ambientes de trabalho, têm a oportunidade de usufruir das atividades corporais orientadas, como forma prazerosa para compensar ambientes de trabalho extremamente extressantes. Isto é mais um reflexo da miséria social de um país que tem menos da metade de seus trabalhadores com carteira assinada, e destes, somente 27% sindicalizados.

É evidente que os baixos níveis organizacionais, as precárias mobilizações, as péssimas condições de tra-

balho e ainda, os salários indignos, (condições sociais agravadas no atual Governo Collor), tornam a Educação Física supérflua, enquanto meio de lazer e preservação da saúde, pois a prática da mesma pressupõe condições dignas de vida.

Se por um lado, são incipientes as propostas governamentais para o lazer e a recreação através da Educação Física, por outro lado, não são evidentes as iniciativas consistentes por parte de segmentos da sociedade civil, a não ser aquelas que objetivam fins lucrativos e valem-se dos mecanismos próprios da indústria cultural.

Esta dimensão da manifestação da Educação Física está a exigir: a) estudos consistentes; b) projetos conseqüentes; c) formação profissional competente, na perspectiva dos interesses dos trabalhadores.

VII - CONCLUSÃO

O que é evidente, dentro do panorama geral, ou do quadro geral aqui colocado, nas dimensões da Educação Física enquanto área do conhecimento, enquanto disciplina do ensino do 1º, 2º e 3º graus, enquanto processo de formação profissional ou como mediadora nas relações trabalho-lazer, é que a Educação Física reflete, corporifica, modifica, assegura, o que está posto ideológica e hegemonicamente na sociedade capitalista periférica e dependente.

O grande desafio é a atuação profissional, dentro de uma perspectiva pedagógica, científica, política, que responda a um projeto de construção da sociedade socialista democrática.

Para tanto, temos que interferir nestes âmbitos aqui mencionados, de maneira lúcida, clara, tendo como referência o projeto histórico das classes trabalhadoras.

Estejamos, portanto, atentos ao que diz COMPARATO¹⁶: “fomos colhidos sem defesas pelo golpe de Estado de 15 de março de 1990, que reinstalou no país o autoritarismo político, agora mais sofisticado”. Temos que entender as razões históricas deste retrocesso e traçar o PROGRAMA DE RESISTÊNCIA.

Este “programa de resistência” deve ser evidenciado também, nas dimensões da manifestação da Educação Física aqui referidas: na produção do conhecimento; no ensino da Educação Física no 1º, 2º e 3º graus; no processo de formação dos profissionais e; nas relações trabalho-lazer mediadas pelas atividades próprias à cultura corporal.

Perspectivamos para a Educação Física no Nordeste do Brasil, a possibilidade emergente de ter como referência a construção do projeto político-pedagógico de uma sociedade onde prevaleçam as relações sociais democráticas, significando isto segundo GARCIA (1990)¹⁷

“não apenas um horizonte longínquo a ser alcançado e atingido, mas algo a ser construído e que se incorpora na dimensão cotidiana das lutas”.

NOTAS

1. Ver a respeito, FOLHA DE S. PAULO, Caderno Letras, sábado 28-4 de 1990 F-6. Artigo “A AMÉRICA LATINA ENTRA MAL NA DÉCADA DE 90” de ABRAHAM F. LOWENTHAL que é professor de Relações Internacionais na University of Soutehern California. Seu livro mais atual é “Parthners in conflict: the United States and Latin America (Johns Hopkins University Press).
 2. Sobre o Plano do atual governo ver, DIRETRIZES DE AÇÃO DO GOVERNO FERNANDO COLLOR DE MELLO, Brasília, 1989. Documento que retrata as intenções, propósitos, diagnósticos e diretrizes de governo. No que diz respeito às diretrizes econômicas, o documento contempla o sistema financeiro, a política industrial, a área de Ciência e Tecnologia, o comércio exterior, a agricultura, a reforma agrária, energia, setor de transporte, e as comunicações. Nas diretrizes sociais são contempladas, a política salarial, a educação, a saúde, habitação, saneamento básico, previdência social, meio ambiente, justiça e segurança e cultura. O plano contempla ainda, as ditas “questões regionais” e as chamadas “tarefas imediatas”. Estabelecem-se metas globais a partir de indicadores econômicos e sociais.
 3. SILVA, Rossana Valéria de Souza e. Mestrados em Educação Física no Brasil: pesquisando suas pesquisas. Santa Maria, 1990. Diss. (Mestrado) UFSM.
 4. Sobre o Positivismo ver: LOWY, Michel. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987.
 5. SOARES, Carmem Lúcia. O pensamento médico higienista e a Educação Física no Brasil: 1850-1930. São Paulo, 1990. Diss. (Mestrado em Educação) PUC-S. Paulo, 1990.
 6. CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1988.
 7. BRACHT, Valter. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista. In: OLIVEIRA, Vitor Marinho. Fundamentos pedagógicos: Educação Física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987, p.180-190.
 8. KUNZ, Eleonor. A Educação Física: mudanças e concepções. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v.10, n. 1, set. 1988.
 9. Os trabalhos aqui mencionados podem ser solicitados aos autores cujo endereço profissional é: UFPE-NEFD, Av. Moraes Rego, s/nº, Cidade Universitária, Recife/PE, CEP 50739. Estes trabalhos estão sendo sistematicamente divulgados em eventos científicos no Brasil. Ver para tanto: ANAIS DO VI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, v.11, n. 1.
 10. Sobre a incorporação da proposta de um programa de Educação Física Escolar ver ESCOBAR, Micheli O. Contribuições ao debate sobre o currículo de Educação Física na Escola Pública. SEC/PE, 1990.
 11. TAFFAREL, Celi N.Z. Concepções sobre conteúdos da Educação Física nas propostas governamentais. UNICAMP, 1989, mimeografado.
 12. FENSTERSEIFER, Haimo. Sportleehresausbildung in Brasilien, 1986. Tese (Doutorado) Alemanha.
 13. MEDINA, João Paulo Subirá. A Educação Física cuida do corpo e... “mente”. Campinas: Papirus, 1986.
 14. CARMO, Apolônio Abadio do. Educação Física: competência técnica e consciência política: em busca de um movimento simétrico. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1985, 54p.
 15. CONSELHO Federal de Educação. Resolução 03/87. Brasília/DF, 1987.
 16. COMPARATO, Fábio Konder. Resistir. Tendências e debates. Folha de S. Paulo. Opinião, A-3, 11-5 de 1990.
 17. GARCIA, Marco Aurélio. A sociedade democrata e o PT. In: Teoria e Debate, São Paulo, n. 2, p. 47-56, 1990.
- * Palestra de encerramento do I ENCONTRO PERNAMBUCO DE EDUCAÇÃO FÍSICA - Maio de 1990.
- * Transcrição e resumo do texto - TEREZALUIZA DE FRANÇA E ROMUALDO DE ATHAIDE CAVALCANTI

Endereço: UFPE/NEFD. Av. Moraes Rego, s/nº.
Cidade Universitária - Recife/PE CEP 50739

resumos de dissertações e teses

AÇÃO EDUCATIVA DO ESPETÁCULO ESPORTIVO

Prof. José Júlio Gavião de Almeida
Faculdade de Educação Física - Universidade Estadual de Campinas

O trabalho visa alertar para a potencialidade que o espetáculo esportivo, através de ação educativa, pode alcançar.

Os espetáculos esportivos são caracterizados aqui como um fator de influência educativa, dado seu alcance popular, bem como pela dimensão crescente de suas implicações políticas, econômicas e sociais.

A busca dos primeiros resultados independe da ação educativa planejada academicamente. Em vista disso duas alternativas são discutidas:

A primeira seria aceitar a não necessidade de tal preocupação pedagógica e, conseqüentemente, da não necessidade de vinculação do espetáculo com a educação.

A segunda seria revelar a conveniência de adicionar às necessidades de integração (e não dominação) econômica, política e outras, a preocupação com a ação educativa em espetáculos esportivos, pedagogicamente orientada. É sobre esta última que se apóia este estudo.

A SAÚDE ESCOLAR COMO RESPONSABILIDADE DA ESCOLA: INVESTIGAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE OCULAR EM CRIANÇAS NA IDADE PRÉ-ESCOLAR

Profª. Miriam Pereira de Sá Ferrareze
Faculdade de Educação Física - Universidade Estadual de Campinas

À dissertação, a partir do estudo de uma administração escolar participativa e democrática, permitiu novos caminhos para uma resolução positiva na efetivação de um Projeto de Educação e Saúde de Pré-escolar, entre quatro e sete anos, no qual está inserido o Programa de Saúde Ocular.

As condições foram criadas para que professores, alunos, famílias e pessoal da área Pedagógica de Educação Infantil envolvido nas escolas recebessem orientações quanto ao conhecimento técnico-científico sobre os distúrbios oftalmológicos.

Como procedimentos metodológicos empreendemos uma pesquisa de campo com crianças de quatro Escolas Municipais de Educação Infantil da Cidade de Americana - São Paulo, realizando o Teste de Acuidade Visual das mesmas, utilizando a tabela com símbolos "Light-House".

Isto nos permitiu enfatizar que, numa administração escolar democrática, é possível implementar ações e programas de Saúde envolvendo toda a comunidade escolar num Projeto em benefício dos seus alunos.

O TREINAMENTO DE FUTEBOL E O MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UMA ABORDAGEM DIALÉTICA

Prof. Mário Amaral Rodrigues
Universidade Federal do Rio de Janeiro

O estudo focaliza a polêmica em torno da titulação necessária, ou não, ao treinador de futebol, em especial; analisa o relacionamento do Curso de Especialização em Futebol da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro com o mercado de trabalho da cidade do Rio de Janeiro; aborda ainda os dispositivos legais referentes à investidura na função de treinador; aprecia depoimentos obtidos em entrevistas e sintetizados de comunicações pessoais em Congresso; levanta o quadro de treinadores em ação em clubes de futebol filiados à Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro em outubro de 1985; apresenta, como resultado final que:

Entre quatro jornalistas entrevistados, todos eles dedicados ao futebol e atuantes na imprensa do Rio de Janeiro, três defendem a necessidade de titulação em Educação Física e vivência como atleta para ser treinador de Futebol.

As obras publicadas, como tratamento do assunto, são raras; apenas duas. Uma opinando pela privatização da profissão de treinador para o habilitado em Educação Física, com aproveitamento dos que exercem no momento, sem a habilitação, (Tubino, M.J.G.), e outra admitindo não ser necessário que se defina a questão (Viana, E. & Beltrão, A.)

Dois dentre os três depoimentos tomados no I Congresso Internacional de Educação Física e Desportos (Rio de Janeiro de 31/10 a 4/11/84) acatam a prévia titulação em Educação Física, para a atuação como treinador.

Os depoimentos de professor (3), ex-alunos (8) e alunos (20) do Curso de Especialização da UFMG, atestam que o mercado de trabalho para o treinador de futebol, no Rio de Janeiro, é dependente de decisões pessoais, não disciplinado quanto a salários, reverente à idolatria e composto por treinador habilitado e não habilitado em proporções equivalentes.

O quadro de treinadores em ação no Rio de Janeiro, em outubro de 1985, aponta que o C.R. Flamengo, o Fluminense F.C. e o Vasco da Gama absorvem treinadores habilitados mais que os demais clubes.

As entrevistas com pessoas ligadas a órgãos normativos demonstram a maior aceitação da formação do treinador através do curso superior específico. Enquanto os que registraram tentativas de regulamentação da profissão de treinador não obtiveram esclarecimentos sobre os processos (um arquivado e outro em tramitação). O processo arquivado defendia a necessidade de titulação em Educação Física, enquanto o que tramita acata, também, não titulados.

Nas conclusões, o estudo apresenta que há desvio na concepção de Educação Física. Atestam, ainda, as conclusões que:

-- Urge a regulamentação da profissão, medida para disciplinar, definida a questão;

-- O mercado de trabalho do futebol, no Rio de Janeiro, absorve graduados em Educação Física, em percentual equivalente ao de não titulados;

-- Dirigentes contratam treinadores, em função de suas decisões pessoais;

-- Há evidência de falta de relacionamento do Curso de Especialização em Futebol, da Universidade do Rio de Janeiro, com o mercado de trabalho na cidade;

-- Há contradição em procedimentos do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), em relação à investidura na função de treinador;

-- A posição do Conselho Nacional de Desportos (CND), a partir de 1985, em relação a registro de Técnico Desportivo (denominação do órgão, não acatada pelo autor deste) é pelo treinador habilitado em Educação Física;

-- A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) não estabelece critério para a designação de treinador de Seleção Brasileira de Futebol, e a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro não dá orientação sobre critério para contratação de treinador, e não toma conhecimento de contrato de treinador;

-- A indagação feita à Federação Internacional de Futebol (FIFA), sobre a qual a exigência feita pela

mesma quanto à titulação do treinador que se apresenta em Copa do Mundo, não é respondida, e o pesquisador mantém, aqui, a pergunta;

-- Os argumentos que defendem a profissão de treinador para o habilitado em Educação Física são mais consistentes, pois ajustam-se à visão de que o desporto é um dos meios daquela ciência;

-- Dispositivos legais estão desarmonizados. Observado que o Decreto Lei 1.212 está desatualizado, é contrariado pelos termos da Lei nº 6.354/76, em seu

artigo 27. Pareceres do Conselho Federal de Educação não regulamentam curso de 2º Grau, que existem em áreas não carentes de licenciados em Educação Física, como Brasília e Rio de Janeiro, contrariando seus próprios termos.

Recomenda reestudo do conjunto de decretos, leis, portarias e pareceres, em uma reorganização da Educação Física e, conseqüentemente, do dispostos; e a privatização da função de treinador para o habilitado em Educação Física.

ESTUDO DE ASSIMETRIAS E DESVIOS POSTURAIIS EM ESCOLARES DO PRIMEIRO GRAU DE UMA ESCOLA PARTICULAR: PERSPECTIVAS PARA EDUCAÇÃO POSTURAL

Profª. Enori Helena Gemente Galdi
Faculdade de Educação Física -- UNICAMP

O presente trabalho objetivou identificar, utilizando-se de um método de avaliação postural computadorizada, assimetrias e desvios posturais em 89 alunos do 1º grau, de uma escola da Rede Particular de Ensino do Município de Campinas. O estudo foi realizado através de medições nas porções superiores e inferiores do corpo, bem como de assimetrias das curvas lordótica e cifótica, obtidas pela demarcação de pontos anatômicos.

A metodologia utilizada constituiu em demarcar e fotografar os alunos nos planos anterior, posterior, perfil direito e perfil esquerdo, cujos resultados foram analisados com o auxílio de um "software" específico.

Na análise dos resultados, encontrou-se uma incidência de assimetrias e desvios em todos os alunos pesquisados, tanto na porção superior como na porção

inferior do corpo. As assimetrias e desvios foram mais acentuados do lado esquerdo do corpo quando comparados com o lado direito, enquanto que em todos os alunos estudados houve uma tendência à instalação de cifose e lordose.

Tratando-se de um estudo voltado para a Educação, não pode ser um trabalho conclusivo, mas que apontou dois caminhos: primeiro que há necessidade de que a Administração Escolar e os profissionais ligados à Educação se conscientizem da problemática da postura na escola, e que os cursos de formação profissional em Educação Física, principalmente na licenciatura, incluam em seus conteúdos programáticos temas ligados à área da avaliação e educação postural.

PALAVRAS CHAVE: Postura. Avaliação.

PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO DO VEÍCULO RÁDIO NA DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Prof. Sérgio Carvalho
Universidade Federal de Santa Maria

O objetivo desse estudo foi duplo. Primeiro, propor o uso do rádio na difusão da Educação Física, e segundo, verificar alterações na atitude de estudantes nas dimensões social, afetivo-emocional, intelectual, diagnóstico da realidade e saúde, em relação à percepção da atividade física, usando o veículo rádio. Foram utilizados 83 sujeitos matriculados e freqüentando regularmente a 3ª série do 2º Grau da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Profª Margarida Lopes, Santa Maria/RS. O grupo experimental foi formado por 52 sujeitos (M = 17; F = 35) e o grupo controle com 31 sujeitos (M = 15; F = 16). A atitude dos estudantes foi medida através de um questionário tipo Likert com 30 questões. O grupo experimental também respondeu um questionário com 10 itens, mostrando a sua opinião sobre o programa radiofônico apresentado, a partir do qual novos programas poderão ser padronizados. O experimento foi conduzido em um sistema de circuito fechado. A pontuação da atitude foi determinada conforme a média do somatório dos escores, que variou de 45 a 150 pontos, e as opiniões

variaram da “atitude fortemente negativa” até “atitude fortemente positiva”. O teste t para amostras dependentes foi empregado para comparar qualquer alteração na atitude em todas as variáveis entre pré e pós teste, tendo o nível de significância sido determinado em $P < 0.05$. Todas as atitudes dos estudantes foram consideradas como positivas. Os resultados também indicaram uma melhoria e significativa alteração no domínio intelectual no grupo experimental de ambos os sexos, e somente no grupo experimental masculino no domínio afetivo-emocional. Quando as respostas do grupo experimental foram analisadas em sua totalidade, nenhuma diferença ($P > 0.5$) foi encontrada para o grupo masculino. Entretanto, uma diferença significativa média ($P < 0.01$) foi encontrada no grupo experimental feminino. Também evidenciou uma maior homogeneidade e menor variabilidade nos escores em relação ao grupo experimental masculino. Concluindo, os resultados evidenciaram a importância do programa radiofônico na difusão da Educação Física.

CAMINHOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA VIA RÁDIO -- UMA PROPOSTA ALTERNATIVA

Prof. Dr. Sérgio Carvalho
Universidade Federal de Santa Maria

Dada a importância do veículo rádio na difusão da Educação Física, este trabalho propôs, através do conhecimento antecipado do Projeto *Caminhos da Educação Física* do Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquette Pinto -- Rádio-MEC-AM-Rio de Janeiro, um programa radiofônico alternativo.

Foram mantidos o título e assunto; propostas mudanças no formato e estruturação.

A amostra constou de 52 sujeitos de ambos os sexos, todos alunos do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria/RS, em 4º e 5º semestres letivos.

Aplicado o tratamento estatístico, todas as atitudes sobre Educação Física, dentre os estudados, se mostraram positivas.

Os resultados evidenciaram também diversos níveis de diferenças nas atitudes dos grupos experimentais, levando à inferência de que houve importância do programa radiofônico alternativo utilizado como estímulo na difusão da Educação Física.

Quando os programas radiofônicos foram comparados entre si, ambos se mostraram eficientes. Constatou-se, no entanto, que o programa alternativo atingiu em maior escala a expectativa dos sujeitos entrevistados.

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE ESTUDANTES DO 1º E 2º GRAU ESCOLAS ESTADUAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFÊ.

Prof. Roberto José Tenório de Lira
Universidade Federal de Pernambuco

Avaliação do estado nutricional e do perfil de crescimento de alunos matriculados em escolas estaduais do Recife, no ano de 1989, em amostra constituída por 5.232 alunos, na faixa etária de 7 a 17 anos, utilizando-se métodos antropométricos e os indicadores peso por idade e altura por idade, com base no padrão de referência do NCHS. Constatou-se elevada concentração de indivíduos abaixo do percentil 50, tanto em relação à altura quanto ao peso, 75,9% e 76,9% respectivamente. A prevalência observada de indivíduos abaixo do percentil

10 foi de 29,3% em relação a altura para idade de 28,4% em relação ao peso para idade. A baixa estatura e o baixo peso, representados por indivíduos situados abaixo do percentil 3, atingiram, no sexo feminino, 9,4% e 6,3%, respectivamente, sugerindo que a desnutrição é de caráter crônico, desde que a deficiência aumenta com a elevação da faixa etária. O perfil de crescimento somático, altura e peso da população estudada, por faixa etária e sexo, é significativamente diferente da população de referência, principalmente a partir da adolescência.

GINÁSTICA EM ACADEMIA NO RIO DE JANEIRO

Prof. Jefferson Silva Novaes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A finalidade desse estudo foi a de pesquisar a Ginástica em Academia no Rio de Janeiro nos períodos de 30/60 e 60/90, respondendo as questões: (1) Quem eram os professores em 30/60? (2) Quais os objetivos da ginástica? (3) Qual a metodologia da ginástica?

Para investigar a ginástica em academia de 30/60 foi utilizada a metodologia da pesquisa analítica, um subtipo da pesquisa histórica. No período de 60/90 foi empregada a metodologia de análise documentária modificada, um subtipo da pesquisa descritiva.

Os resultados foram:

(1) As pioneiras da ginástica: Grete Hillefeld, Kelly Whace, Yara Jardim Vaz, Ana Bariska e Emma Vargas.

(2) Os objetivos variam em função das mudanças dos conceitos da Educação Física, todavia, o objetivo

estético esteve sempre presente no período estudado (30/90).

(3) As propostas metodológicas precursoras, (30/60), sofreram influência dos métodos de ginástica e de dança de origem estrangeiras, preconizadas pelas suas formações profissionais. No período de 60/90, as propostas de planejamento didático de autoria de professores de ginástica no Rio de Janeiro tiveram grande influência de três métodos estrangeiros (calistenia, ginástica aeróbica, step-training).

O estudo concluiu que trocas contínuas de métodos, diferentes propostas de planejamento, reformulações constantes nos objetivos, indicam mais uma evolução por ensaio e erro do que uma mudança consciente a partir do desenvolvimento/conhecimento da Educação Física.

II SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO FÍSICA -- DOCUMENTO FINAL E MOÇÕES 5 A 8 DE DEZEMBRO DE 1990

COMO VAI A EDUCAÇÃO FÍSICA E O ESPORTE NA ESCOLA NO MARANHÃO?

No período de 5 a 8 de dezembro de 1990 realizou-se, por iniciativa da Universidade Federal do Maranhão, o II SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO FÍSICA -- programa em anexo. O evento congregou acadêmicos, professores de instituições de ensino superior, pesquisadores e professores da rede pública e particular de ensino de primeiro e segundo graus.

Como uma das resultantes desse esforço coletivo de reflexão crítica, sobre a situação da Educação Física e do Esporte na Escola do Maranhão, expressamos a vontade política dos participantes do evento, em interferirem, consciente e organizadamente, no encaminhamento das problemáticas afetas à área da Educação e da Educação Física. Neste sentido, manifestamos nossa posição em relação à Educação Nacional, em defesa da Escola Pública, democratizada e de qualidade, defesa esta que exige a imediata e determinada participação da população, vez que a Nação Brasileira está ameaçada pela catástrofe educacional que está instalada em nosso País.

As estatísticas demonstram a situação dramática, que coloca o Brasil entre os países que menos investem em Educação. Para reverter este quadro faz-se necessário que os insuficientes 3% aplicados em Educação, sejam ampliados para um mínimo de 8% do PIB.

Além de outras medidas que se fazem prementes em termos de política pública para a Educação Nacional, destacamos a necessidade urgente de aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes e Base para a Educação Nacional, já elaborada e em tramitação nas Comissões da Câmara Federal.

No que diz respeito ao âmbito específico da Educação Física, reconhecemos que compete a diferentes setores da sociedade assumirem suas responsabilidades e compromissos em defesa da Educação Nacional de qualidade, cabendo:

À UNIVERSIDADE, ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

- a) manter constante o processo de reestruturação curricular, objetivando uma formação profes-

sional crítica, científica e pedagógica competente;

- b) viabilizar canais de integração com o ensino de primeiro e segundo graus, objetivando a melhoria do ensino de Educação Física da rede pública;
- c) enfatizar a dimensão da formação de licenciados, sugerindo-se alterações nos critérios de seleção para o ingresso ao Curso de Licenciatura em Educação Física;
- d) Viabilizar projetos que levem em conta a necessidade de formação permanente dos egressos do ensino superior que estejam atuando na área da Educação Física;
- e) Viabilizar canais para a socialização do conhecimento científico, colocando-o à disposição dos profissionais atuantes na área;
- f) Viabilizar canais de cooperação e convênios que concretizem a pós-graduação e a reciclagem permanente de professores do Curso de Educação Física e demais egressos do ensino superior.

ÀS SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO

- a) elaborar e implementar, juntamente com os demais segmentos da rede pública, propostas pedagógicas e diretrizes curriculares para a Educação Física que permitam e garantam o ensino de qualidade socialmente relevante às classes populares;
- b) garantir aos professores piso salarial digno;
- c) viabilizar canais permanentes de aperfeiçoamento e reciclagem dos professores da rede pública de ensino, em ações integradas com a Universidade;
- d) garantir aos alunos e professores condições adequadas ao ensino e aprendizagem da Educação Física, tanto no que diz respeito ao mate-

rial didático, quanto aos espaços e estruturas físicas;

- e) modernizar e reestruturar as instâncias organizacionais e administrativas, objetivando a consideração da Educação Física enquanto disciplina do currículo de ensino de primeiro e segundo graus, a ser eficientemente desenvolvida.

AOS PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

- a) envolvimento efetivo nas lutas sociais em defesa da Educação Nacional;
- b) participação em entidades políticas, sindicais e científicas, que representem e defendam os interesses da Educação Nacional;
- c) busca constante e permanente do aperfeiçoamento das dimensões fundamentais para o exercício profissional, a saber: a formação técnica, pedagógica, científica, ética, moral e política;
- d) desenvolver, submeter à crítica e socializar experiências pedagógicas alternativas, buscando legitimar a Educação Física na Escola, pela relevância social de seus conteúdos para o processo de formação de crianças e jovens.

ÀS DEMAIS INSTITUIÇÕES LIGADAS À EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES

Aliem-se em busca do desenvolvimento de ações conjuntas, na superação das problemáticas colocadas no âmbito específico da Educação Física, na perspectiva do que lhes seja comum.

MOÇÕES

I- Encaminhar ao Secretário da Educação do novo Governo Estadual e ao Secretário de Educação do Município proposta para extinção das coordenações de Educação Física.

II - Encaminhar ao Governo eleito proposta para a extinção da Secretaria de Desportos e Lazer, considerando a sua inoperância, bem como a inadequação de serviços prestados, vez que as questões afetas ao Esporte na Escola cabem à Secretaria de Educação, as questões de Lazer cabem à Secretaria de Cultura e Obras Públicas, e as questões afetas às Federações Esportivas cabem a setores organizados da sociedade civil, sem tutela do Estado, devendo os professores de Educação Física remanescentes serem lotados nas Escolas Públicas.

III- Encaminhar ao Governo eleito proposta para

a eliminação da gerência dos Jogos Escolares por parte da Secretaria de Desportos e Lazer, passando a responsabilidade à Secretaria de Educação, a quem devem estar sujeitos os problemas da Educação Física e Esporte na Escola.

IV - Encaminhar ao Conselho Estadual de Educação a sugestão para que coíba, através de determinações legais, a substituição de aulas de Educação Física pela prática esportiva em "escolinhas" ou modalidades esportivas, ressaltando que o aluno tem o direito a aulas de Educação Física, que devem contemplar todas as práticas esportivas e corporais adequadas ao desenvolvimento dos alunos e ao currículo escolar.

V - Encaminhar telex para a deputada Sandra Cavalcante e demais membros da Comissão de Finanças da Câmara para que aprovem e levem para votação em plenário, em regime de urgência, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

São Luís, 8 de dezembro de 1990

VICENTE CALDERONI FILHO
Chefe do Depto. de Educação Física

CECÍLIA SILVA MOREIRA
Coordenadora do II SIMPEF

II SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFMA

Tema:

"Como vai a Educação Física e o Esporte na Escola no Maranhão?"

Objetivos:

- Congregar profissionais de Educação Física e Esportes;
- Discutir o estado-da-arte e buscar alternativas para a EF&Esporte Escolar no Maranhão;
- Promover Cursos de Atualização

Programa:

Dia 05.12.90 - Quarta-feira

19h30 - Sessão Solene de Abertura

20h00 - Conferência

"A Educação Física e as Ciências do Esporte no Brasil"

Profª. Celi Taffarel

Presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

- Apresentação do Grupo GEDAM
- Apresentação do Grupo de GRD do COLUN
- Coquetel

Dia 06.12.90 - Quinta-feira

08h00 - Cursos

Basquete

Prof. Roberto Rodrigues Paes (UNICAMP)

Local: Ginásio Costa Rodrigues

Coordenador: Eduardo Araujo Macieira

Secretária: Samy Serra Martins

Educação Física Escolar

Profª. Celi Taffarel (CBCE-UFPE)

Local: Núcleo de Esportes

Coordenadora: Cecília Silva Moreira

Secretária: Mareleide Moura dos Santos Silva

Handebol

Prof. Pablo Greco (UFMG)

Local: Marista

Coordenador: Eduardo Soares Telles de Souza

Secretário: João Lelis dos Santos Sobrinho

*Introdução à Informática Aplicada
a EF&Esportes*

Prof. Gabriel Muñoz (CBCE-UFPB)

Coordenador: Ivan Sebastião Souza e Silva

Secretário: Laércio E. Pereira

Psicologia Aplicada à EF&Esportes

Profª. Sandra Mara C. Muñoz (FEC-ABC)

Local: CCSO - Campus UFMA

Coordenadora: Terezinha Godinho

Secretária: Ângela Franco Freitas

Voleibol

Profª. Zartu Giglio Cavalcanti

Local: Auditório da Embratel

Coordenador: Marco Aurélio Bayma

Secretário: Mauro Santiago

14h00 - Temas Livres

Coordenador: Pascoal Bernardo Neto

Secretário: Geraldo Magela de S. Bezerra Jr.

Geraldo Magela S. Bezerra Jr.

“Métodos de Análise do Voleibol”

Leopoldo D. G. Vaz (CEFET)

*“Organização da Informação em Ciências
do Esporte”*

Zartu Giglio Cavalcante (UFMA)

*“O Efeito Psicológico do ‘tie break’ em Equipes
de até Dezesseis Anos”*

15h30 - Mesa Redonda

“Como vai a Educação Física no Maranhão”

Convidados:

Henrique Augusto Veloso (Sec. Educação -
São Luís)

Silvana Farias Aquino (SEDUC)

Sec. Educação de Imperatriz

Coordenadora: Cecília Moreira

17h00 - Conferência

*“A Importância da Informática para
a EF&Esportes”*

Prof. Gabriel Muñoz (CBCE-UFPB)

18h00 - Reunião de Grupos Temáticos

Dia 07.12.90 - Sexta-feira

08h00 - Cursos

14h00 - Temas Livres

Coordenador: Pascoal Bernardo Neto

Secretário: Florentino Assenço

Demóstenes Mantovani (UFMA)

*“Formação Acadêmica para Atuação Profis-
sional no Campo de Trabalho de Educação
Física São Luís/MA”*

Florentino Assenço (UFMA)

*“Uma Análise Comparativa do Componente
Aeróbico na Corrida de Longa Distância -- Uma
Abordagem Teórica”*

15h00 - Mesa Redonda

“Como vai o Esporte na Escola?”

Convidados:

Mário Leal - SEDEL

Sandow Figueiredo - Colégio Batista
Pablo Greco (UFMG)
Coordenador: Laércio Pereira

Coordenador: Vicente Calderoni Filho

Dia 08.12.90 - Sábado

16h30 - Mesa Redonda

“Como vai a EF&Esportes na Universidade”

Silvana Martins Araujo (CEUMA)

José Carlos Aquino (UEMA)

Guaracy Martins Figueiredo (UFMA)

Roberto Rodrigues Paes (UNICAMP)

DCE UFMA

08h00 - Cursos

15h00 - Assembléia Geral

Proposta de moções e sugestões para o
III SIMPEF.

17h00 - Encerramento

Entrega de Certificados

ESTATUTO DO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE - CBCE

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

ART. 1º O COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, CBCE, fundado em 17 de setembro de 1978, de duração indeterminada, é uma sociedade de caráter científico e cultural que congrega profissionais e estudantes de diferentes áreas de conhecimento, que possuem, em comum, o interesse pelo desenvolvimento das Ciências do Esporte.

§ ÚNICO - O CBCE tem seu foro na cidade de São Caetano do Sul, SP, podendo a sua sede ser transferida de acordo com o corpo diretor e definida por ocasião de posse do mesmo.

ART. 2º São objetivos principais do CBCE:

- a) promover e incrementar o estudo do movimento humano enquanto fenômeno biológico, neuro-comportamental e sócio-cultural;
- b) veicular a produção do conhecimento nas áreas das Ciências do Esporte através de periódicos e reuniões científicas como Simpósios, Seminários, Congressos regionais e nacionais;
- c) manter intercâmbio com entidades nacionais e internacionais com interesse em áreas afins e de caráter similar;
- d) propor e zelar pelas normas éticas no desenvolvimento de pesquisas nas áreas das Ciências do Esporte;
- e) proporcionar em questão de Políticas nacionais, estaduais e municipais de Educação, Educação Física e Esportes.

CAPÍTULO II DO QUADRO SOCIAL

ART. 3º O CBCE é integrado pelas seguintes categorias:

- a) Pesquisador emérito;
- b) Pesquisador;
- c) Benemérito;
- d) Honorário;
- e) Efetivo;

- f) Estudante;
- g) Institucional.

I - Pesquisadores Eméritos, aqueles que:

- a) forem membros pesquisadores do CBCE há pelo menos quatro anos e;
- b) tiverem o nome indicado pela Assembléia Geral Ordinária, a qual se baseará em sua contribuição científica e participação ativa no CBCE para essa indicação.

II - Pesquisadores, aqueles que tenham, nos últimos três anos:

- a) publicado, como autor, pelo menos um trabalho em periódico reconhecido pelo CBCE;
- b) a autoria de pelo menos três trabalhos apresentados em evento(s) científico(s) reconhecido(s) como tal(is) pelo CBCE.

III - Beneméritos, aqueles que tenham prestado contribuição relevante ao CBCE.

IV - Honorários, aqueles que tenham contribuído cientificamente para o desenvolvimento das Ciências do Esporte.

V - Efetivo, aqueles que houverem concluído curso universitário, em nível de graduação.

VI - Estudantes, aqueles que estiverem frequentando curso universitário, em nível de graduação.

VII - Institucionais, pessoas jurídicas, nacionais ou estrangeiras.

ART. 4º Os membros do CBCE pagarão anuidade conforme a categoria, valores e condições fixados pela Diretoria.

ART. 5º São direitos dos membros quites:

- a) receber publicações do CBCE, exceto livros que venham a ser editados, em caráter excepcional;
- b) usufruir de todas as vantagens oferecidas pelos serviços do CBCE;
- c) cotar e ser votado, ressalvando o disposto nos parágrafos seguintes.

1º Só poderão ser votados para a diretoria, os membros Pesquisadores Eméritos e Pesquisadores, com período de admissão no quadro associativo superior a noventa dias.

2º Os membros Beneméritos e Honorários não possuem direito a voto.

3º Os membros do CBCE, integrantes das categorias com direito de voto, só poderão exercê-lo, após noventa dias de sua admissão no quadro associativo.

ART. 6º São deveres dos membros do CBCE:

- a) pagar pontualmente as suas contribuições;
- b) zelar pelo patrimônio social da entidade;
- c) cumprir e fazer cumprir o presente e as resoluções e deliberações da Assembléia Geral e da Diretoria.

§ ÚNICO - O membro que infringir as disposições do presente Estatuto, do Regimento interno, as resoluções e deliberações da Assembléia Geral e da diretoria, tornar-se-á passível de sanções em conformidade com o código de ética da entidade.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL E DA DIRETORIA

ART. 7º São instâncias do CBCE:

- a) A Assembléia Geral, e
- b) A Diretoria.

ART. 8º A Assembléia Geral constituir-se-á de todos o Membros com direito a voto que se encontrarem quites com o pagamento da anuidade e taxas devidas.

ART. 9º A Assembléia Geral reunir-se-á:

a) ordinariamente, de dois em dois anos, durante o "Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte" - CONBRACE;

b) extraordinariamente, por convocação da Diretoria ou mediante solicitação assinada por um terço dos membros quites, com direito a voto, devendo a reunião realizar-se no máximo em sessenta dias a contar da convocação.

§ ÚNICO - A Assembléia será convocada por comunicação expedida com antecedência mínima de trinta dias.

ART. 10º A Assembléia Geral, em primeira convocação, realizar-se-á com a presença da maioria dos membros com direito a voto, constatada pela assinatura em livro próprio, e em segunda convocação, uma hora depois da primeira, com qualquer número.

§ ÚNICO - As deliberações da Assembléia, salvo disposição expressa neste Estatuto, serão tomadas por maioria simples de votos.

ART. 11º À Assembléia Geral compete:

- a) das posse aos membros da Diretoria;
- b) apreciar e julgar recursos interpretados de deci-

sões da Diretoria;

- c) aprovar relatórios e Balancete anual da Diretoria;
- d) deliberar sobre os casos omissos.

ART. 12º A Diretoria, que terá mandato de dois anos, compõem-se de um Presidente, um Vice-Presidente, um Diretor do Departamento Administrativo, um Diretor do Departamento Científico, um Diretor do Departamento de Divulgação, e um Diretor do Departamento Financeiro, eleitos pela forma prevista neste Estatuto.

ART. 13º Compete a Diretoria:

- a) executar as deliberações da Assembléia Geral;
- b) deliberar sobre a situação associativa dos membros;
- c) fazer cumprir os objetivos do CBCE;
- d) promover as eleições para os cargos da Diretoria;
- e) superintender e gerir os serviços do CBCE;
- f) convocar a Assembléia Geral e fixar as datas para as suas próprias reuniões;
- g) apresentar à Assembléia Geral relatório e balancete devidamente verificado por contador ou firma idônea.

ART. 14º Compete ao Presidente:

- a) representar o CBCE, em juízo e fora dele;
- b) convocar e presidir às reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral, dando execução as resoluções votadas;
- c) constituir, nomear e dissolver comissões e grupos de trabalhos;
- d) completar possíveis cargos vagos na Diretoria.

§ ÚNICO - O Presidente será substituído em suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Presidente e, em caso da vacância desse cargo ou de impedimento deste último por aquele indicado pela maioria dos membros da Diretoria.

ART. 15º Compete ao Vice-Presidente:

- a) substituir o Presidente em seus impedimentos;
- b) executar as tarefas que lhe forem atribuídas pelo Regimento interno ou deliberados pela Diretoria.

ART. 16º Compete aos Diretores executar as tarefas que lhes forem atribuídas pelo Regimento Interno ou pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO IV ELEIÇÕES

ART. 17º A eleição dos membros da Diretoria no CBCE será efetuada por voto secreto.

1º A Diretoria designará, seis meses antes da data

prevista para a posse, uma comissão eleitoral composta de 5 (cinco) sócios, sendo que pelo menos 3 (três) deverão ser membros pesquisadores.

2º No ato da designação, a Diretoria indicará um dos membros pesquisadores para a Presidência da Comissão.

3º Candidatos à eleição não poderão compor a comissão eleitoral.

ART. 18º São atribuições da Comissão Eleitoral:

- a) estabelecer o calendário do processo eleitoral;
- b) elaborar normas para a realização das eleições garantindo, para as inscrições das chapas, o prazo de 3 (três) meses anteriores à data prevista para a posse;
- c) acompanhar a realização do processo eleitoral;
- d) apurar o resultado das eleições, encaminhando-o à Diretoria para as devidas providências.

§ ÚNICO - O mandato da Comissão Eleitoral se encerrará por ocasião da posse da Diretoria Eleita.

ART. 19º As cédulas eleitorais deverão ser enviadas:

- a) aos sócios quites;
- b) aos sócios em atraso de até duas anuidades.

§ ÚNICO - As cédulas poderão ser enviadas aos sócios em atraso em mais de 2 (duas) anuidades, mediante solicitação escrita dos mesmos.

ART. 20º Os votos dos sócios não quites serão apurados desde que quitem seus débitos no período previsto para recebimento, dos votos.

CAPÍTULO V DAS SECRETARIAS ESTADUAIS

ART. 21º O CBCE poderá exercer suas atividades mediante a criação das Secretarias Estaduais.

ART. 22º As Secretarias Estaduais serão administradas por um Secretário Estadual, um Secretário-Adjunto e um Tesoureiro eleitos pelos sócios domiciliados no Estado.

CAPÍTULO VI DOS FUNDOS DO PATRIMÔNIO

ART. 23º O patrimônio do CBCE será formado

pelas contribuições prevista neste Estatuto, bem como por doações ou legados e demais bens adquiridos pela Entidade.

CAPÍTULO VII DA DISSOLUÇÃO

ART. 24º O CBCE terá, na conformidade que dispõe do ART. 1º, duração ilimitada, podendo, entretanto, ser extinto a qualquer tempo, por deliberação dos membros com direito a voto. Em Assembléia Geral especificamente convocada para esse fim, destinando o patrimônio social e fundos de reserva, por deliberação de quatro quintos dos membros quites, uma entidade congênere registrada no Conselho Nacional de Serviço Social.

CAPÍTULO VII DA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO

ART. 25º O presente Estatuto poderá ser modificado a qualquer tempo, em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ART. 26º Os membros da Entidade não respondem pelas obrigações sociais da mesma.

ART. 27º É vedada a remuneração de cargos da Diretoria, da Assembléia Geral e demais dirigentes, pelo exercício de suas funções, sendo proibida a distribuição de lucros, dividendos, bonificações ou vantagens, sob qualquer pretexto, aplicando o CBCE, integralmente no país, os seus recursos, na manutenção dos seus objetivos institucionais e empregando o "superavit" eventual de seus exercícios financeiros, no cumprimento de suas finalidades.

ART. 28º A Entidade somente se considera obrigada pela Assinatura conjunta de dois membros da Diretoria ou pela deliberação da Assembléia Geral.

ART. 29º Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação.

carta do leitor

Santa Cruz de la Sierra, 04 de Outubro de 1990

Sra. Celi Nelza Zulke Taffarel
PRESIDENTE DO COLÉGIO BRASILEIRO DE
CIÊNCIAS DO ESPORTE
Campinas-SP.

De minha alta estima:

É para mim um profundo prazer poder comunicar-me com vocês para enviar-lhe nosso saludo formal, de parte do Diretor do INSAF (Instituto Superior de la Actividad Física), e do meu próprio.

Recebemos o boletim do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte do primeiro trimestre e pretendemos manter comunicação porque acreditamos que é muito valor o intercâmbio e a troca de informações.

As instituições se conhecem pelas decisões dos seus dirigentes, e felicito pelo trabalho, pelos desejos de crescer e expandir-se mais, em favor da comunidade científica brasileira, e orientar aos esportistas, professores e inclusive ao exterior. Neste caso nós, que acreditamos no que vocês fazem, nos identificamos com seus objetivos.

Eu estudei Educação Física no Rio Grande do Sul, em Santa Maria, e fiz minha especialização na Gama Filho, procuro acompanhar de perto a evolução do esporte no Brasil e por isso que manifesto minha inquietude e vontade de manter comunicação com vocês. Envio

o nosso boletim que tem circulação bimensal a nível Nacional e acredito que de alguma forma ajudará, se não, pelo menos será testemunha da nossa amizade institucional.

Falando de nossa instituição, ela é nova, foi criada em 1987 chegando a preencher a falta de faculdades de Educação Física. Em Bolívia só existiam duas, e nenhuma em Santa Cruz. Agora temos Licenciatura em Atividade Física (cinco anos), e o curso normal de três anos para Professor de 2º grau; depende diretamente da máxima instituição que rege e controla o Esporte Departamental (Estadual) e recebe tutoria acadêmica da Universidade "Gabriel René Moreno" (Federal).

Para o primeiro semestre de 1991 nós precisaremos de alguns profissionais que irão preencher as carências que nos temos sobre áreas específicas como Voleibol, Ginástica, Fisiologia do Exercício, Biometria. Seria importante conhecer se existem pessoas aí que estariam dispostas a trabalhar conosco. Oferecemos como salário quatrocentos dólares americanos, mais moradia (casa). No caso de haver alguém interessado, favor comunicar-se conosco para melhores informações, enviar curriculum vitae e especificar as disciplinas em que poderia trabalhar.

Na espera de uma resposta rápida, recebam todos os membros do Colégio Brasileiro um abraço fraterno dos colegas do INSAF.

Atentamente.

Edgar E. Zeballos
Secretário Acadêmico - I.N.S.A.F.

Ilmo. Srs. Organizadores, II Encontro de Pós-Graduação em Educação Física
Universidade Estadual de Campinas
Campinas/SP

Consubstanciado no art. 217 da Constituição Federal que determina ser “dever do Estado fomentar práticas desportivas e não-formais, com direito de cada um” foi criada a Secretaria dos Desportos da Presidência da República, instituída através da lei Nº 8.028, de 12 de abril de 1990 e regulamentada pelo decreto Nº. 99.244, de 10 de maio de 1990, que tem por competência planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do desporto no país, realizar estudos e pesquisas, zelar pelo cumprimento da legislação desportiva, prestar coordenação técnica e assistência financeira supletiva a Estados, DF, municípios e entidades nacionais dirigentes dos desportos.

As diretrizes tratadas pela Secretaria dos Desportos baseiam-se na busca do desenvolvimento integral do homem, na elaboração do sistema brasileiro dos desportos, no estímulo à todas as modalidades desportivas, na democratização da prática desportiva, no envolvimento de todos os segmentos sociais abrangendo a população de baixa renda, a infância, a terceira idade e portadores de deficiência, na qualificação de recursos humanos, no estímulo à competições desportivas, no auxílio de combate aos desvios sociais e na participação da iniciativa privada.

Os princípios norteadores da política desportiva nacional fundamentam-se na igualdade, liberdade, interesse social, diferenciação, identidade nacional, eficiência, qualidade, descentralização, democratização e autonomia.

ARTHUR ANTUNES COIMBRA
Secretário dos Esportes

MANIFESTO PÚBLICO

A Comunidade Esportiva do Rio Grande do Sul, representada pela Subsecretaria de Desporto, Conselho Regional de Desporto, Associação dos Profissionais de Educação Física do Rio Grande do Sul e Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, preocupada com os destinos do Esporte Escolar, face a postura retratada nos documentos que embasam os Jogos Escolares Brasileiros/90 (XIX Jogos Escolares Brasileiros - anteprojeto e projeto inicial) de autoria da Secretaria dos Desportos da Presidência da República, vem, de público, manifestar sua posição, como segue:

Da análise da metodologia empregada na proposta dos Jogos, antes de entrar no mérito da questão, já se vislumbra um retrocesso.

Há um excesso de preocupação com a forma:

- eventos de efeitos demagógicos;
- regras e critérios rígidos;
- realce para a premiação;
- divulgação calcada na reprodução de um modelo de performance.

A par disto, a estrutura organizacional obedece a mesma sistemática empregada durante os anos de repressão, em que o objetivo do governo era o autopromoção.

Historicamente, os JEBs foram concebidos como uma forma de reprodução do esporte de alto nível, na década de 70.

Nos últimos anos desta década já havia uma tendência manifestando-se no sentido de aprimorar o projeto da realidade escolar.

Com a Nova República, em 1985, houve um rompimento daquela concepção reprodutora, iniciando-se um amplo processo de discussão no sentido de transformação, que se consubstanciou no projeto dos XVIII JEBs realizados em 1989.

A tendência, portanto, seria a de seguir numa caminhada rumo à desvinculação total do esporte escolar daquela concepção militarista, de caráter eugênico, de esporte espetáculo, aproximando-o, realmente, dos anseios da comunidade escolar.

A concepção de esporte escolar garantida na Constituição do País, nas Constituições dos Estados e mais recentemente firmada nas Leis Orgânicas dos Municípios, nega veementemente a busca de performance e a mistificação de ídolos, no seio do trabalho escolar. Pelo contrário, traduz o entendimento da socialização do esporte, da sua prática como ato educativo e como direito de todo o cidadão brasileiro, respeitando as suas

potencialidades, na construção do seu meio, na convivência com os demais.

A Lei 6251/75, reflexo de uma sociedade desigual e injusta, instituiu por muito tempo o modelo esportivo brasileiro-intervencionista.

Este modelo foi revisado por uma comissão, especialmente constituída para este fim, que criou uma nova concepção de esporte norteadora do atual Artigo 217 da Constituição Federal, que representa um avanço para a maioria da comunidade esportiva brasileira.

Promover um evento, tal como prescreve o anteprojeto e projeto inicial dos XIX JEBs., objetivando, simplesmente, o resultado, desconhecendo o passado com a finalidade de causar impacto, se constitui numa prática há muito banida, pois consubstancia apenas a demagogia e o populismo inócuo.

A toda crítica, quando bem intencionada, deve corresponder um encaminhamento de solução.

Somos pela prática democrática de devolver à comunidade esportiva aquilo que lhe é de direito: instituir os rumos para o esporte escolar brasileiro, levando em consideração o já acumulado histórica e cientificamente, a partir de análise do relatório da Edição do Projeto de 1989.

Deixamos claro que as posições, neste documento

assumidas, não têm qualquer caráter de pessoalidade, mas sim se dirigem a uma idéia, a nosso ver, errônea do que seja o esporte escolar.

Conclamamos a todos para a promoção de ações que ampliem essa discussão e se somem a nós no sentido de contribuir para a garantia da democratização do esporte, assegurada por princípio constitucional.

Assinam e se responsabilizam

Vicente Molina Neto
Subsecretário de Desporto/RS

Carlos Alberto Mâncio
Presidente do CRD/RS

Eloisa Agra Hassen
Pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte -
Secretaria Estadual

Vera Bonete
Presidente da Associação dos Profissionais de
Educação Física/RS e Presidente da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação Física

SOCIEDADE E CONSCIÊNCIA: UM ESTUDO PIAGETIANO NA FAVELA E NA ESCOLA FREITAG, Bárbara. São Paulo, Cortez, 1986

Prof.^a Maria Elina Costa Melo
Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas

O livro *Sociedade e Consciência* reproduz a tese de doutoramento de FREITAG, defendida na Alemanha, e se refere a uma pesquisa realizada com crianças paulistas, no período de 1979 a 1980, na cidade de São Paulo.

Tendo como referencial teórico os estudos de Jean PIAGET, a pesquisa tem por objetivo compreender como se dá a constituição das estruturas de consciência de crianças em idade escolar - escolarizadas e sem escolarização, de diferentes classes sociais e faixas etárias.

A autora prefere a abordagem teórica do "jovem Piaget" que, segundo FREITAG, privilegiava mais a dimensão social (representada pela linguagem e interação com as pessoas) na construção das estruturas de pensamento da criança. Por isso, parte da hipótese de que há fatores sociais decisivos no desenvolvimento cognitivo da criança; que as classes sociais intervêm neste processo e que a Escola tem um peso substancial na construção das estruturas de consciência.

O experimento foi realizado com 206 crianças nas faixas etárias entre 6 a 8 anos (início da escolarização), entre 13 a 16 nos (ao final de 8 anos de escolaridade) e um grupo de 32 crianças faveladas, sem nenhuma escolarização. Estes sujeitos formavam grupos de classes sociais distintas, assim distribuídos: A - classe média alta, B - média baixa, C - operária e D - favelados.

A cada criança foram aplicados três tipos de testes: lingüísticos (trabalho de colagem em grupo), de moralidade (regras do jogo, intenção e conseqüências de uma ação e julgamento de ação em situações de conflito) e testes de desenvolvimento lógico (provas de inclusão, correspondência, conservação, proporção e correlação). Para cada bateria de testes, FREITAG estabeleceu indicadores globais, ou seja, critérios para definir o estágio em que as crianças se encontravam.

Como resultado gerais obtidos, constata as mesmas seqüências propostas por PIAGET para os estágios nos três modelos (lingüístico, da motoridade e cognitivo), não encontrando nenhum caso em que um estágio houvesse sido saltado. Confirma o fator maturação (faixa etária) como preponderante na construção das estruturas da consciência, mas reafirma que os fatores sociais

(origem sócio-econômica) interferem no pleno desenvolvimento psicogenético. E mais, revela que a influência da classe social é cada vez mais decisiva, à medida que a criança cresce, constatando assim a impossibilidade de formular-se uma lei universal da psicogênese, independente do fator "meio social". Além dos fatores "classe social" e "idade", a autora vê a existência de outros fatores, a serem pesquisados, que impedem um terço dos adolescentes estudados de atingir o pensamento formal, independentemente de sua escolarização.

FREITAG reconhece uma estrutura básica subjacente (que ela denomina estrutura de consciência), um mesmo "esquema" revelado neste estudo, sendo que a fala, o julgamento e o raciocínio lógico seriam manifestações desse mesmo esquema.

No Capítulo III, analisa a participação da escola na construção destas estruturas. Em oposição a uma certa postura cética de PIAGET em relação à escola, a autora reconhece que a escolaridade favorece o desenvolvimento da fala infantil, da moralidade (consciência de regras) e do pensamento lógico concreto. No entanto, não encontra correlação entre o desempenho escolar (rendimento encontrado nas notas de avaliação) e os níveis de pensamento lógico dos alunos, o que lhe permite dizer que não são os conteúdos transmitidos pela escola, mas a experiência regular de vida em grupo, que favorece o desenvolvimento das estruturas de consciência -- a isto FREITAG chama efeito socializador global. Referindo-se, neste ponto, à teoria piagetiana, afirma que "... são os pares que, no convívio e no questionamento cotidiano, impõem às crianças a necessidade de se comunicarem, justificarem seus pontos de vista e de abandonarem a perspectiva egocêntrica que não permite discriminar a posição dos outros da posição da criança" (p.204).

Para a criança favelada, onde o critério da maturação é relativizado pelo fator social, a escola representa o momento de viver a infância, liberar-se do trabalho precoce. É o espaço para ser criança.

FREITAG postula, assim, a necessidade de considerar-se a dimensão social na Psicologia Genética, o que representa um reforço à tese de determinação ma-

terial da consciência. Embora para muitos estudiosos da teoria piagetiana esta dimensão social esteja presente em todos os estudos de PIAGET, e não somente nos seus estudos iniciais, a contribuição de FREITAG é valiosa ao assinalar o tema de defasagem, que não seria cultural, mas se explicaria por diferenças sócio-econômicas (sociedades mais e menos desenvolvidas) e por diferenças de classes (origem sócio-econômica).

A autora propõe uma reformulação do tema da ideologia como falsa consciência - e da Escola como aparelho ideológico - quando pretende buscar na própria criança a dinâmica do processo de constituição da consciência, e integra à psicogênese as forças históricas e sociais. Principalmente em países como o Brasil, FREITAG não vê a escola como sendo seletiva ou elitizante; o acesso à escola representa o "ponto-chave": quem fica de fora já é marginalizado. Por isso, anuncia o caráter democrático da escola e a necessidade de garantia de escolarização para toda a população.

Em termos de contribuição prática, aponta para uma política educacional que assegure escolarização a

todas as crianças e assegure a permanência da criança na Escola. Acredita, ainda, na escola pública como lugar onde todas as diferenças sejam absorvidas e onde aconteça o confronto, considerando também a necessidade de melhoria dos conteúdos curriculares e das práticas pedagógicas.

Esta escola pública competente seria instrumento de consolidação da organização social democrática, por possibilitar a formação de cidadãos autônomos, indo de encontro à tendência mais "natural" de cada pessoa para a autonomia (conforme a teoria piagetiana) e porque somente indivíduos autônomos têm condições cognitivas de buscar o consenso para regras socialmente estabelecidas, e de se defenderem dos processos de ideologização.

A obra de FREITAG é, a nosso ver, importante e necessária a todos os educadores, não só por traduzir de maneira clara e competente a teoria piagetiana, mas também pela contribuição que traz à compreensão do papel da escola na sociedade brasileira.

FORMAÇÃO ACADÊMICA PARA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM SÃO LUÍS/MA: ESTUDO DE CASO DE EGRESSOS MAIS CRÍTICOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

MANTOVANI, Demósthene

Profª. Celi Nelza Zulke Taffarel
Departamento de Educação Física
Universidade Federal de Pernambuco

O estudo elaborado pelo professor MANTOVANI pode ser inserido no contexto de trabalhos que tentam abordar questões afetas à formação e atuação de profissionais de ensino formados por Instituições de Ensino Superior no Brasil.

Especificamente trata da formação e atuação de profissionais da área de Educação Física, formados pelo Curso de Educação Física da Universidade Federal do Maranhão.

Busca, em sua análise, evidenciar as incoerências presentes em um Curso que preconiza, do ponto de vista do discurso, um ideal de formação, mas que, no depoimento dos egressos, desvela-se contraditório e distante deste ideal.

Valendo-se dos depoimentos dos egressos do Curso de Educação Física, MANTOVANI identifica, também, as teses equivocadas sustentadas durante a formação do profissional de Educação Física a saber: a biologiação da Educação Física; a desportivização, com ênfase nos aspectos técnicos; a competitividade; a meritocracia; a ênfase em uma formação acrítica, a-histórica e a-científica.

Tendo como referência depoimentos e documentos do projeto de implementação do Curso denuncia, também, o oportunismo, o pragmatismo e a falta de condições institucionais para a criação do Curso.

Analisa ainda, a partir de depoimentos dos egressos, alguns elementos da atuação no campo de trabalho, evidenciando as mazelas às quais os profissionais de Educação Física estão sujeitos, como o são: o clientelismo; a ênfase em trabalhos de caráter técnico desportivo, em detrimento de trabalhos de caráter pedagógico, em um sistema de relações políticas obscuras, centralizadoras, autoritárias e extremamente dominadoras.

Ressalta em seu estudo que, pela forma como foi enfaticamente estruturado e implementado o Curso de Educação Física, este esteve voltado, muito mais para formar profissionais conformados a este campo de trabalho, do que em formar profissionais críticos e conscientes de suas responsabilidades históricas, frente às necessidades imperiosas de transformações sociais.

No que diz respeito à discussão científica, alerto aos leitores que se faz imprescindível uma postura dialética perante o texto. Devemos conceber esta discussão, conforme nos aponta GRAMSCI, “não como um processo judiciário, no qual há um réu e um promotor, que deve demonstrar por obrigação que o réu é culpado e digno de ser tirado de circulação”. Uma vez que buscamos a verdade e o progresso da ciência, a discussão científica demonstra ser mais “avançada” se colocada do ponto de vista segundo o qual, o autor, de uma proposição pode expressar uma exigência que deva ser incorporada, ainda que como um momento subordinado à sua própria construção.

Neste sentido, creio ser relevante compreender e valorizar com realismo as posições e as razões apresentadas no contexto deste estudo, significando isto, colocar-se de um ponto de vista crítico realista frente ao trabalho exposto.

Vamos nos confrontar com posições e razões com as quais, muitas vezes, não concordamos, mas que merecem ser consideradas, visto que esta produção está sujeita às determinações e inter-relações que condicionam o fazer ciência no Nordeste do Brasil.

Neste trabalho nos confrontamos com alguns desafios suscitados pelo mesmo, entre os quais destaco: a falta do estabelecimento dos nexos históricos do que foi inventariado no estudo: os limites acerca da discussão sobre concepções de ciência; os problemas afetos à procedimentos metodológicos.

Mas, apesar das limitações, admitidas pelo próprio autor, este trabalho significa o início da elaboração crítica de um problema histórico, e o desenvolvimento da consciência “do que somos e do que asseguramos”.

Levando em conta que um trabalho vale, não somente pelo que contém em si, mas pelo que suscita em quem o desvela com atenção, reconheço que, muitos questionamentos podem ser levantados, tanto do ponto de vista teórico, metodológico, quanto filosófico e político. E se estes questionamentos sustentarem novas produções, com certeza, conseguiremos avançar do ponto de vista crítico coletivo.

MOTRIVIVÊNCIA REVISITA O CORPO E A EDUCAÇÃO FÍSICA

Prof. Dr. Aguinaldo Gonçalves

Profª. Yara M. de Carvalho

Faculdade de Educação Física - Universidade Estadual de Campinas

Trata-se de publicação com 136 páginas, formato 22x15 cm, texto em coluna dupla, com ilustrações em preto, branco e semitons. De natureza técnica, na expressão de seu editor, “busca o fomento de debate sobre os principais temas contraditórios e polêmicos de nosso tempo, tais como currículo, esporte, corpo, educação física escolar, escola pública, recreação, lazer, etc.” Periódico da Universidade Federal de Sergipe, sob o patrocínio do Serviço Social da Indústria, apresenta corpo editorial constituído por quatro profissionais destacados da região Nordeste (Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe). Constitui-se de mais de uma dúzia de ensaios e trabalhos temáticos, agradavelmente entremeados por seções diferenciadas, como Ponto de Vista, Humores e Rumores, Relatos de Grupos de Estudo, Projetos, Monografias e Teses, entre outros.

A produção intelectual aqui veiculada revela-se das mais fustigantes, sinalizando no sentido de que os objetivos editoriais mencionados se materializam plenamente. Já de pronto, importa destacar que a plêiade dos autores aqui reunidos extrapola os liames de um interesse puramente regional que a identidade da revista inicialmente mencionada poderia trair. Assim é que aí se encontram autores de âmbito não só nacional (como Paulo Guilhermetti com sua matéria sobre “Do corpo medieval ao corpo moderno”) quanto internacional (tais são os casos do amigo Manuel Sérgio Vieira e Cunha ou do conhecido Reiner Hildebrandt).

Tais características tão positivas da publicação em questão, mais se potencializam à medida que se aprofunda a leitura das respectivas produções. De fato, toda essa qualidade e pluralismo (autores de diferentes regiões geográficas, trabalhando com variados enfoques) circunscrevem uma difícil complementaridade à medida que tratam, no presente fascículo, da mesma questão *substantiva, o corpo, mantendo, assim, a densidade dos números anteriores que também foram enucleados em torno de temáticas específicas da área.*

Correndo os riscos que todas simplificações podem ensejar, algumas matérias são de serem destacadas. Leonardo Damasceno centra a atenção de sua pesquisa na militarização do corpo no Estado Novo; Michele

Ortega Escobar veicula a construção de intervenção pedagógica sobre o corpo em currículos de Educação Física em escolas públicas; Iêda Folegatti e Dulce Augusto mergulham seu empenho no resgate de bibliografia contemporânea sobre o corpo, sob diferentes aspectos em estudo; Gaiarsa, ao trabalhar a reflexão de sua experiência no trato do “corpo ainda proibido e maltratado”, pergunta: você seria capaz de ser “paciente” de um terapeuta que proporcionasse às pessoas a “maior variedade possível de sensações corporais, de pele e de movimento, inclusive muito do que se sente quando as zonas erógenas e genitais são tocadas?” No contraponto, Subirá Medina abre suas “inquietações burguesas do corpo” denunciando: “Há de uns tempos para cá, entre nós, verdadeira explosão de discursos e propagandas que procuram induzir as pessoas a certas práticas corporais e a certos comportamentos em relação a seus corpos. Se, por um lado, essa tagarelice sobre o corpo promove algumas reflexões e ações sobre esta dimensão historicamente tão esquecida e reprimida do ser humano, por outro, manifesta diferentes graus de manipulação (...)”. Enfim, responde-nos da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, Anna Maria de Albuquerque, à pag. 103, referindo-se ao assunto, que “a ciência é a aventura no reino do novo, do desconhecido, através de teorias novas, que necessitam de um novo discurso, de uma nova forma de expressão”. Polêmicas conceituais também não são negligenciadas, como se observa no defrontamento da relação de poder da Educação Física e o corpo, empreendido por Magalhães Pires, ou na exploração das relações do corpo com o cotidiano do trabalho e do lazer, no ponto de vista de vários entrevistados.

Vale dizer, nos encontramos face a uma coletânea de textos especializados sobre a corporeidade: só não constitui um livro referencial pela provável preocupação, legítima, de preservar os núcleos de interesse dos diferentes autores em relação à temática geral; em outras palavras, não pode ser de se esperar que o todo resulte apenas da soma das partes. É nesse contexto que importa expressar que os estudiosos da área certamente já se colocam na expectativa de continuidade desta

iniciativa editorial. De igual sorte, aguarda-se que seus próximos números venham à circulação purificados por revisão formal mais depurada que evite algumas impropriedades de concordância constatadas neste volume, ou mesmo de grafia (como “racioncínio” ou “ulilzar” presentes, por exemplo, no texto Lazer e Sociedade de José Carlos Brandão).

Mais que tudo, porém, a iniciativa vale pelo que provoca; como diria o poeta, é responsável pelo que conquista. Nesse sentido, leva ela a refletir-se sobre seu significado no âmbito atual da produção científica da área da Educação Física em nosso meio, fato que se torna quase imperativo, até porque tem-se vivido experiência bastante análoga na editoria e na redação de outro periódico do mesmo contexto, qual seja a Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Com efeito, certas lacunas e demandas podem ser claramente expressadas. Sem o compromisso, no mais irrealista, de proceder à varredura exaustiva da questão, algumas delas importa mencionar:

1 - Necessidade de explicitação de linha editorial, objetivos configurados e prioridades perspectivadas. A clareza de tais procedimentos permitiria maior racionalidade e, decorrentemente, contribuição inequívoca para agilidade e melhor operacionalização, por parte de leitores, editores e autores. Mecanismos ágeis de interconsultas, por exemplo, poderiam evitar que o mesmo autor tenha que se dirigir a vários periódicos até encontrar aquele que expresse identidade temática com sua produção.

2 - A questão das gestões colegiadas. Identifica-se que articulações entre os editores das diversas revistas da área seria medida extremamente saudável. Não se trata de pensar apenas encontros periódicos entre tais agentes, para a troca de experiências, mas sobretudo, de desencadear um processo ativo e dinâmico de decisões setoriais, se não comuns, minimamente participadas, obviando superposição de procedimentos ou paralelismo de posturas e práticas.

3 - Proposição e implementação de política editorial de maior fôlego para a editoração na área. Tem-se observado que são extremamente descontínuas as gestões dos órgãos de apoio e fomento científico, tornando a viabilização deste ou daquele fascículo extremamente sujeita a conjunturas e transitoriedades.

4 - Política decidida de apoio ao novo, ao sim da sala negativa de Cabral de Melo Neto. Alunos de graduação e pós-graduação, ao menos em alguns centros, já estão produzindo com propriedade suficiente para conquistar o acesso à publicação. É óbvio que a veiculação reiterada das idéias dos autores mais experientes aumenta a probabilidade de seu alcance de convencimento e fixação, mas seu cotejo com o exercício de novos ensaios pode se revelar bastante produtivo.

5 - O trânsito na difícil relação com a publicidade e o “patrocínio” das publicações. A necessidade e a figura do mecenato já freqüentam as iniciativas artísticas e culturais há pelo menos vários milênios. A ele se contrapõem os recursos do aparelho de Estado, que, proposto para agir e apoiar o bem público, pode, em certas instâncias de modernidade, assumir variados matizes, do colorido ao roxo. A discussão sobre como transitar com adequação nessas controvérsias expressivas e vitais, para poder proceder a sua desova científica, parece se constituir em tarefa imposterável de uma comunidade que se busca conseqüente.

6 - A humildade intelectual igualmente é de não ser olvidada. Assim tão recente, aberto e interdisciplinar como tem se podido constatar o interior da Educação Física, caracteriza ele ainda mais pronunciadamente algumas carências universais tão negligenciadas em certos círculos. O proselitismo, o faccionismo, o sectarismo constituem riscos não de todo evitados habitualmente e que podem desembocar em certo ostracismo para com os profissionais que configuram a própria identidade da área. Aqueles, doutrina mestre Quintana, “passarão; eu, passarinho”.

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

1 - A Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), órgão de divulgação do CBCE, de publicação quadrimestral, tem por finalidade publicar textos encaminhados ou solicitados, em suas diversas seções, quais sejam:

Cartas do Leitor

- comentários dos leitores sobre o que foi publicado nas diferentes seções da Revista;
- cartas encaminhadas por outras instituições ou membros do CBCE contendo informações ou assuntos de interesse da comunidade.

Pontos de Vista

- pontos de vista emitidos de forma crítica e que digam respeito a temas ou problemas relevantes enfrentados na Educação Física na atualidade.

Resenhas

- resenhas críticas de livros, artigos, teses e dissertações.

Entrevistas e Debates

- entrevistas sobre temáticas relacionadas com a área, envolvendo especialistas no assunto tratado;
- transcrição de debates ocorridos em Mesas-Redondas, Foruns de Debates, Palestras ou similares, por ocasião de Eventos Científicos, devidamente autorizados pelos participantes.

Relatos de Experiência

- publicações de experiências profissionais, desenvolvidas ou em andamento, que por suas propostas apontem perspectivas críticas na área

Artigos

- relacionados à temática central da Revista, solicitados pelo Conselho Editorial;
- relacionados às temáticas da área e apresentados em forma de ensaios ou relatos de pesquisa, encaminhados pelos autores ao Conselho Editorial.

Resumos de Dissertações e Teses

- resumos de Dissertações e Teses que versem sobre Educação Física/ Esportes e que tenham sido defendidos em Cursos de Mestrado ou Doutorado realizados no Brasil ou no exterior.

2 - Os textos encaminhados ao Conselho Editorial devem ser redigidos em português, não devendo ser apresentados simultaneamente a outro periódico.

3 - Os textos devem ser encaminhados para publicação em três (3) vias, datilografados em espaço duplo, no máximo em doze (12) laudas, e deverão conter:

- uma página de rosto onde conste: a) o título do trabalho em português e inglês; b) a seção a que se destina; c) nome do(s) autor(es); d) indicação em nota de rodapé da entidade científica ou instituição à qual os autores estão vinculados, seus endereços, bem como notificação, caso o trabalho tenha sido apresentado em reunião científica; indicar ainda o patrocinador e o número do processo, caso o trabalho tenha sido subvencionado;

- resumo em português acompanhado dos unitermos;

- resumo em inglês acompanhado dos unitermos em inglês;

- referências bibliográficas, numeradas consecutivamente e ordenadas alfabeticamente pelo(s) sobrenome(s) do(s) autor(es), obedecendo às normas da ABNT-NB-66. Solicita-se que o total de referências bibliográficas não ultrapasse a vinte (20);

Obs.: Comunicações pessoais e trabalhos em andamento não devem ser incluídos na lista de referências bibliográficas, mas citados em notas de rodapé.

4 - Os originais deverão ser endereçados à Secretaria do CBCE. Recomenda-se que o autor retenha uma cópia.

5 - Os trabalhos serão submetidos à apreciação do Conselho Editorial e, quando forem necessárias alterações substanciais, os originais serão reencaminhados aos autores. As "leituras de provas" far-se-ão na própria Redação.

6 - As tabelas deverão obedecer às "normas de apresentação tabular", resolução nº 886, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Estatísticas, devendo ser datilografadas separadamente do texto.

7 - As referências às ilustrações deverão ser feitas em números arábicos e enumeradas em ordem de apresentação. Solicita-se que as ilustrações sejam em menor número possível. Para as ilustrações a traço, exigir-se-á de cada uma (sem legenda) uma fotocópia (não fotostática) de boa qualidade de duas vezes o tamanho original. Todos os pontos gráficos, linhas etc. deverão ser o mais simples possível e suficientemente fortes para reter clareza na redução. Um esquema horizontal ou quadrado é preferível ao vertical, pois um desenho vertical desperdiça mais espaço. Não devem ser usados os mesmos símbolos em duas curvas onde os pontos possam ser confundidos. Os símbolos x ou + devem ser evitados. Para diagramas dispersos, são preferidos símbolos inseridos. Uma lista de legendas para as ilustrações deverá ser apresentada em folha separada e ser passível de interpretação, sem referência ao texto.



**IMPRESSO NA GRÁFICA DO
INSTITUTO CAMPINEIRO DE ENSINO AGRÍCOLA
Av. Senador Antonio Lacerda Franco, 1423
Fone: 47-3184
Campinas - SP.**

REM: CBCE

C. P. 6134

CFP 13.081